

O RIO FORTE DE NOVO.

PLANO
DE GOVERNO

ANDRÉ
MARINHO
GOVERNADOR
VICE: TEN. CORONEL ERIGREYCE

RIO DE JANEIRO • 2027 > 2030

SIGA ✓ SEGURANÇA ✓ INVESTIMENTOS ✓ GESTÃO ✓ AMBIENTE

NOVO
A NOVA ABORDAGEM

SUMÁRIO

COMO LER ESTE PLANO	5
CARTA AO CIDADÃO FLUMINENSE	7
PLANO SIGA — COMO TUDO SE CONECTA	8
O espírito: Reset, Ruptura, Renovação	10
Os quatro pilares S.I.G.A.	10
A bússola e o corpo	12
As seis regras que valem para o plano inteiro	12
O objetivo central: empregos com segurança	14
Os ventos a favor	14
ARCOMM — INTEGRANDO OS MUNICÍPIOS DO MAR À MONTANHA	16
As oito Cidades Vocacionadas	16
O Grande Anel Multimodal	18
A Área de Influência Imediata	19
A topografia como aliada	20
O ArcoMM e os oito eixos	21
Governança e financiamento do ArcoMM	21
O PONTO DE PARTIDA: O RIO EM NÚMEROS	23
A vida sob o crime	23
A vida que não anda	24
A economia amarrada	24
O povo que resiste	25
As janelas de oportunidade	26
EIXO 1 — RJ SEGURO DE NOVO	28
O inimigo de 2027 não é o de 2010	29
As seis regras da gerência do cerco	31
Frente 1 — Fronteira: impedir que o crime entre	34
Escudo Rio — três anéis e um cérebro	34
Escudo Guarnibara	35
Frente 2 — Território: retomar e nunca mais sair	36
Retomada	37
Estabilização	39
Consolidação	40
Frente 3 — Distrito: secar o calão bilionário	43
Operação Asfixia	44
Pedágio do Crime	45
Frente 4 — Carcere: isolar e comando	46
CECONT	47
Dobrar Vagas	50
Frente 5 — Polícia	51
Escudo Axul	51
Polícia de Frente	52
O Fim do Cerco	53
A Lei do Cerco	57
FNCNT	58
Programa Fusão 50	58
Agência da Vítima	59
Metas do eixo	61

EIXO 2 — RJ RICO DE NOVO	63
Arrumar a casa: a base fiscal do crescimento	63
Adaptação à Reforma Tributária	64
Transparência e equilíbrio fiscal	64
Previdência sob auditoria	65
Simplifica RJ	65
Crédito e AgeRio	66
Concessões e PPP	66
27 Áreas Econômicas e Cidades Vocacionadas	67
Petróleo, gás e reindustrialização	67
Rio como centro logístico nacional	68
Turismo — a década e a Copa 2027	68
O campo conectado	69
Metas do eixo	70
EIXO 3 — RJ SAUDÁVEL DE NOVO	72
Um sistema, não um arquipélago	72
Regulação inteligente com IA	73
Fronteiriço integrado	73
Atenção primária resolutive	74
Saúde perto de casa	74
Diagnóstico e oncologia no interior	74
Urgência regionalizada	75
Saúde nos territórios retomados	75
Biópolis — complexo industrial da saúde	76
Mãe Fluminense	77
Metas do eixo	78
EIXO 4 — RJ COM FUTURO DE NOVO	80
A escola que forma com profissão	80
Educação técnica e digital — RJ Digital	81
Escolas civico-militares com formação técnica	81
Contraturno e primeiro emprego	82
Ciência, tecnologia e inovação	83
Ecosistema de inovação	83
Conectividade e 5G	84
Quem ensina o futuro	84
Metas do eixo	86
EIXO 5 — RJ EM MOVIMENTO DE NOVO	88
Corredor Pavuna-Arce	89
O Grande Anel e o Monobrilho	90
O asfalto que já existe	90
Rio em Todo Lugar	91
Governança metropolitana	92
Vida no trânsito	93
Metas do eixo	94
EIXO 6 — RJ HONESTO DE NOVO	96
LEGE-RJ	96
O Estado digital	98
Dados que governam, dados que vigiam	98
Transparência radical	100
RJ Escuta	101
Metas do eixo	103

EIXO 7 — RJ SUSTENTÁVEL DE NOVO	104
Restaurar: o Rio Verde	104
Despoluir: a Baía e os rios	105
Universalizar: o saneamento	106
Proteger: resiliência climática	107
Monetizar: a economia verde	108
Vida animal	109
Metas do eixo	110
EIXO 8 — RJ COM ORGULHO DE NOVO	112
Esporte: a Copa de 2027 e o que fica	112
Cultura: identidade que gera renda	113
Casa com documento	114
A mulher em primeiro lugar	115
Igualdade e inclusão	116
Primeira infância	117
Metas do eixo	118
O RIO DE CADA REGIÃO	119
Capital	119
Baixada Fluminense	120
Leste Metropolitano	120
Região Serrana	120
Norte Fluminense	121
Noroeste Fluminense	121
Sul Fluminense e Costa Verde	122
Baixas Litorâneas e Região dos Lagos	122
A primeira entrega visível de cada região	123
COMO O GOVERNO VAI DECIDIR	124
Os primeiros cem dias	125
O QUE DEPENDÊ DE QUEM	126
PERGUNTAS DIRETAS, RESPOSTAS DIRETAS	127
A PALAVRA E A PROVA	132
DEZ FRASES, DEZ COMPROMISSOS	134
O CONVITE	134
ANEXOS	
ANEXO I — ÍNDICE DE PROGRAMAS	136
ANEXO II — MÉTODO E FONTES	139
ANEXO III — GLOSSÁRIO DO PLANO	140
ANEXO IV — A PAUTA LEGISLATIVA DO PRIMEIRO ANO	142

COMO LER ESTE PLANO

um documento escrito para dois leitores ao mesmo tempo, sem escolher entre eles

Este plano foi escrito para duas pessoas que quase nunca leem o mesmo texto. A primeira é o cidadão. Ele não quer teoria. Quer saber o que muda na porta da casa dele: se o filho vai poder voltar da escola a pé, se a fila do exame anda, se o ônibus vai parar de comer três horas do seu dia. A segunda é o técnico. O servidor de carreira, o economista, o jornalista, o adversário honesto. Essa pessoa não se comove com promessa. Quer conferir se a conta fecha, de onde sai o dinheiro, quem assina, em que prazo. Quase todo programa de governo escolhe um desses leitores e abandona o outro. Nós nos recusamos a escolher. Cada eixo abre com uma página direta, em português de gente, sem sigla e sem jargão. Depois vêm os programas, com diagnóstico, fonte de recurso, prazo e meta. O cidadão entende o porquê logo na primeira página. O técnico acha a prova nas seguintes. A ordem foi pensada para se ler como uma linha de raciocínio, não como um catálogo. A Carta ao Cidadão Fluminense diz por que este plano existe. O Plano SIGA diz como o governo vai decidir: é o método que arbitra toda disputa. O ArcoMM diz onde as coisas acontecem no território, do mar à montanha. Os oito eixos "RJ ____ de Novo" dizem o quê se vai fazer, um a um. Os capítulos finais dizem quem cobra, e com qual régua. Você pode ler na ordem ou pular direto para o eixo que mais lhe importa. Cada peça se sustenta sozinha; juntas, formam um só argumento. Cada eixo segue a mesma anatomia, para que você se oriente sem esforço. Abre com quatro afirmações diretas: o que está em jogo, a nossa convicção, o que vamos fazer e o compromisso pelo qual pedimos para ser cobrados. Depois vêm os programas detalhados, um a um, com o corpo denso que o técnico exige. Fecha com o primeiro ano do eixo e a tabela de metas, que é o contrato daquele domínio. No final do documento, os anexos entregam o esqueleto: o índice dos programas, o método e as fontes de cada dado, o glossário dos nomes próprios, a pauta legislativa do primeiro ano. Nada foi deixado no escuro de propósito. Se um número está no texto, a origem dele está no anexo de fontes. Três marcas visuais organizam a leitura, e valem para o documento inteiro. Onde você vir o filete verde, é a costura do ArcoMM: o bloco mostra como aquele programa se amarra ao território, para que segurança, transporte, saneamento e emprego cheguem ao mesmo lugar ao mesmo tempo, e não cada um por sua conta. Onde você vir o filete azul, é a voz do candidato. Uma frase dita na primeira pessoa, uma convicção pela qual peço para ser cobrado. E onde você vir uma tabela de metas, aquilo é contrato. Número, prazo e responsável, publicados para serem conferidos ano a ano. Mudou a marca, é porque mudou a natureza da informação.

A NOTA DE HONESTIDADE

Falta dizer o mais importante, e é o que quase nenhum plano diz. Uma campanha não tem acesso ao caixa do Estado. Não vê a última planilha da dívida, não conhece cada contrato herdado, não manda na arrecadação do mês que vem. Fingir o contrário seria o primeiro engano de uma série. Por isso adotamos uma regra simples, e a cumprimos até o fim: onde um compromisso depende de estudo que ainda será feito, o texto declara essa dependência e informa o prazo do estudo. Onde depende de Brasília, da Assembleia ou da Justiça (poderes que o governador não controla), o texto diz que depende, e não finge data que não pode garantir. Você não vai encontrar aqui uma cifra sem lastro, nem promessa datada sobre aquilo que não está na caneta do governador. Vai encontrar contas com fonte, metas com régua e limites ditos em voz alta.

Isso tem um custo político, e nós o pagamos de bom grado. É mais fácil prometer o impossível. É mais bonito anunciar milagres. Preferimos o caminho difícil, porque é o único que respeita você. Um plano que promete tudo termina não entregando nada, e o fluminense já pagou caro demais por essa mentira. O nosso compromisso é o inverso: prometer o que se pode cumprir, escrever como se paga, e aceitar ser medido por gente de fora. Se um número aparecer ruim, vai aparecer do mesmo tamanho que apareceria se fosse. O Rio não é pobre. O Rio foi empobrecido. E o que decidiram fazer, decisões vão desfazer. O Rio não é pobre. O Rio foi empobrecido. E o que decidiram fazer, decisões vão desfazer. Se bom. Essa é a régua. Ela não muda quando incomoda.

• Preferimos a crítica de sermos cautelosos à vergonha de sermos desmentidos.

CARTA AO CIDADÃO FLUMINENSE

por que este plano existe, dito sem intermediário

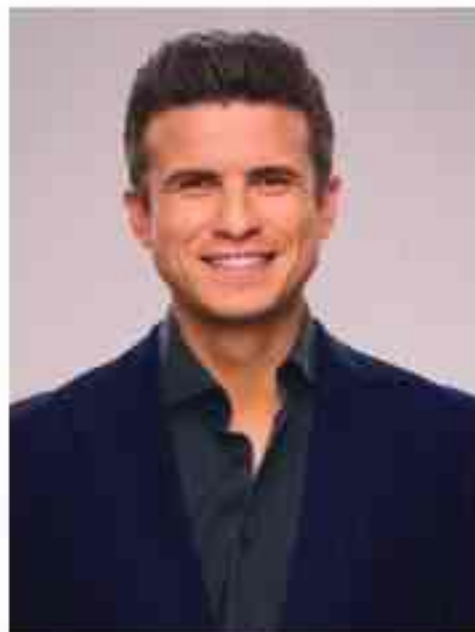
Tem uma pergunta que eu escuto em todo canto deste estado, e que ninguém tem coragem de responder em alto e bom som: quando foi que a gente aceitou viver assim? Você aceitou escolher a rua pelo horário. Aceitou esconder o celular no bolso dentro do próprio ônibus. Aceitou rezar baixinho quando o filho demora dez minutos a mais para chegar. Aceitou pagar ao crime pelo botijão de gás, pela internet, pela van que leva você ao trabalho. E aceitou pagar de novo, em imposto, por um Estado que cobra e não aparece. Eu conheço essa vida. Não li sobre ela num relatório. Ando pela Baixada, pelo subúrbio, pelo interior, e é sempre a mesma cena com outros nomes: gente boa, trabalhadora, cercada, pagando duas vezes e recebendo quase nada. Mas eu preciso te dizer uma coisa com todas as letras: ninguém aceitou isso de verdade.

Foram empurrando você, um ano de cada vez, durante cinquenta anos, até parecer normal. Não é normal. E nem sempre foi assim. O Rio já foi o coração do Brasil. Foi a capital, foi a indústria que fazia o navio, foi a cultura que o país inteiro coplava, foi o orgulho de quem nascia aqui. Ai levaram a capital para Brasília, e junto foram os empregos, as sedes, o dinheiro, a centralidade. Sem plano nenhum de compensação. Depois fizeram uma fusão de gabinete, em 1975, sem perguntar a ninguém, e a conta calu no colo da Baixada, do interior, do subúrbio. Um estado rico e um estado pobre viraram um só no papel, e no papel o pobre sumiu. As estatísticas passaram a mentir. O fluminense de verdade ficou órfão de política pública.

Eu chamo isso pelo nome: o Rio não é pobre. O Rio foi empobrecido. E aqui está a única boa notícia que vale, a que sustenta este plano inteiro: o que decisões fizeram, decisões desfazem. Onde o Estado encolhe, alguém ocupa o lugar dele. Foi assim que o poder armado paralelo cresceu, até o ponto de hoje: quatro milhões de fluminenses vivendo sob o controle ou a influência de grupos armados, mais de um terço da região metropolitana. Não é caso isolado de polícia. É um projeto de território, instalado onde o Brasil se retirou. Me recuso a chamar isso de destino. Destino é desculpa de quem desistiu, e eu não desisti de você. Este plano tem um nome que é uma promessa: O Rio Forte de Novo. "De novo" porque nada aqui é invenção de um estado que nunca existiu. É a devolução de um estado que existiu e foi tomado de você. E porque volta a ser forte do mesmo jeito que deixou de ser: por decisão, por método, por trabalho. A segurança vem primeiro, e vem primeiro por convicção, não por marketing. Sem paz, nada mais fica de pé: nem a escola, nem a empresa, nem a fila do hospital que anda. Reduzir a violência não é só justiça. É a maior política econômica que este estado pode fazer. Onde a morte recua, o emprego avança. É a coisa mais barata e mais poderosa que um governo tem a oferecer.

Você vai ler tudo o que vem depois desta carta com uma exigência no bolso, e faz bem. Aqui não tem lista de desejos. Cada compromisso traz preço, prazo, fonte e responsável. Onde depende de estudo, está escrito que depende. Onde depende de Brasília, está escrito que depende. Tudo cabe numa régua pública, num painel aberto, medido por gente de fora, ano a ano. Se eu falhar, você vai ver falhar, no mesmo lugar em que veria acertar. Não peço fé. Peço para ser cobrado. É diferente. É a única coisa honesta que um candidato pode oferecer a quem já foi enganado tantas vezes. Eu não prometo que é fácil. Prometo que tem jeito, que existe um caminho, e que eu conheço cada curva dele. O Rio que o mundo admira precisa voltar a ser o Rio em que você se reconhece: o do trabalho digno, da rua sem medo, do filho que cresce com futuro de gente. Esse Rio não está perdido. Está esperando uma decisão. Chegou a hora de tomá-la, juntos, sem meias palavras e sem meia coragem.

Chegou a hora. SIGA comigo.



André Marinho

PLANO SIGA – COMO TUDO SE CONECTA

uma história para reverter, um espírito para governar, quatro pilares para decidir

Todo plano de governo tem programas. Poucos têm método. E é o método que separa um documento que se cumpre de uma lista de intenções envelhecendo na gaveta. Antes de dizer o que vamos fazer nos oito eixos, precisamos dizer como vamos decidir quando eles entrarem em conflito, porque vão entrar. O dinheiro é curto. O tempo é curto. Todo governo é uma sucessão de escolhas entre coisas boas que não cabem todas ao mesmo tempo. O Plano SIGA é isso: não um eixo a mais, mas a régua que atravessa todos. Ele nasce de uma leitura da história, se organiza num espírito de governo, se concretiza em quatro pilares de decisão e se submete a seis regras de coerência que valem do primeiro ao último capítulo. Quem entender este capítulo entende o resto do documento, porque aqui está o cérebro que comanda o corpo.

MEIO SÉCULO DE ABANDONO

Não dá para consertar o que não se entende, e o Rio não entrou nesta crise por acaso nem por má sorte. Entrou por decisões. Em 1960, a capital partiu para Brasília e levou muito mais do que prédios públicos: levou os empregos federais, as sedes, os investimentos, a centralidade política de uma cidade que era o coração administrativo do país. Não houve plano de compensação. Um estado inteiro foi descapitalizado da noite para o dia, e ninguém respondeu por isso, porque o dano se espalhou devagar, ao longo de décadas, disfarçado de decadência natural. Não era natural. Era o resultado de uma escolha feita longe daqui, sobre o destino de gente que não foi consultada. Quinze anos depois veio o segundo golpe, e este foi cirúrgico. Em 1975, a fusão do estado da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro foi decidida em gabinete, sem consulta popular, sem plano de integração. A Guanabara rica, urbana, industrial, com arrecadação forte, desapareceu dentro de um estado empobrecido, e dali em diante as estatísticas passaram a mentir para todo mundo. Municípios pobres da Baixada e do interior viraram, no papel, parte de um estado classificado como “desenvolvido”, e essa média enganosa lhes fechou a porta de fundos federais desenhados para regiões carentes. Dois orçamentos viraram um. Duas realidades viraram uma média que não existia na vida de ninguém.

O pobre não ficou mais rico. Apenas sumiu da conta. O que veio depois foi a lenta digestão desse duplo abandono. A indústria naval, que fazia do Rio uma potência produtiva, definhou. As grandes sedes corporativas migraram para São Paulo, levando imposto e emprego qualificado. A máquina pública, sem projeto, inchou e virou balcão de troca política, sangrando o orçamento em custeio e deixando o investimento morrer. A dívida com a União passou de duzentos bilhões de reais. E no vácuo que o Estado foi abrindo, na escola que fechou, no posto que não abriu, na obra que não veio, cresceu o poder armado paralelo. Ele não é apenas violência: é a ocupação de um espaço que o poder público deixou vago. Onde o Estado não chega, alguém chega no lugar dele, e cobra pedágio por serviços que deveriam ser um direito.

O ESPÍRITO: RESET, RUPTURA, RENOVAÇÃO

Reverter cinquenta anos exige um espírito de governo, e o nosso cabe em três palavras que começam com a mesma letra: Reset, Ruptura, Renovação. Os Três R's não são fases numa linha do tempo, com começo, meio e fim. São três dimensões que rodam ao mesmo tempo, desde o primeiro dia, porque o Rio não tem o luxo de fazer uma coisa de cada vez. Governar aqui é arrumar a casa, enfrentar quem a saqueia e construir o que vem depois. Tudo simultâneo, sob o mesmo teto, com a mesma equipe. Reset é arrumar a casa. É a condição de tudo o mais. Sem contas em ordem, sem uma máquina que funcione, sem dados confiáveis, sem gestão por resultado, qualquer programa vira desperdício e qualquer promessa vira mentira involuntária.

Reset é olhar o Estado por dentro sem medo do que vai encontrar: auditar a folha, mapear os contratos, medir de verdade cada indicador, botar tecnologia para vigiar o dinheiro. É o trabalho menos vistoso e mais decisivo de um governo, porque é ele que cria as condições para todo o resto acontecer. Quem pula o Reset constrói na areia.

Ruptura é enfrentar o que trava o Rio. É a dimensão do confronto, e ela não pede licença. Enfrentar o crime organizado que domina território e cobra imposto paralelo. Enfrentar os contratos que drenam o orçamento sem entregar serviço. Enfrentar os privilégios entrincheirados que transformam a máquina pública em propriedade de poucos. Ruptura dói e faz inimigos poderosos, e é exatamente por isso que a maioria dos governos a evita. Nós não vamos evitar. Um governo que só faz Reset e Renovação, sem Ruptura, apenas administra com competência um estado sequestrado. Não basta. Renovação é construir o que vem depois. É a dimensão do futuro, e sem ela os outros dois R's viram só faxina e briga.

Renovação é a escola que forma com profissão, os setores econômicos de futuro que ainda não existem aqui, a infraestrutura que devolve tempo de vida ao trabalhador, o ambiente tratado como ativo que gera renda. É a resposta à pergunta que todo cético faz com razão: arrumar para quê, enfrentar para quê? Para construir isto. Os Três R's giram juntos porque a vida do fluminense não espera: ele precisa de contas em ordem, de rua sem medo e de futuro ao mesmo tempo, e é assim que vamos governar.

OS QUATRO PILARES S.I.G.A.

Os Três R's são o espírito; os quatro pilares S.I.G.A. são o instrumento de decisão. Segurança, Investimentos, Gestão, Ambiente. Não é acaso que formam a palavra "siga": queremos um governo que siga em frente, com propósito e com método, e não um governo que ande em círculos gastando energia. Cada pilar responde por uma dimensão da vida coletiva, e nenhum deles funciona sozinho. Nossa tese, extraída da própria história do Rio, é dura e simples: não há desenvolvimento sem os quatro pilares de pé ao mesmo tempo. Não é slogan. É quase um determinismo histórico. Quem tentou desenvolvimento sem segurança viu o investidor fugir; quem tentou segurança sem gestão viu o dinheiro sumir; quem tentou tudo isso ignorando o ambiente colheu tragédia. O S.I.G.A. é a lição do que deu errado, virada método para acertar.

O S é de Segurança, e é o primeiro por necessidade lógica, não por preferência ideológica. Sem segurança, nenhum outro pilar fica de pé: o investimento foge, a escola perde o aluno para o crime, o hospital atende bala em vez de prevenir doença, o ambiente vira refém de quem ocupa o território pela força. Mas a nossa noção de segurança é ampla, e essa amplitude importa. É segurança pessoal, para andar na rua, e patrimonial, para que o suor de uma vida não seja levado num assalto. É segurança jurídica, para quem quer investir e precisa saber que a regra de hoje vale amanhã. Sanitária, para quem adoece e depende do Estado. Alimentar, para quem tem fome. Cada fuzil que domina uma esquina afasta um investidor, tranca uma escola e adia um futuro. Por isso segurança encabeça o S.I.G.A.: não é um setor entre outros, é a fundação sobre a qual todos os demais se erguem.

O I é de Investimentos, e tem duas pernas que precisam andar juntas. A primeira é o investimento público criterioso: infraestrutura, educação, saúde e mobilidade financiadas com rigor, com os royalties do petróleo voltando em obra que o cidadão vê e usa, e não evaporando em custeio. Investimento público não é gastar mais. É gastar onde o retorno volta para quem pagou. A segunda perna é o fomento a quem produz de verdade: o empreendedor, a pequena e média empresa, o autônomo. Aqui o Estado ajuda principalmente saindo da frente: desburocratização radical, carga tributária mais leve para quem gera emprego, crédito acessível pela AgeRio e, sobretudo, previsibilidade, que é o ativo mais escasso do Rio. Nenhum empresário aposta onde a regra muda a cada semestre. Investir, para nós, é criar as condições para o setor privado investir muito mais do que qualquer governo conseguiria sozinho.

O G é de Gestão, e é o pilar que impede que os outros três virem intenção. Gestão é obsessão por eficiência, ética e transparência, traduzida em coisas concretas: metas mensuráveis por secretaria, dirigentes escolhidos por mérito e não por acordo político, tecnologia vigiando o dinheiro em tempo real. Nosso compromisso datado é a LEGE-RJ, a Lei de Eficiência na Gestão do Estado, encaminhada nos primeiros noventa dias de governo, com indicadores públicos por secretaria que qualquer cidadão poderá acompanhar. Gestão é o que transforma promessa em entrega e entrega em prova. Um governo bem-intencionado e mal gerido desperdiça o dinheiro do pobre com boa consciência, e o resultado, para quem paga a conta, é o mesmo do governo corrupto. Nós nos recusamos a ser bem-intencionados e ineficientes. Queremos ser cobrados pelo resultado, medidos por gente de fora, e essa disposição começa na gestão.

O A é de Ambiente, e o tratamos como ativo estratégico, jamais como custo ou concessão a modismo. O Rio guarda o que resta da Mata Atlântica e tem mais de mil quilômetros de costa, riqueza natural que, bem cuidada, gera turismo, carbono certificável, energia limpa e qualidade de vida. Mas o ambiente também é segurança, e as tragédias serranas de 2011 e 2022, que juntas mataram mais de mil e cem pessoas, provam isso com uma clareza cruel. Aquilo não foi fatalidade da natureza. Foi desgoverno territorial, gente morando onde não deveria porque o Estado não planejou, não drenou, não alertou. Cuidar do ambiente é prevenir a próxima tragédia, e prevenção é obra: drenagem, contenção de encostas, sistema de alerta. Não há como separar o Rio que salva sua floresta do Rio que salva suas vidas. Por isso o ambiente fecha o S.I.G.A., não como enfeite verde, mas como pilar de sobrevivência e de renda.

- O S.I.G.A. não é um slogan. É a lição de meio século, virada método: quatro pilares de pé ao mesmo tempo, ou nada de pé.

A BÚSSOLA E O CORPO

Aqui está a regra que resolve a única confusão possível deste documento, e ela cabe numa frase: o SIGA é o método; os oito eixos são o corpo. O leitor atento vai notar que o plano tem duas formas de se organizar, os quatro pilares e os oito eixos "RJ ____ de Novo", e pode se perguntar se elas competem. Não competem, porque fazem coisas diferentes. Os eixos entregam: cada um reúne os programas concretos de um domínio da vida, seja segurança, economia, saúde, educação, mobilidade, gestão, ambiente ou cidadania. O SIGA governa: não organiza capítulos, organiza decisões. Os quatro pilares são os quatro testes que todo programa de todo eixo precisa passar antes de entrar neste plano e de receber um centavo.

Os quatro testes são perguntas simples, e é justamente a simplicidade que os torna implacáveis. Este programa deixa o Rio mais seguro, ou pelo menos não o deixa mais inseguro? Ele viabiliza investimento e gera emprego? Ele é gerido por meta, com responsável e régua pública, ou é um cheque em branco? Ele respeita o ambiente e reduz risco, em vez de criar o próximo desastre? Todo programa é submetido a esse crivo. Não passou nos quatro, não entra. Essa é a disciplina que impede o plano de virar aquilo que quase todo plano vira: uma soma de boas ideias soltas, sem hierarquia, que consome o orçamento sem transformar a vida de ninguém. Há um mapeamento natural entre os pilares e os eixos, e nós o citamos sem transformá-lo em camisa de força. O S conversa mais de perto com o Eixo 1, da segurança. O I atravessa os Eixos 2 e 5, da economia e da mobilidade. O G habita o Eixo 6, da gestão honesta. O A anima o Eixo 7, do ambiente. E os Eixos 3, 4 e 8 (saúde, educação e cidadania) são justamente onde os quatro pilares chegam juntos à porta do cidadão, porque cuidar da vida, formar o jovem e devolver orgulho exigem segurança, investimento, gestão e ambiente ao mesmo tempo. A bússola aponta; o corpo caminha. Separar os dois é o que dá coerência ao plano inteiro.

Essa arquitetura resolve um problema que envenena a maioria dos planos de governo: o excesso de prioridades. Quando tudo é prioritário, nada é, e o orçamento se dilui em dezenas de programas que consomem recurso sem transformar a vida de ninguém. O SIGA impõe hierarquia sem sufocar a diversidade. Ele permite que o plano tenha muitos programas (a vida do estado é complexa e exige respostas em muitas frentes) sem perder o comando, porque todos se curvam aos mesmos quatro testes e ao mesmo critério final. É a diferença entre uma orquestra e um barulho: os mesmos instrumentos, tocando a mesma partitura, sob a mesma regência. Sem o SIGA, os oito eixos seriam oito governos disputando o mesmo cofre. Com ele, são um só governo com oito frentes de entrega.

AS SEIS REGRAS QUE VALEM PARA O PLANO INTEIRO

O SIGA governa decisões, mas decisões precisam de regras escritas, ou viram arbítrio. São seis, elas valem do primeiro ao último capítulo, e nós as declaramos aqui para que você possa nos cobrar por cada uma delas. Não são detalhe técnico; são a diferença entre um plano que respeita o leitor e um que o engana com jeitinho.

A primeira regra: todo compromisso relevante traz preço, prazo, fonte e dono. Preço, para que se saiba quanto custa. Prazo, para que se saiba quando entrega. Fonte, para que se saiba de onde vem o dinheiro. Dono, para que se saiba quem responde se falhar. Onde faltar algum desses quatro, é porque o compromisso ainda depende de estudo, e aí o texto diz isso, em vez de fingir precisão que não tem. Promessa sem os quatro dados é promessa que ninguém pode cobrar, e nós não fazemos esse tipo.

A segunda regra: meta com data, só sobre o que o governador controla. Há coisas que estão na caneta do governador, e sobre elas assumimos prazo. Há coisas que dependem da Assembleia, do Congresso, da Justiça ou dos municípios, e sobre essas dizemos o que faremos, mas não inventamos data que não podemos garantir. Prometer prazo sobre o que não se controla é a forma mais comum de mentir em campanha, e é a que mais corrói a confiança quando o prazo passa. Preferimos a honestidade de dizer "isto depende de outro poder" à esperteza de fingir que depende só de nós.

A terceira regra: dinheiro que entra uma vez não paga despesa que volta todo mês. A renegociação da dívida abriu fôlego de caixa, mas alívio de fluxo não é receita permanente, e venda de ativo é dinheiro de uma vez só. Recurso não recorrente vai para investimento que se paga, para quitar passivo, para destravar obra. Nunca para inflar folha ou criar custeio eterno que sobra como bomba para o próximo. Essa regra é o que separa gestão responsável de festa fiscal com ressaca garantida. O Rio já teve festas demais e ressacas de sobra.

A quarta regra: o ritmo é ditado pela capacidade de executar, não pelo calendário eleitoral. Uma obra anunciada e mal feita é pior que uma obra bem planejada e entregue um ano depois. Não vamos cortar fita antes da hora para render foto, nem empilhar promessa para o quarto ano sabendo que não cabe. Fazemos na velocidade em que dá para fazer bem, e essa velocidade é dita em voz alta, com o cronograma exposto. Governar contra o relógio da eleição é como o Rio quebrou tantas vezes; nós governamos contra o relógio da entrega.

A quinta regra: tudo se mede, e a régua é pública. Cada eixo tem metas em tabela, cada meta tem número e prazo, e o conjunto vira um painel aberto que qualquer pessoa acompanha ano a ano. A Matriz de Metas e Ações, a MMA, é o instrumento que torna a sociedade fluminense fiscal do próprio governo, sem depender de boa vontade nossa. Medição não é enfeite de transparência. É o mecanismo que nos obriga a cumprir, porque o que não se mede não se cobra, e o que não se cobra não se entrega.

A sexta regra, e talvez a mais difícil de sustentar: o número ruim aparece do mesmo tamanho que o número bom. Não vamos esconder indicador que piorou, nem trocar a metodologia quando ela ficar inconveniente, nem escolher só o dado que favoreça. Se uma meta não for cumprida, o painel vai mostrar, e nós vamos explicar por quê e o que faremos a respeito. Essa regra custa caro em imagem e é justamente por isso que quase ninguém a adota. Nós adotamos, porque um governo que só mostra o que agrada não está prestando contas; está fazendo propaganda com dinheiro público.

O número ruim aparece igual ao bom. Quem só mostra o que agrada não presta contas – faz propaganda.

O OBJETIVO CENTRAL: EMPREGOS COM SEGURANÇA

Toda escolha de governo é, no fundo, uma disputa entre coisas boas, e quando nenhuma regra técnica resolve o empate, é preciso um critério final que arbitre. O nosso é este: empregos com segurança. Não emprego a qualquer custo, que dura um ciclo e some. Não segurança que basta a si mesma, que ocupa território e não deixa nada de pé no lugar. Emprego e segurança juntos, um sustentando o outro, porque foi a falta dos dois que empobreceu o Rio e é a volta dos dois, casados, que vai reconstruí-lo. Esse critério tem lastro, e o lastro é econômico, não apenas moral. A violência letal empurra a renda de um estado inteiro para baixo: espanta investimento, encarece seguro, tranca comércio, mata trabalhador em idade produtiva, faz a empresa fugir e o talento migrar. O contrário também é verdade, e é mensurável. Estudo econômico conduzido para este plano estima que reduzir a letalidade do patamar atual até a meta agregaria cerca de cento e cinquenta e seis bilhões de reais ao PIB estadual e em torno de setecentos mil empregos, calculados por uma elasticidade-emprego de 0,27. Não é projeção no vazio: o próprio retrospecto confirma que o Rio ganhou bilhões nas décadas em que os homicídios caíram. Segurança, então, não é gasto que compete com emprego. É a política de emprego mais barata e mais poderosa que o Estado tem à mão.

É por isso que "empregos com segurança" arbitra qualquer disputa interna do governo. Quando dois programas bons brigam pelo mesmo real, ganha o que gera emprego com segurança de forma mais direta e mais duradoura. Quando uma decisão de segurança tiver que escolher entre a foto do confronto e o resultado que fixa o trabalho na região retomada, escolheremos o resultado. É o norte que impede o governo de se perder na multiplicação de prioridades, porque um governo com trinta prioridades não tem nenhuma. Nós temos uma, e ela contém todas as outras. É preciso ser claro sobre o que esse critério não é. Não é economicismo que ignora a saúde, a cultura ou o ambiente. Ao contrário: saúde é o que devolve o trabalhador ao trabalho, educação é o que forma quem vai ocupar a vaga, ambiente é o que evita a tragédia que destrói emprego e patrimônio de uma vez. "Empregos com segurança" não subordina o social ao econômico; mostra que, no Rio de verdade, os dois são a mesma coisa. Um estado onde o jovem tem ofício, a rua tem paz e a família tem renda é um estado onde a saúde melhora, a violência recua e o orgulho volta. O critério é econômico na forma e humano no fundo, porque emprego, para uma família fluminense, nunca foi só número no PIB: é a diferença entre a dignidade e o abismo, entre ficar e migrar, entre o filho na escola e o filho no crime.

Empregos com segurança. Um sustenta o outro, e juntos decidem toda disputa deste governo.

OS VENTOS A FAVOR

Nenhum plano se cumpre só com vontade; precisa de condições. E aqui está a diferença entre 2027 e qualquer momento das últimas décadas: pela primeira vez em muito tempo, várias janelas se abrem ao mesmo tempo, e um governo com método pode atravessá-las. Elas não vão ficar abertas para sempre. Aproveitá-las é o trabalho. Deixá-las passar seria repetir o erro histórico do Rio, que sempre chegou tarde às próprias oportunidades.

A primeira janela é fiscal. A dívida do Rio com a União, superior a duzentos bilhões de reais, foi renegociada em 2026 no âmbito do Propag, e a parcela mensal caiu de cerca de um bilhão e trezentos milhões para em torno de cento e dez milhões de reais. Não nos iludimos: isso alivia o fluxo de caixa, não apaga o estoque da dívida. Mas o alívio é real e é agora, e cria espaço para investir onde antes só havia asfixia. É a primeira vez em anos que o Rio pode respirar e planejar. Vamos usar esse fôlego para investimento que se paga, não para custeio que endivida de novo.

A segunda janela é o cerco internacional ao crime. As designações de facções brasileiras como organizações terroristas por autoridades dos Estados Unidos, ocorridas em 2026, abrem uma frente de asfixia financeira que não existia: dificultam o dinheiro, atacam a lavagem, criam cooperação que mira o faturamento das empresas criminosas, sempre com comando brasileiro sobre operações em solo nacional. O crime que dominou o território fica, pela primeira vez, exposto pelo lado que mais dói o bolso.

A terceira janela é jurídica e nacional. A ADPF 635, decidida pelo Supremo Tribunal Federal, obriga a retomada territorial e a divide entre as três esferas de poder, com recursos das três. Isso muda a natureza do enfrentamento: a retomada deixa de ser aventura de um governo estadual isolado e passa a ser dever compartilhado, com respaldo do mais alto tribunal e financiamento partilhado. É o amparo institucional que faltava para segurar o território depois de retomá-lo.

A quarta janela é o novo marco do saneamento. A mudança regulatória destravou investimento privado em água e esgoto numa escala inédita, e o Rio, com menos de sessenta por cento do esgoto tratado, é dos estados que mais têm a ganhar. Universalizar saneamento deixou de ser sonho orçamentário para virar contrato viável, e cada ponto de esgoto tratado é saúde que melhora, baía que despolui e emprego que se gera na obra.

A quinta janela é esportiva e imediata. A Copa do Mundo Feminina de 2027 acontece no Rio de Janeiro, e um mundial não é só festa: é prazo, é atenção global, é investimento em infraestrutura e é legado que fica nas comunidades quando bem planejado. É uma data que força o Estado a entregar dentro de um cronograma que o mundo vai fiscalizar, e nós vamos transformar essa pressão em obra que sobra depois do apito final.

A sexta janela é o pré-sal. O Rio é a maior província petrolífera do hemisfério sul, e o gás do pré-sal é matéria-prima para reindustrializar, gerar energia competitiva e alimentar cadeias inteiras, desde que os royalties voltem em obra e a política industrial seja séria, em vez de deixar a riqueza passar pelo estado sem fincar raiz. É a chance de o Rio deixar de exportar riqueza bruta e importar produto acabado.

A sétima janela é a revolução da inteligência artificial. A IA está barateando radicalmente a boa gestão pública: regula fila de saúde, cruza dados para achar fraude, vigia contrato em tempo real, prevê onde a violência vai crescer, otimiza cada real gasto. Um estado que sempre sofreu por gestão cara e ruim ganha, de repente, a ferramenta para gerir barato e bem. É a janela que amplifica todas as outras, porque melhora a capacidade do Estado de aproveitar cada uma delas.

Sete janelas abertas ao mesmo tempo. Nenhuma fica aberta para sempre. Governar é atravessá-las antes que fechem.

ARCOMM – INTEGRANDO OS MUNICÍPIOS DO MAR À MONTANHA *pela Baía e pela Baixada, a visão territorial que costura o plano inteiro*

Em menos de duzentos quilômetros, o território fluminense sai das praias do litoral e sobe até a Serra do Mar. Poucos lugares no mundo concentram tanta riqueza natural, logística e humana num espaço tão curto. Só que essa riqueza virou um mosaico de municípios que competem entre si em vez de somar: cada um puxando obra para o seu lado, disputando a mesma indústria, sem ninguém pensando o conjunto. O ArcoMM é a resposta a esse desperdício. É a visão de desenvolvimento territorial e geoeconômico organizada sobre os cento e quarenta e cinco quilômetros do Arco Metropolitano, tratando montanha, planície, baía e litoral como um sistema único, e não como pedaços rivais. O ArcoMM não é um projeto de infraestrutura a mais. É o fio condutor que dá coerência espacial e estratégica a todas as demais propostas deste plano: o “onde” que amarra o “o quê” dos oito eixos. Ele se apóia em duas grandes apostas e uma terceira peça que costura tudo ao chão.

ArcoMM / O Arco Metropolitano já existe como via; o que falta é transformá-lo de estrada de passagem em espinha de desenvolvimento — o eixo em torno do qual segurança, transporte, indústria e moradia chegam ao mesmo lugar, ao mesmo tempo.

PRIMEIRA APOSTA: AS OITO CIDADES VOCACIONADAS

A primeira aposta são as oito Cidades Vocacionadas: territórios planejados ao longo do corredor, cada um com uma vocação produtiva definida, legislação simplificada, incentivos especiais e uma âncora institucional que lhe dá músculo técnico. Não é loteamento de galpão. É a escolha deliberada de concentrar, em pontos específicos do Arco, cadeias econômicas de futuro, de modo que empresas do mesmo setor se atraiam, dividam fornecedores, formem mão de obra em conjunto e transformem o corredor num colar de polos especializados. Onde hoje há vazio ou ocupação desordenada, plantamos vocação com endereço. A lógica por trás disso tem nome na economia: aglomeração produtiva. Empresas de um mesmo setor, próximas umas das outras, produzem mais e melhor do que produziriam espalhadas, porque compartilham fornecedores, mão de obra especializada e conhecimento que circula de porta em porta. Foi assim que se formaram os grandes polos do mundo, do Vale do Silício às cidades industriais asiáticas. O Rio nunca planejou suas aglomerações; deixou que a indústria surgisse e morresse ao sabor do improviso. As Cidades Vocacionadas corrigem esse erro histórico ao decidir de antemão, com base na vocação real de cada território, onde cada cadeia vai se fixar, e ao dar a ela a infraestrutura, a regra simplificada e a formação técnica de que precisa para vingar.

A primeira delas é a Biópolis de Fármacos e Bioquímica, inspirada na Biópolis de Singapura, que fez de um país sem tradição farmacêutica um dos maiores centros de biotecnologia do mundo. Sua âncora é a sinergia com a Fiocruz e com o Complexo Industrial da Saúde, patrimônio que o Rio já tem e subaproveita. A ideia é reunir num só território laboratórios, indústria de medicamentos, pesquisa e produção pública, transformando o conhecimento em vacina, remédio e emprego qualificado. Reduz, de quebra, a dependência brasileira de insumos importados, que a pandemia expôs de forma dolorosa.

A segunda é a Tropicultura de Precisão, dedicada ao agronegócio tropical de alta tecnologia, com âncora na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a UFRRJ. É a aposta de que o campo fluminense pode produzir muito mais com ciência, sensoriamento e melhoramento, agregando valor onde hoje há apenas produção primária de baixa margem. Um polo que aproxima a pesquisa agrícola da lavoura, encurta a distância entre o laboratório e a terra e fixa o jovem do interior no campo com trabalho digno e moderno.

A terceira é a cidade de Moda e Beleza, que reúne e potencializa os polos já existentes de Nova Friburgo, forte em moda íntima, e de Duque de Caxias, forte em cosmético e beleza. Sua âncora é o próprio tecido produtivo instalado, que emprega milhares e exporta, mas opera de forma fragmentada e sem apoio estruturado. A vocação aqui é dar escala, marca, design e mercado a uma indústria que o Rio já domina, transformando talento disperso em cadeia organizada.

A quarta é a cidade de Games e Economias Criativas, voltada ao setor que mais cresce no mundo e que combina como poucos com a identidade do Rio: criatividade, cultura, tecnologia e talento jovem. É a aposta de que a economia criativa (jogos, audiovisual, animação, software de entretenimento) pode empregar em massa a juventude fluminense em trabalho de alto valor, disputando com o crime o mesmo menino de talento que hoje não encontra outra porta aberta.

A quinta é a Cidade das Religiões, um espaço ecumênico de escala mundial concebido para o turismo religioso, um dos segmentos que mais movimenta gente e dinheiro no planeta. O Rio, terra do Cristo Redentor e de uma diversidade de fé que atravessa todas as camadas do povo, tem vocação natural para isso. A aposta é transformar essa vocação em economia: hospedagem, serviços, eventos e peregrinação, gerando renda em torno de algo que já faz parte da alma fluminense.

A sexta é a cidade de Energias Limpas, dedicada à geração solar, eólica e a biogás, com âncora de gestão na Universidade Federal Fluminense, a UFF. É a aposta de posicionar o Rio na transição energética não como espectador, mas como produtor de energia limpa e de tecnologia associada, aproveitando sol, vento e resíduo para gerar eletricidade competitiva e empregos verdes num setor que só tende a crescer nas próximas décadas.

A sétima é a cidade de Eletrônicos e Semicondutores, a mais ambiciosa em termos de conteúdo tecnológico. Semicondutor é o insumo estratégico do século, e o país que não o produz fica refém de quem produz. A aposta é criar no Arco um polo de eletrônicos e, no horizonte, de semicondutores, cadeia de altíssimo valor que exige planejamento de longo prazo, formação técnica e estabilidade. É exatamente o tipo de projeto que só um plano de método consegue sustentar.

A oitava é a Cidade do Mar, dedicada à Economia do Mar em toda a sua amplitude: náutica, pesca, portos, indústria offshore e pesquisa marinha. Com mais de mil quilômetros de costa e a maior província petrolífera do hemisfério sul, o Rio tem no mar sua fronteira econômica mais óbvia e mais negligenciada. A aposta é organizar essa vocação num território próprio, unindo o estaleiro, o porto, a pesca moderna e a ciência do oceano numa cadeia que o estado tem condições únicas de liderar no Brasil.

ArcoMM / Cada Cidade Vocacionada opera sob uma Autoridade Metropolitana própria, capaz de agilizar obras, autorizar indústrias e planejar núcleos residenciais e comerciais — para que a vocação não morra na burocracia de doze órgãos desconcentrados.

SEGUNDA APOSTA: O GRANDE ANEL MULTIMODAL

A segunda aposta é o Grande Anel Multimodal: um sistema integrado de transporte que conecta os cento e quarenta e cinco quilômetros do Arco às principais artérias da região (a BR-101, a Avenida Brasil, a Via Dutra, a TransOlimpica, a Linha Amarela, a BR-040) e aos nós que movem a economia, que são os aeroportos e os portos do Rio e de Itaguaí. Hoje essas vias existem, mas não conversam; o passageiro e a carga saltam de uma para outra na base do improvisado, perdendo tempo e dinheiro em cada emenda. O Grande Anel transforma esse emaranhado num sistema, com pontos de troca planejados, de modo que pessoa e mercadoria circulem pelo território metropolitano como circulam numa cidade bem projetada, e não como quem atravessa um labirinto.

A conexão com os portos merece destaque, porque é ela que transforma o Anel de sistema de passageiros em motor logístico. O porto do Rio e, sobretudo, o porto de Itaguaí são portas de entrada e saída da economia estadual, e hoje a carga que chega a eles enfrenta o mesmo labirinto viário que o trabalhador. Amarrar os portos ao Arco e às grandes rodovias por um sistema pensado significa reduzir o custo logístico de tudo o que o Rio produz e consome, do insumo da indústria ao alimento na prateleira. Um estado com dois portos e uma malha desconectada desperdiça a própria geografia. O Grande Anel existe para que a localização privilegiada do Rio deixe de ser potencial no mapa e vire vantagem no preço, no prazo e no emprego.

A peça central do Anel é o Monotrilho Suspenso, um metrô aéreo previsto para os sessenta quilômetros iniciais do sistema, com referência declarada em Chongqing, na China, cujo monotrilho tem sessenta e sete quilômetros e transporta cerca de duzentos e cinquenta milhões de passageiros por ano. Mas o Monotrilho, na nossa concepção, é muito mais que transporte. É um eixo distribuidor de infraestrutura. Suspenso sobre a paisagem, ele carrega no mesmo traçado as câmeras e sensores da segurança, o atendimento médico emergencial, a rede de internet, a energia enterrada, as galerias de esgoto e a espinha de dados que a cidade inteligente exige. Uma só obra que resolve seis carências ao mesmo tempo, distribuindo pelo território, na altura, o que na superfície nunca chegou.

Ao longo do traçado nascem os Hubs de Integração: pontos onde o Monotrilho encontra o metrô existente, o ônibus, o trem e o carro, e que são muito mais que estações de baldeação. São centros de comércio e serviço, com apoio médico, com heliponto para emergência e para deslocamento rápido, transformando cada nó de transporte num polo de vida urbana. O Hub é o lugar onde a infraestrutura do Anel encontra o cidadão, onde ele troca de modal, resolve uma consulta, compra, trabalha. É a estratégia de fazer do transporte não um corredor de passagem, mas um gerador de cidade em cada parada.

A primeira fase concreta de tudo isso, a que sai do papel primeiro, é o Corredor Pavuna-Arco: um sistema de metrô leve de mais de vinte quilômetros, com vinte e duas estações, ligando cinco municípios da Baixada Fluminense, beneficiando cerca de três milhões e setecentas mil pessoas e com potencial de gerar quarenta e sete mil empregos. A escolha da Baixada como ponto de partida não é casual. Hoje, apenas dezessete por cento da população da Baixada vive perto de transporte de alta capacidade, e o trabalhador da região perde até três horas por dia no deslocamento. O Corredor Pavuna-Arco ataca exatamente essa ferida: leva alta capacidade a quem nunca teve, encurta a viagem e devolve tempo de vida a quem mais trabalha e menos recebe do Estado.

Começar pela Baixada é também uma decisão de justiça, e não apenas de engenharia. É a região que mais sofreu com o duplo abandono histórico do Rio, a que mais concentra população trabalhadora e a que menos recebeu infraestrutura estruturante ao longo de décadas. Fazer dela o ponto de partida do ArcoMM inverte a lógica de sempre, em que a obra grande começa onde já há riqueza e demora uma geração para chegar à periferia. Aqui, a periferia é o começo, e não a sobra. Cada uma das vinte e duas estações do Corredor é um ponto onde o Estado reaparece na vida de gente que aprendeu a viver sem ele: com transporte, mas também com o comércio, o serviço e a segurança que uma estação bem planejada traz ao redor.

ArcoMM / O Corredor Pavuna-Arco atravessa a região de maior expansão das milícias na Baixada e na Zona Oeste. Por isso ele nasce, desde o projeto, como eixo de patrulhamento: sem segurança do corredor, transporte novo vira apenas novo pedágio do crime.

A TERCEIRA PEÇA: A ÁREA DE INFLUÊNCIA IMEDIATA

Duas apostas (as Cidades e o Anel) não bastam se o território ao redor continuar abandonado. Por isso o ArcoMM tem uma terceira peça, que é o que costura tudo ao chão onde a gente mora: a Área de Influência Imediata, uma faixa de dois quilômetros de cada lado do Arco tratada como prioridade máxima e absoluta da política pública. Nessa faixa concentramos habitação, saneamento, segurança, saúde, educação e, sobretudo, regularização fundiária em massa. É onde o desenvolvimento do corredor toca a vida real, e é onde ele se justifica: de nada adianta uma Cidade Vocacionada reluzente se, a poucos metros dela, a população vive sem escritura, sem esgoto e sob domínio armado. A regularização fundiária em massa é o coreção dessa peça, e é muito mais que papel. Milhões de fluminenses moram há décadas em imóveis que não são legalmente seus, sem escritura, sem endereço formal, sem acesso a crédito, sem o direito básico de provar que aquilo é deles. Sem título, a casa não vira patrimônio, não vira garantia, não entra na economia formal.

E o vazio de propriedade legal é justamente o negócio da terra ilegal, explorado por quem lotela no grito e cobra pela posse. Dar escritura em escala é fazer três coisas ao mesmo tempo: devolver dignidade, injetar patrimônio na economia e tirar do crime o controle sobre a terra. Para que isso ande na velocidade certa, a Área de Influência opera com instrumentos especiais que a burocracia comum não permite: licenciamento expresso, redução ou isenção de IPTU pactuada com os municípios, desburocratização, permissão de uso misto do solo e reflorestamento intensivo, este último com potencial de gerar créditos de carbono certificáveis. É uma zona onde a regra é feita para viabilizar, não para travar. Cada morador ganha casa regular, serviço público e a chance de que sua vizinhança melhore de verdade, em vez de esperar por décadas uma obra que nunca chega ao lugar errado do mapa.

O reflorestamento intensivo dessa faixa merece uma palavra própria, porque une o que costuma andar separado: ambiente, renda e segurança. Recompôr a cobertura vegetal ao longo do Arco estabiliza encostas, reduz risco de deslizamento, melhora o clima local e gera créditos de carbono que podem ser vendidos no mercado, transformando árvore plantada em receita para o próprio projeto. É a demonstração concreta da tese que atravessa este plano: o ambiente não é custo que compete com o desenvolvimento, é ativo que o financia. Uma faixa de dois quilômetros reflorestada, regularizada, saneada e conectada ao transporte é o oposto exato do território abandonado que o crime ocupa. Onde antes crescia o loteamento ilegal, cresce floresta com valor de mercado e vizinhança com escritura.

ArcoMM / A regularização fundiária da Área de Influência é, ela própria, política de segurança: onde há escritura e serviço público, encolhe o negócio da terra ilegal que sustenta a milícia. Desenvolvimento e cerco ao crime, no mesmo território, com a mesma caneta.

A TOPOGRAFIA COMO ALIADA

O Rio sempre tratou sua topografia como inimiga. A serra que sobe, a baía que corta, a encosta que desce: obstáculos a vencer com obra cara e, muitas vezes, com ocupação de risco que termina em tragédia. O ArcoMM inverte essa relação e trata a topografia como aliada. A mesma serra que dificulta a estrada favorece o monotrilho suspenso, que voa sobre o relevo em vez de brigar com ele. A mesma baía que separa municípios pode uni-los por transporte aquático e pela Economia do Mar. A altitude que encarece a via convencional vira vantagem para geração de energia e para o turismo. Ler o território como ativo, e não como obstáculo, é o que permite planejar com a natureza a favor.

Essa leitura tem consequência prática direta na vida do morador. O ArcoMM promete um deslocamento máximo de trinta minutos até os novos polos de emprego, uma revolução para quem hoje perde três horas por dia amarrado num transporte que não integra. Devolver essas três horas diárias de vida ao cidadão da Baixada é, talvez, a promessa mais concreta deste plano inteiro: é a diferença entre ver e não ver o filho acordado, entre estudar à noite e chegar exausto demais para isso, entre ter e não ter vida além do trabalho e da viagem até ele. A topografia, bem lida, é o que torna esse tempo recuperável.

O ARCOMM E OS OITO EIXOS

O ArcoMM não é um nono eixo que disputa espaço com os outros oito. É a plataforma territorial sobre a qual os oito acontecem, o lugar onde eles deixam de ser políticas setoriais soltas e viram desenvolvimento amarrado. É por isso que, ao longo de todo este plano, você encontra os blocos de filete verde marcados "ArcoMM": eles mostram, programa a programa, como cada proposta se costura ao corredor.

A costura é literal e pode ser vista eixo por eixo. O Eixo 1, da segurança, usa o Monotrilho como malha de patrulhamento e a regularização fundiária como arma contra a milícia. O Eixo 2, da economia, tem nas Cidades Vocacionadas o seu motor de emprego e reindustrialização. O Eixo 3, da saúde, distribui hubs de atendimento ao longo do Anel e ancora o complexo farmacêutico na Biópolis. O Eixo 4, da educação, planta escola técnica onde a vocação produtiva pede mão de obra formada. O Eixo 5, da mobilidade, tem no Corredor Pavuna-Arco e no Grande Anel a sua espinha. O Eixo 7, do ambiente, encontra na faixa de influência o reflorestamento e o carbono certificável. E o Eixo 8, da cidadania, resolve na regularização fundiária o sonho da casa com escritura. Um só território, oito eixos, uma só lógica.

Essa integração é o que impede que o desenvolvimento se faça pela metade, como sempre se fez no Rio. O erro histórico foi tratar cada política como ilha: construir a estrada sem a segurança do corredor, e ela vira pedágio do crime; levar a moradia sem o saneamento, e ela vira foco de doença; abrir a indústria sem a escola técnica, e ela importa mão de obra de fora enquanto o jovem local segue desempregado. O ArcoMM força a chegada simultânea. No mesmo território, ao mesmo tempo, chegam o transporte, a escritura, a segurança, o esgoto, a escola e o emprego. É a diferença entre plantar árvores soltas e plantar uma floresta: as mesmas mudas, mas um resultado incomparavelmente maior, porque cada peça reforça a outra em vez de esperar por ela.

O ArcoMM é o "onde" deste plano. Sem território que costure, cada boa política vira ilha – e ilha não desenvolve estado.

GOVERNANÇA E FINANCIAMENTO DO ARCOMM

Uma visão dessa escala morre por dois motivos, sempre os mesmos: falta de quem a comande e falta de quem a pague. O ArcoMM responde aos dois com estrutura, não com esperança. A governança se organiza numa Autoridade Metropolitana própria, com poder real para planejar o conjunto, agilizar obras, licenciar indústrias e ordenar o uso do solo ao longo do corredor. Sem essa autoridade, cada município puxa para o seu lado, cada obra tramita em doze órgãos e o corredor nunca vira sistema. Com ela, existe um comando único que pensa o território como um todo e responde por ele, respeitando a autonomia dos municípios, mas superando a fragmentação que hoje paralisa tudo.

Uma palavra de honestidade sobre a Autoridade Metropolitana: ela não nasce por decreto num fim de semana. Criar um comando territorial que reúna estado e municípios, com poder real e legitimidade, exige lei, pactuação e respeito à autonomia de cada prefeitura, e isso leva tempo e negociação.

Por isso, o compromisso que assumimos com data é o de encaminhar a proposta e iniciar a governança do ArcoMM ainda no primeiro ano, com a estrutura de coordenação que o governador pode montar com a própria caneta, enquanto a autoridade definitiva tramita. Não prometemos o que depende de outros poderes como se dependesse só de nós. Prometemos começar, e começar rápido, pelo que está ao nosso alcance.

O financiamento se estrutura por camadas, e nenhuma delas depende de dinheiro que o Estado não tem. A primeira camada são as concessões e as parcerias público-privadas: transporte, infraestrutura e serviços que o setor privado opera e financia, atraído pela previsibilidade e pela escala do projeto. A segunda são os organismos multilaterais de financiamento, que emprestam a juro baixo e prazo longo 20 para projetos estruturantes com retorno social e ambiental, exatamente o perfil do ArcoMM. A terceira, e talvez a mais engenhosa, é a captura da valorização fundiária: a obra pública valoriza a terra ao seu redor, e parte dessa valorização, capturada com instrumentos urbanísticos, financia a própria obra que a gerou. A quarta é o orçamento público, entrando por fases, apenas onde as outras camadas não alcançam. Financiar por camadas é o que torna o gigantesco possível: nenhuma fonte carrega tudo sozinha, e o projeto avança pela soma delas.

Há ainda uma razão fiscal para o ArcoMM que costuma passar despercebida e é decisiva. A transição tributária nacional, com a substituição gradual do ICMS pelo IBS, muda o jogo da arrecadação estadual, e o Rio precisa de novos ciclos de geração de riqueza para não perder receita na virada. As Cidades Vocacionadas, a atração de indústria e a valorização de todo o corredor criam justamente esse novo ciclo de arrecadação, sem aumentar imposto, ampliando a base econômica sobre a qual o imposto incide. O ArcoMM, além de tudo o que entrega ao cidadão, é a aposta de que o Rio pode crescer sua receita crescendo sua economia, que é a única forma sustentável de um estado se financiar. É a Baixada, a região que “perdeu no papel” o acesso a fundos federais na fusão de 1975, recebendo agora a maior jogada estrutural do plano. Justiça histórica e cálculo econômico, no mesmo traçado.

De mar à montanha, um só sistema. O ArcoMM devolve à Baixada o que a fusão lhe tirou – e devolve ao trabalhador três horas de vida por dia.

A VIDA QUE NÃO ANDA

Fora do domínio do crime, há outra violência, silenciosa: a do tempo roubado. A região metropolitana concentra cerca de doze milhões de pessoas, e boa parte delas vive amarrada num transporte que não integra. Na Baixada Fluminense, apenas dezessete por cento da população mora perto de transporte de alta capacidade. O trabalhador da região perde até três horas por dia no deslocamento. Três horas subtraídas do filho, do estudo, do descanso, da vida. É uma pobreza que não aparece na renda, mas corrói a existência de milhões todos os dias, na plataforma lotada e no ônibus parado. A imobilidade soma-se o abandono do saneamento. Menos de sessenta por cento do esgoto do estado é tratado. Isso é rio poluído, baía contaminada, criança doente, praia interditada: uma conta de saúde e de economia que o Rio paga sem perceber. Cada litro de esgoto que corre a céu aberto vira internação por diarreia, dia de trabalho perdido, turista que não volta e valor imobiliário que despenca. Saneamento não é obra invisível de engenheiro. É a política de saúde mais barata que existe, e o Rio a negligenciou por décadas.

O descuido com o território cobra sua fatura mais cruel na serra: as tragédias serranas de 2011 e de 2022, somadas, mataram mais de mil e cem pessoas. Não foram desastres naturais no sentido de inevitáveis. Foram gente morando onde não deveria, sem drenagem, sem contenção de encosta, sem sistema de alerta. Desgoverno territorial que a chuva apenas revelou. Mais de mil e cem mortos é número de guerra, e ele se repetiu porque, entre uma tragédia e outra, o Estado não fez o dever de casa da prevenção. Prevenir é obra, e obra que não se fez cobra vidas com juros.

A ECONOMIA AMARRADA

O paradoxo do Rio é que ele é rico e vive amarrado. É o segundo maior PIB do país e abriga a maior província petrolífera do hemisfério sul, riqueza que passa pelo estado sem fincar raiz suficiente. Ao mesmo tempo, carrega uma dívida com a União superior a duzentos bilhões de reais, renegociada em 2026 no âmbito do Propag, com a parcela mensal caindo de cerca de um bilhão e trezentos milhões para em torno de cento e dez milhões de reais. É preciso ser exato sobre o que isso significa: alivia o fluxo de caixa, não apaga o estoque da dívida. O Rio ganhou fôlego para respirar e investir. Não ganhou perdão do que deve. Enquanto a dívida pesava, a base produtiva encolhia. A indústria naval, que já fez do Rio uma potência, definiu. Sedes corporativas migraram para São Paulo, levando imposto e emprego qualificado. A máquina pública inchou sem projeto, consumindo em custeio o que deveria virar investimento. O retrato é o de um estado que tem petróleo, porto, universidade e localização privilegiada, mas assiste à riqueza passar por ele em vez de se fixar nele. Destruir essa economia amarrada, com contas em ordem, segurança que atraia investimento e Estado que sai da frente de quem produz, é o objetivo que o resto do plano persegue.

Há um número que ilumina como poucos a relação entre a violência e a economia, e ele vem de estudo econômico conduzido para este plano.

Reduzir a letalidade do patamar atual até a meta agregaria, na estimativa do estudo, cerca de cento e cinquenta e seis bilhões de reais ao PIB estadual e em torno de setecentos mil empregos, calculados por uma elasticidade-emprego de 0,27. O cálculo não é aposta no escuro: o próprio retrospecto das últimas três décadas mostra que o Rio ganhou bilhões nos períodos em que os homicídios recuaram. A leitura que se tira disso é o fio de todo o plano. A insegurança não é apenas uma tragédia moral: é o maior imposto invisível que o fluminense paga, e reduzi-la é a política de emprego mais barata e mais poderosa que existe. O ponto de partida é ruim, mas contém, dentro de si, a maior alavanca de recuperação que o estado possui.

O POVO QUE RESISTE

Por trás de todo número há gente, e o povo fluminense é a maior razão de otimismo deste plano. Mais da metade da população do estado é negra ou parda. É essa maioria que mais sente na pele a violência, a fila e o transporte ruim, e que, mesmo assim, sustenta a economia, a cultura e a alegria do Rio todos os dias. Um em cada seis fluminenses tem entre quinze e vinte e nove anos: uma juventude enorme, que o crime disputa com a escola e vem, em muitos lugares, vencendo a disputa por falta de alternativa. Esse é o retrato mais importante de todos, porque é dele que sai tanto o risco quanto a solução. Um povo jovem e trabalhador é a matéria-prima de qualquer reconstrução. Dar a essa gente segurança, ofício e futuro não é generosidade; é a política econômica mais inteligente que o Rio pode fazer.

INDICADOR DE PARTIDA	SITUAÇÃO ENCONTRADA
População sob domínio armado	4 milhões sob controle ou influência (3,4 milhões sob controle efetivo) – mais de 1/3 da região metropolitana
Expansão do território dominado	+130% de área dominada entre 2007 e 2024
Custo do crime à economia formal	mais de R\$ 21 bilhões por ano (Firjan)
Sistema prisional	-47 mil presos para menos de 30 mil vagas (-160% de ocupação); comando sai de dentro da cela
Dívida com a União	superior a R\$ 200 bilhões, renegociada em 2026 no Propag (parcela de -R\$ 1,3 bi para -R\$ 110 mi/mês) – alivia o fluxo, não apaga o estoque
Esgoto tratado	menos de 60% do esgoto é tratado
Tragédias serranas (2011 e 2022)	mais de 1.100 mortos somados
Mobilidade na Baixada	apenas 17% perto do transporte de alta capacidade; até 3 horas por dia de deslocamento
Perfil da população	mais da metade negra ou parda; 1 em cada 6 entre 15 e 29 anos

AS JANELAS DE OPORTUNIDADE

O retrato é duro, mas não é o fim da história, e é aqui que este capítulo muda de tom. Pela primeira vez em décadas, o Rio recebe, junto com os problemas, um conjunto de oportunidades que não existiam antes. A primeira é a dívida renegociada: o alívio de fluxo do Propag abre espaço fiscal para investir onde antes só havia asfixia, desde que o fôlego seja usado com responsabilidade, e não desperdiçado em custeio novo.

A segunda janela é a Copa do Mundo Feminina de 2027, sediada no Rio. Um mundial impõe prazo, atrai atenção global e força investimento em infraestrutura, com legado que fica nas comunidades quando bem planejado. É pressão externa que se transforma em obra permanente.

A terceira é o cerco global ao crime. As designações de facções brasileiras como organizações terroristas por autoridades dos Estados Unidos, em 2026, abrem uma frente de asfixia financeira inédita, atacando o dinheiro que sustenta o poder armado. A quarta janela é a ADPF 635 do Supremo Tribunal Federal, que obriga a retomada territorial e a compartilha entre as três esferas de poder, com recursos das três, transformando o enfrentamento de aventura isolada em dever partilhado.

A quinta janela é o novo marco do saneamento, que destravou investimento privado em água e esgoto numa escala inédita, tornando viável universalizar o que hoje não chega a sessenta por cento. A sexta é o gás do pré-sal, matéria-prima para reindustrializar e gerar energia competitiva, desde que os royalties voltem em obra e a política industrial seja séria. E a sétima é a revolução da inteligência artificial, que está barateando radicalmente a boa gestão pública (da regulação de filas ao combate à fraude) e permite a um estado historicamente mal gerido gerir barato e bem.

Nenhuma dessas janelas fica aberta para sempre. Esse é o ponto de partida do Rio: um estado ferido, mas cercado de oportunidades que exigem método e coragem para serem aproveitadas. É exatamente isso que os oito eixos deste plano se propõem a fazer.

Este é o Rio que recebemos: ferido nos números, mas cercado de janelas abertas. O plano existe para atravessá-las a tempo.



EIXO 01

RJ

SEGURO
DE NOVO.

ANDRÉ
MARINHO
GOVERNADOR
VICE-TEM. CORONEL ENDRÉYCE

EIXO 1 – RJ SEGURO DE NOVO

Sai Fuzil, Entra Brasil – o cerco de cinco frentes que devolve o território ao Estado e o Estado ao cidadão

O que está em jogo. Quatro milhões de fluminenses vivem hoje sob o controle ou a influência de grupos armados. É mais de um terço da região metropolitana. Destes, 3,4 milhões estão sob controle efetivo. Não é que o crime passe pela rua deles. O crime manda na rua deles. Quem cobra o imposto informal do gás, quem autoriza a obra na laje, quem decide se a ambulância entra, quem julga a briga do vizinho e quem executa a sentença é quem tem o fuzil na mão. O Estado, nesses lugares, virou lenda. A área sob domínio armado cresceu mais de 130% entre 2007 e 2024. Mais que dobrou enquanto governos se revezavam prometendo o contrário. E isso tem preço em dinheiro, não só em medo: a Firjan calcula que o crime custa mais de R\$ 21 bilhões por ano à economia formal do estado. É a fábrica que não abre, a carga que não roda, o turista que não vem, o investimento que escolhe outro endereço. A droga, aqui, é apenas uma fração do negócio.

A nossa convicção. Segurança não é gasto. É a política de desenvolvimento mais barata que existe. Todo o resto que este plano promete, o emprego, a saúde, a escola, a mobilidade, precisa de um chão firme para acontecer, e não há chão firme onde o fuzil manda. A violência letal empurra a renda de um estado inteiro para baixo: afasta empresa, trava obra, mata gente em idade de trabalhar, transforma bairro produtivo em praça de guerra. O caminho inverso também é verdadeiro. Um estudo econômico conduzido pela RC Consultores, sob coordenação de Paulo Rabello de Castro, estima que reduzir a letalidade fluminense ao patamar que nos propomos agrega cerca de R\$ 156 bilhões ao PIB e em torno de 700 mil empregos, por uma elasticidade-emprego de 0,27. O retrospecto confirma a tese: nas três décadas em que os homicídios caíram, o Rio ganhou bilhões. Primeiro seguro, depois rico. Não é slogan. É a ordem das operações.

O que vamos fazer. Vamos executar o programa Sai Fuzil, Entra Brasil: um cerco de cinco frentes que se movem ao mesmo tempo. Fronteira, para impedir que o crime entre. Território, para retomar o que ele tomou e nunca mais sair. Dinheiro, para secar o caixa bilionário que sustenta o fuzil. Cárcere, para isolar o comando que ainda governa de dentro da cela. Polícia, para dar à força que executa tudo isso as condições de vencer. Cinco frentes porque o crime não é um problema, é um sistema, e um sistema não se derruba por um lado só. Uma frente isolada o crime contorna. As cinco juntas, ele não tem por onde escapar: perde a rota, perde o terreno, perde o dinheiro, perde o comando e perde a impunidade, tudo na mesma marcha.

O compromisso pelo qual pedimos para ser cobrados. Vamos reduzir a letalidade violenta do patamar de cerca de 21 para 12 mortes por 100 mil habitantes em oito anos: dois quadriênios, com medição feita por instituição externa e painel público desde o primeiro ano, para que ninguém precise acreditar na nossa palavra: basta olhar o número.

Vamos retomar e guardar 20 territórios até 2030, o primeiro deles ainda no primeiro ano, escolhido por critério técnico e não por vitrine. E vamos abastecer o Fundo do Cerco, o caixa único que paga toda essa guerra, com o patrimônio confiscado do próprio crime, para que o custo da retomada recaia sobre quem tomou, e não sobre quem pagou a conta a vida inteira.

Antes do tiro vem o abandono. Onde o Estado não chega, alguém chega no lugar dele. Desta vez, quem chega é o Brasil.

O INIMIGO DE 2027 NÃO É O DE 2010

Quem desenha a segurança do Rio para 2027 com o mapa mental de 2010 já perdeu antes de começar. O inimigo mudou de natureza, e mudar de mapa é a primeira condição de vencer. Durante décadas o estado tratou dois problemas separados. De um lado, a facção: nascida na venda de droga, organizada em torno da boca, expandindo-se por rotas e pontos. De outro, a milícia: nascida na venda de proteção, organizada em torno do controle do bairro, expandindo-se por serviços impostos ao morador. Eram dois negócios, duas lógicas, dois inimigos. A política pública os enxergava assim e os combatia assim, quando combatia. Isso acabou. Facção e milícia convergiram. Hoje os dois vendem tudo. O grupo que começou no tráfico cobra o gás, taxa a internet clandestina, controla o transporte alternativo, impõe a segurança forçada e explora o comércio da área. O grupo que começou na proteção vende droga sem cerimônia. Tributam o mesmo morador pelos mesmos serviços. Disputam o mesmo território pelo mesmo motivo. O modelo de negócio de ambos convergiu para uma única coisa: o monopólio armado de um pedaço de chão. Quem domina a área domina toda a cadeia de valor que passa por ela, legal e ilegal, do botijão de gás ao ponto de recarga de celular. A droga deixou de ser o negócio e virou uma linha da planilha.

Essa convergência tem uma consequência operacional cruel: a expansão passou a se dar por conquista de área rival. Não é mais o crescimento pacífico da boca que abre em terreno vago. É a tomada, à bala, do território do concorrente. Por isso a guerra ficou mais letal justamente quando o "mercado" parecia maduro. Cada avanço de um grupo é um recuo sangrento de outro. E no meio está o morador, que não escolheu lado nenhum e paga imposto para os dois em anos diferentes. Para quem mora ali, a convergência tem cara concreta. É o botijão de gás que custa o dobro porque só há um fornecedor, e o fornecedor tem fuzil. É a mensalidade da internet clandestina que não se pode recusar. É a van que só roda com a autorização de quem manda no ponto. É a obra na própria casa que precisa de licença de um poder que não é o município. É o comércio que paga a "segurança" que é a própria ameaça. O morador do território dominado é tributado: paga ao Estado, em imposto embutido em tudo o que consome, por serviços que não recebe; e paga ao crime, em espécie, pelos serviços que o Estado deixou de prestar. A convergência entre facção e milícia é, do ponto de vista de quem vive sob ela, um único opressor com muitos nomes. Para quem mora ali, a convergência tem cara concreta. É o botijão de gás que custa o dobro porque só há um fornecedor, e o fornecedor tem fuzil. É a mensalidade da internet clandestina que não se pode recusar. É a van que só roda com a autorização de quem manda no ponto.

É a obra na própria casa que precisa da licença de um poder que não é o município. É o comércio que paga a "segurança" que é a própria ameaça. O morador do território dominado é bitributado: paga ao Estado, em imposto embutido em tudo o que consome, por serviços que não recebe; e paga ao crime, em espécie, pelos serviços que o Estado deixou de prestar. A convergência entre facção e milícia é, do ponto de vista de quem vive sob ela, um único opressor com muitos nomes. Da leitura correta do inimigo nasce a estratégia correta. Não existe, neste plano, um programa para o tráfico e outro para a milícia. Existe uma estratégia única contra a empresa criminosa territorial, e o alvo dessa estratégia é o faturamento. Prender soldado é enxugar gelo: o território que gera dinheiro repõe o soldado na semana seguinte. Secar o território, tomar o chão e cortar a receita é o que quebra a empresa. Combatemos um modelo de negócio, não uma sigla. Por isso a milícia, que planos anteriores fingiram não ver, entra no cerco pela mesma porta que a facção: a asfixia do caixa comum. Incluir a milícia no cerco tem um custo político que este governo aceita pagar. A milícia é mais difícil de combater do que a facção não porque seja mais forte, mas porque está mais entranhada: em setores da própria estrutura pública, em relações com agentes, em redes de proteção institucional que a facção, nascida à margem, nunca teve. É justamente por isso que tantos planos a ignoraram. Mexer com a milícia é mexer com quem tem terno, não só com quem tem fuzil. Mas a asfixia patrimonial não distingue terno de fuzil. Ela segue o dinheiro, mapeia o imóvel, rastreia a conta, identifica o laranja. E o dinheiro da milícia deixa rastro tão claro quanto o da facção, porque a milícia lava mais e esconde menos, confiando na proteção que a asfixia vai justamente romper. O caixa comum é o ponto onde os dois inimigos ficam igualmente vulneráveis, e é por ele que atacamos os dois ao mesmo tempo, sem exceção e sem apadrinhamento.

Há ainda duas novidades que não existiam nos mapas antigos e que transformam o jogo a nosso favor. A primeira é jurídica e internacional: em 2026, as duas maiores organizações criminosas que atuam no território brasileiro foram designadas organizações terroristas por autoridades dos Estados Unidos. Isso não é retórica. É ferramenta. A designação expõe financiadores, fachadas e operadores financeiros dessas organizações ao bloqueio no sistema financeiro internacional, alcança o dinheiro onde a caneta estadual não chega e transforma cada dossiê patrimonial produzido aqui em munição lá fora. A segunda é a ADPF 635 do Supremo Tribunal Federal, que determina uma política de redução da letalidade com planejamento, presença permanente do Estado nos territórios e recursos das três esferas. Governos anteriores trataram a ADPF 635 como amarra. Nós a tratamos como alavanca: seremos o primeiro governo a cumpri-la por inteiro, e a superá-la, porque faremos mais e melhor do que ela exige.

A designação terrorista de 2026 merece ser compreendida no que ela de fato faz, porque a palavra assusta e o mecanismo é frio. Ela não muda a lei penal brasileira nem transforma o traficante da esquina em terrorista para efeito de processo aqui dentro. O que ela faz é alcançar o dinheiro: coloca as organizações designadas na mira do sistema financeiro internacional, expõe ao bloqueio quem as financia, quem lava o seu dinheiro e quem opera as suas fachadas no circuito global, e abre a porta para a cooperação de inteligência que persegue esse dinheiro onde a caneta do governador do Rio jamais chegaria. Para o nosso cerco, isso significa uma coisa prática: cada patrimônio que a Frente 3 mapear e cada dossiê financeiro que a inteligência estadual produzir deixa de ser um papel de gaveta e vira insumo de um bloqueio que atravessa fronteiras.

A designação é o megafone internacional do trabalho patrimonial que faremos em casa. Por isso ela entra neste plano não como manchete, mas como ferramenta a ser usada com método. É uma das razões pelas quais uma frente de governadores contra o narcoterrorismo, detalhada adiante, é peça deste eixo. Ler o inimigo pelo modelo de negócio muda o que se mede como vitória. Durante décadas, o Estado comemorou apreensão: tantos quilos de droga tirados de circulação, tantas armas recolhidas, tantos presos em flagrante. São números que enchem coletiva de imprensa e não movem o mapa. A droga apreendida é reposta; o soldado preso é substituído; o ponto fechado reabre na esquina seguinte. Nada disso toca o que sustenta a empresa criminosa territorial: o controle do chão e o fluxo de caixa que dele nasce. Por isso a nossa métrica não é apreensão. É território retomado e mantido, patrimônio confiscado, letalidade em queda. Medir a coisa certa é a primeira condição de vencer, porque um governo que persegue o indicador errado otimiza a derrota. O que sangra a empresa criminosa não é a droga que ela perde num contêiner; é o território que ela deixa de tributar e o dinheiro que ela deixa de mover. É nisso que miramos.

Ler o inimigo pelo modelo de negócio muda o que se mede como vitória. Durante décadas, o Estado comemorou apreensão: tantos quilos de droga tirados de circulação, tantas armas recolhidas, tantos presos em flagrante. São números que enchem coletiva de imprensa e não movem o mapa. A droga apreendida é reposta; o soldado preso é substituído; o ponto fechado reabre na esquina seguinte. Nada disso toca o que sustenta a empresa criminosa territorial: o controle do chão e o fluxo de caixa que dele nasce. Por isso a nossa métrica não é apreensão. É território retomado e mantido, patrimônio confiscado, letalidade em queda. Medir a coisa certa é a primeira condição de vencer, porque um governo que persegue o indicador errado otimiza a derrota. O que sangra a empresa criminosa não é a droga que ela perde num contêiner; é o território que ela deixa de tributar e o dinheiro que ela deixa de mover. É nisso que miramos.

AS SEIS REGRAS DE COERÊNCIA DO CERCO

Antes de qualquer frente, seis regras. Elas não são enfeite metodológico. São o que separa um plano que fecha de uma lista de desejos que desmorona no primeiro contato com o caixa. Todo compromisso deste eixo passa por elas, e o leitor técnico pode conferir uma a uma. A razão de existirem é simples e dolorosa: quase todo plano de segurança que o Rio já viu fracassou não por falta de boa intenção, mas por incoerência. Prometia-se com dinheiro que não existia, datavase o que dependia de terceiros, pagava-se despesa permanente com receita de uma vez, expandia-se além da capacidade e mediam-se as coisas erradas, quando se media alguma coisa. As seis regras são a vacina contra cada um desses erros, aplicada antes de a doença aparecer. Elas valem para o Cerco Inteiro e são a garantia de que o que este eixo promete tem lastro. Leia-as como um contrato de honestidade: a partir daqui, você pode nos julgar por elas.

Primeira: um caixa só.

Toda fonte de recurso do Cerco vive dentro do Fundo do Cerco. Nenhuma frente cita fonte própria, nenhuma promessa carrega o seu financiamento debaixo do braço. Isso elimina a dupla contagem, o vício que destruiu os planos anteriores, em que o mesmo real era prometido a três programas diferentes e no fim não pagava nenhum.

Aqui o dinheiro entra num único cofre, e do único cofre sai o financiamento das cinco frentes, com entrada e saída visíveis no Painel.

Segunda: o piso dimensiona, o teto acelera.

Toda meta com data marcada tem de caber no piso das fontes que a caneta do governador controla. As fontes que dependem de terceiros, a ADPF, o Programa Fusão 50, a frente de governadores, só antecipam cronograma; jamais lastreiam uma promessa datada. Se o dinheiro de Brasília vier, andamos mais rápido. Se não vier, a meta continua de pé, porque nunca a apoiamos nele. É a diferença entre planejar com o que se tem e fantasiar com o que se torce para ter.

Terceira: natureza casa com natureza.

Receita de capital, o dinheiro que entra de uma vez, como o produto de um confisco, paga o que se compra de uma vez: viatura, drone, base, muro, obra. Despesa permanente, o salário que se paga todo mês, exige receita permanente. Nunca prometeremos folha de pagamento com ativo confiscado, porque o confisco é finito e a folha é para sempre. Misturar as duas naturezas é a origem de todo rombo, e não vamos cometê-la.

Quarta: esteira, não fila.

O ritmo da retomada é ditado por uma trava objetiva de capacidade, não pelo calendário eleitoral. Não vamos acelerar território para inaugurar em ano de voto nem travar para segurar manchete. Avança quem pode ser sustentado; espera quem ainda não pode. A esteira anda na velocidade da capacidade real de manter o que se conquista.

Quinta: toda promessa tem dono.

Cada compromisso deste plano depende de um instrumento, seja a caneta do governador, a Assembleia, o Congresso, o Judiciário ou o município, e a matriz de responsabilidades diz de quem. Só datamos o que o governador controla. O que depende do voto alheio aparece como articulação, com o esforço declarado e sem data que o governador não pode garantir. É a honestidade de não vender o que não se tem a chave para entregar.

Sexta: a conta aberta se declara.

Onde a conta depende de um estudo que só a máquina de governo, com acesso ao caixa, pode fechar, isso aparece escrito, como entrega da transição, com prazo. Nada some no rodapé. Preferimos a crítica de sermos cautelosos à vergonha de sermos desmentidos. Quando dissermos que um número virá, dizemos quando vem e quem o assina. Essas seis regras são o que torna este eixo diferente de um panfleto. Todo candidato promete acabar com o crime; poucos mostram a régua com que se deixam medir e menos ainda a régua que os impede de mentir. As seis regras de coerência do Cerco são, ao mesmo tempo, o método que organiza o financiamento e o compromisso ético de não prometer o que não se pode pagar, não datar o que não se controla e não esconder o que ainda não fecha. Elas atravessam as cinco frentes de ponta a ponta e reaparecem, com números, no capítulo do Fundo do Cerco. Guarde-as, leitor, e cobre-as: se em algum ponto deste plano você encontrar uma promessa sem dono, uma data sobre o que depende de Brasília ou uma folha de pagamento sustentada por confisco, terá encontrado uma regra violada. E terá o direito de nos cobrar por isso.

MEIO SÉCULO DE ABANDONO

Para entender por que o crime cresceu, é preciso entender por que o Estado encolheu. Não foi acaso. Foi decisão. Há cinquenta anos o Rio perde território para o abandono, e o crime apenas ocupou o vazio que decisões abriram. Em 1960, a capital federal partiu para Brasília e levou consigo o emprego público, as sedes, o investimento, a centralidade, tudo sem plano de compensação para a cidade que ficou. O Rio, que era o coração administrativo do país, virou de um dia para o outro uma capital sem país para administrar. Foi o primeiro golpe.

O segundo veio em 15 de março de 1975, sob a Lei Complementar nº 20 de 1974. A União fundiu, sem plebiscito e sem perguntar a ninguém, a Guanabara, uma cidade-estado rica, com orçamento de metrópole, ao Estado do Rio de Janeiro. A Guanabara perdeu o dote. A Baixada e a Zona Oeste, de repente contabilizadas na média de um estado "desenvolvido no papel", perderam o acesso aos fundos federais destinados a regiões pobres. Na estatística, tinham deixado de ser pobres, ainda que na vida real continuassem sendo. Dois orçamentos viraram um. Duas realidades foram somadas e divididas até que nenhuma delas fosse atendida. A conta dessa fusão de gabinete foi paga, e continua sendo paga, pela periferia.

Meio século depois, o retrato é este: uma dívida de R\$ 203 bilhões com a União, renegociada em 2026, no âmbito do Propag, o que aliviou a parcela mensal de cerca de R\$ 1,3 bilhão para algo em torno de R\$ 110 milhões, mas não apagou o estoque nem apagou a história. Um déficit estrutural que atravessou governos. Uma indústria naval que definhou, sedes que migraram para São Paulo, uma máquina pública que inchou e virou balcão. E, no vácuo de tudo isso, o poder armado paralelo, que não cresce contra um Estado forte. Cresce onde o Estado desistiu de estar. Essa é a raiz que nenhum plano de segurança honesto pode ignorar. O domínio armado do território não é a causa primeira; é o sintoma tardio de um Estado que se retirou. Onde havia serviço público, sobrou boca de gestão; onde havia perspectiva de emprego, sobrou a oferta do crime; onde havia presença do poder legítimo, sobrou o vácuo que o poder armado ocupa naturalmente, porque território sem dono é território que alguém toma. Retomar o território pela força, sozinho, é combater o sintoma e deixar a doença. Por isso a Frente 2 não termina na base policial: termina na escola, no posto de saúde, na escritura e no emprego. Combater o crime organizado no Rio é, no fundo, reverter cinquenta anos de recuo do Estado, um quartelão de cada vez, na direção contrária àquela em que fomos empurrados.

Ha 50 anos o Rio perde território para o abandono. No meu governo o Rio retoma o território do crime — a cobra de Brasília o que nos tiraram.

Registro isto no início do eixo de segurança de propósito. O Rio não é pobre. O Rio foi empobrecido. E o que decisões fizeram, decisões vão desfazer. A retomada do território do crime e a cobrança da reparação histórica são a mesma luta, vista de dois ângulos: recuperar o chão que perdemos para o fuzil e recuperar o orçamento que perdemos para uma canetada. As duas coisas cabem neste plano, e as duas começam agora.

FRENTE 1 • FRONTEIRA — IMPEDIR QUE O CRIME ENTRE

O território do crime tem fronteiras, e por essas fronteiras entra tudo o que o alimenta: a droga que ele revende, o fuzil que impõe o seu poder, a munição que sustenta a guerra, a mercadoria roubada que ele lava. Enquanto essas portas ficam abertas, retomar território por dentro é encher um balde furado. A Frente 1 fecha as portas. O nome do programa é duplo, porque a fronteira do Rio é dupla: o Escudo Rio protege o perímetro terrestre e aéreo do estado; o Escudo Guanabara fecha a fronteira de água que os outros governos fingiram não existir.

ESCUDO RIO — TRÊS ANÉIS E UM CÉREBRO

O Escudo Rio organiza a proteção do perímetro do estado em três anéis concêntricos de fiscalização, integrados por um único cérebro. O anel terrestre cobre as rodovias e os pontos de entrada por onde circula o grosso da carga ilícita: um sistema estadual de leitura automática de placas, com câmeras de reconhecimento posicionadas nos corredores de maior risco, que cruza em tempo real cada veículo com as bases de inteligência e acende o alerta antes que a carga chegue ao destino. O anel aéreo vigia o espaço sobre o estado, as rotas do transporte aéreo clandestino de droga e de armas, com radares e doutrina de resposta articulada com as forças federais. O anel marítimo é o Escudo Guanabara, detalhado adiante.

Cada anel corresponde a uma via real de suprimento do crime, e é por isso que são três e não um. O crime não abastece o seu território por um caminho só: entra por estrada, entra por ar, entra por água, e migra de uma via para outra assim que uma delas é fechada. Fechar só a estrada empurra a carga para o ar e para a água. Fechar só a água empurra para a estrada. O cerco de fronteira só funciona quando é simultâneo nos três meios, quando não sobra via livre para o crime migrar. Por isso o Escudo Rio não é uma barreira, é um perímetro: um cerco de trezentos e sessenta graus sobre o estado, coordenado por um único cérebro, em que fechar uma via não abre outra. É a diferença entre um bloqueio, que se contorna, e um cerco, que sufoca. O cérebro dos três anéis é um centro integrado de comando e controle operando 24 horas por dia, sete dias por semana, onde convergem as imagens, os dados de placa, os alertas de inteligência e as comunicações das forças em campo. Não adianta ter mil câmeras se ninguém lê as mil câmeras. O CICC lê, correlaciona e decide: qual carga parar, qual comboio interceptar, qual embarcação abordar. A fiscalização deixa de ser sorteio na estrada e vira decisão baseada em risco. Para o caminhoneiro honesto, que hoje perde horas em barreira aleatória, isso significa passar direto; para quem transporta o fuzil, significa cair na barreira certa, no ponto certo, com a prova na mão.

O CICC não é uma sala de crise que se monta na emergência e se desmonta quando a manchete passa. É uma instituição permanente de inteligência do estado, e é o ativo mais duradouro da Frente 1, porque o dado que ele acumula hoje é a operação que ele viabiliza amanhã. Cada placa lida, cada padrão de rota, cada correlação entre carga e destino alimenta uma memória que torna a fiscalização mais precisa a cada mês. A inteligência artificial, que barateia e acelera o cruzamento de dados numa escala impensável há poucos anos, é aqui aliada direta do cerco: ela lê o que nenhum plantão humano leria, aponta o anômalo no meio do rotineiro e transforma milhões de eventos triviais na única pista que importa.

Com uma ressalva que é lei, não estilo: a base de dados do Cerco opera sob controle e governança. O que se coleta, para que serve e quem acessa está regrado, auditável e sujeito à Controladoria-Geral Independente. Vigiar o crime não é vigiar o cidadão, e a diferença entre as duas coisas se garante com regra escrita, não com promessa.

A lógica da Frente 1 é a lógica de todo cerco eficiente: você não revista todo mundo, você revista quem o dado aponta. Fiscalização por risco é mais barata, mais rápida e mais justa do que a batida cega. E é infinitamente mais eficaz, porque concentra a força escassa do Estado exatamente onde o crime é obrigado a passar. Estrangular a logística na fronteira encarece cada operação do crime lá dentro: a droga que não entra não é vendida, a arma que não chega não intimida, a carga roubada que não sai não é lavada. Há um alvo de fronteira que merece prioridade absoluta: o fuzil e a munição. É a arma que sustenta o domínio territorial e é a munição que a mantém em uso. Ao contrário da droga, que se consome e se repõe, o fuzil é um bem durável: cada um que entra fica anos em circulação, passa de mão em mão, intimida por uma década. Interditar armas e munição na fronteira, portanto, tem efeito multiplicado no tempo: cada carregamento barrado é poder de fogo subtraído do crime por anos. A inteligência do Escudo Rio dedicará esforço específico ao rastreamento das rotas de armamento, nacionais e transfronteiriças, e ao ponto em que o fuzil muda de mãos, porque é ali, na logística da arma, que a empresa criminosa é mais vulnerável e mais dependente do mundo de fora do território. Quem controla a entrada da munição controla o relógio da guerra.

Há um prazo que a Frente 1 não escolheu, mas que a obriga a andar: a Copa do Mundo Feminina de 2027, que o Rio vai sediar já no primeiro ano deste governo. Um evento dessa escala é, ao mesmo tempo, um teste de estresse da segurança e uma alavanca de investimento em infraestrutura de vigilância que fica para sempre. As câmeras, os centros de controle e a integração de dados que a Copa exige não são gasto de vitrine passageira: são a espinha tecnológica do Escudo Rio, instalada sob a pressão de um prazo mundial e herdada pelo cerco no dia seguinte ao apito final. Vamos usar a janela da Copa para acelerar o que já fazíamos, e não o contrário. O legado de um evento esportivo não pode ser um estádio ocioso; tem de ser um estado mais seguro. Esse é o nosso critério para cada real gasto com a Copa. A Frente 1 não opera sozinha, e nem poderia: a fronteira do estado é também fronteira da União. O Escudo Rio se articula com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita e as Forças Armadas nos pontos em que a competência é federal: rodovias da União, espaço aéreo, faixa de fronteira nacional que abastece as rotas que chegam ao Rio. Essa articulação não é favor. É a materialização das três esferas que a ADPF 635 determina e que a frente de governadores, detalhada adiante, vai transformar em pauta permanente. O cerco à fronteira fluminense é mais forte quanto mais integrado estiver ao cerco nacional, e o Rio será o estado que puxa essa integração, não o que espera por ela.

ESCUDO GUANABARA — A AVENIDA DE ÁGUA

Por décadas, a Baía de Guanabara foi a avenida mais livre do crime organizado do Rio. Enquanto se montavam barreiras nas estradas, o espelho d'água ficava aberto: carga entrando e saindo por embarcação, roubo a navios fundeados, o contrabando circulando entre um lado e outro da baía sem que ninguém perguntasse nada.

Fechar a estrada e deixar a água aberta é fechar a porta e deixar a janela escancarada. O Escudo Guanabara fecha a janela.

Vamos montar uma célula naval de segurança pública dedicada à baía, integrada ao CICC e operando em cooperação com a Marinha do Brasil, cuja presença e cujo conhecimento do espelho d'água são insubstituíveis. A vigilância combina radares de superfície, que enxergam a embarcação que se move onde não deveria, com patrulhamento embarcado capaz de abordar. A mesma leitura por risco que aplicamos na estrada aplicamos na água: não se aborda cada barco de pescador, aborda-se a embarcação que o dado e o padrão de movimento apontam. Fechar a Baía de Guanabara é retirar do crime uma via inteira de suprimento e de lavagem. E é devolver à economia legal um dos ativos logísticos mais valiosos do estado, hoje sequestrado pelo medo.

A Baía de Guanabara é, ao mesmo tempo, o cartão-postal do Rio e a sua ferida logística. Nela desembocam os dois maiores portos do estado, nela circula parte relevante do comércio marítimo do país, e nela, por anos, o roubo de carga a embarcações fundeadas e o contrabando entre margens correram soltos porque ninguém patrulhava a água como se patrulha a estrada. Cada navio que evita fundear na baía por medo de assalto é um custo logístico que encarece tudo o que o fluminense consome. Cada seguro de carga que sobe por causa do risco no espelho d'água é imposto invisível cobrado do estado inteiro. O Escudo Guanabara é, por isso, tanto política de segurança quanto política econômica: fechar a janela de água é ao mesmo tempo cortar uma via do crime e reabrir uma via do comércio. E, nos territórios retomados cujo perímetro toca a baía, a célula naval fecha a última rota de fuga e de reabastecimento do crime, o elo entre a Frente 1 e a Frente 2, entre a fronteira e o território.

ArcoMM | A Frente 1 não é linha isolada no mapa: o perímetro fiscalizado do Escudo Rio acompanha os grandes corredores logísticos que o ArcoMM estrutura, e a célula naval do Escudo Guanabara protege exatamente a fachada de baía por onde passam os portos do Rio e de Itaguaí. Segurança de fronteira e vocação logística são a mesma infraestrutura, vista pela ótica do cerco.

FRENTE 2 • TERRITÓRIO — RETOMAR E NUNCA MAIS SAIR

Esta é a frente que define o eixo. Fechar a fronteira impede que o crime cresça; secar o dinheiro o enfraquece; trancar o comando o desorganiza. Mas o poder do crime é, antes de tudo, poder territorial: é o domínio de um pedaço de chão onde ele cobra, julga e pune. Enquanto esse chão for dele, nada mais importa. Retomar o território é a única forma de devolver ao morador a coisa mais simples e mais roubada de todas: a certeza de que, na rua onde ele mora, quem manda é a lei. O programa da Frente 2 se chama Cinturões de Soberania, e o nome carrega a tese. Não vamos fazer incursão. Incurção é entrar, atirar, sair e deixar o território de volta ao dono na mesma noite. Foi o que se fez por trinta anos, e o resultado está no mapa que dobrou de tamanho. Vamos fazer cinturão: cercar, entrar, ficar e transformar, até que o Estado seja o poder permanente daquele chão. Cada território retomado passa por três fases, nesta ordem, sem pular etapa. E a lógica que amarra as três é uma só: nunca mais sair.

A palavra soberania não é adorno. Soberania é a capacidade de um poder de fazer valer a sua lei sobre um território, sem concorrência e sem pedir licença.

É exatamente isso que o Estado perdeu em mais de um terço da região metropolitana e é exatamente isso que vamos recuperar, chão por chão. Um Cinturão de Soberania não é um bairro "pacificado" à espera do próximo governo abandonar; é um pedaço do estado onde a lei do Brasil voltou a ser a única lei, e voltou para ficar. São 20 desses cinturões até 2030, um número escolhido não por ambição de vitrine, mas por ser o que a capacidade real do estado comporta sustentar com a régua que descreveremos adiante. Melhor vinte territórios de pé do que cinquenta anunciados e cinco mantidos. A esteira anda no ritmo do que se sustenta, porque território retomado e depois perdido é pior do que território nunca retomado: ensina ao morador que o Estado é passageiro e que o crime é permanente. Nós vamos ensinar o contrário.

FASE 1 • RETOMADA — FORÇA MÁXIMA, LETALIDADE MÍNIMA

A Retomada é a fase da entrada, e ela começa muito antes do primeiro policial pisar no território. Começa na inteligência: o mapeamento completo da estrutura de comando local, das rotas de fuga, dos pontos de armazenamento de armas e droga, da rede financeira que sustenta a operação e dos nomes que a lideram. Só se retoma o que se conhece. A entrada só acontece quando o alvo está inteiro no radar: a liderança identificada, o patrimônio localizado, o perímetro estudado.

A fase de inteligência que precede a entrada é a fase mais longa e menos visível, e é a que decide o resultado. Ela une a inteligência das polícias Civil e Militar, os dados do Ministério Público, o rastreamento financeiro da força-tarefa patrimonial da Frente 3 e a informação que a própria base de dados do Estado, cruzada com tecnologia, produz. O produto é um dossiê de território: quem manda, quem opera o dinheiro, onde estão as armas, quais são as rotas de fuga, quais imóveis pertencem à organização e por quais laranjas passam as contas. Enquanto esse dossiê não está fechado, não se entra, porque entrar cego é a receita da retomada que vira chacina e não prende ninguém que importe. A superioridade não é só de fuzil; é de informação. Vencemos a operação antes de começá-la, no trabalho de inteligência que a antecede. No dia da Retomada, três coisas acontecem juntas. Primeira: a entrada com superioridade tática avassaladora, uma força montada para não poder ser enfrentada. Segunda: a prisão das lideranças mapeadas, que são o alvo real da operação, não o soldado de esquina, mas o comando. Terceira, e simultânea: o bloqueio dos bens da organização no mesmo dia, articulado com a Frente 3, para que a prisão do chefe venha acompanhada da asfixia da estrutura. Prender o corpo e deixar o dinheiro é meia operação; a organização repõe o preso com o caixa intacto. Nós prendemos o comando e sequestramos o caixa no mesmo movimento. É a diferença entre uma operação de polícia e uma operação de Estado: a polícia prende o homem, o Estado prende o homem, congela o dinheiro, ocupa o chão e não sai. A operação distingue, de propósito, o comando do recrutado. Contra a liderança, o dono da empresa criminosa, o gestor do território, o operador do dinheiro, a resposta é a prisão firme e o CECONT, sem trégua. Mas boa parte da tropa do crime é feita de jovens do próprio território, capturados pela ausência de alternativa antes de serem capturados pela polícia. Para esses, a Consolidação que chega logo atrás precisa oferecer uma porta de saída real: quem larga a arma encontra do outro lado escola, ofício e primeiro emprego, não apenas cadeia. Não por complacência com o crime. O cálculo é de eficácia. Uma retomada que só sabe prender a base repõe inimigos na mesma velocidade em que os detém, porque a fila de meninos sem futuro é infinita.

Uma retomada que prende o comando e abre saída para a base seca a própria fonte de reposição do crime. Firmeza total com quem manda; caminho de volta para quem foi levado. É assim que se esvazia o exército do inimigo sem multiplicá-lo. E aqui está o coração doutrinário desta frente, que precisa ser dito com todas as letras porque é o que nos separa da política de confronto que fracassou.

A DOCTRINA DA RETOMADA SEM SANGUE

Superioridade tática avassaladora não é doutrina do confronto. É a doutrina que evita o confronto. Monta-se uma força que não pode ser enfrentada precisamente para que ninguém a enfrente. O objetivo da Retomada não é o corpo do inimigo. É a rendição e a prisão. Quem se vê diante de uma força impossível de resistir tende a se render; quem se vê diante de uma força que ele julga poder enfrentar atira. A superioridade esmagadora, paradoxalmente, é o que faz menos gente morrer. Cada morte numa retomada é, para este governo, uma falha de planejamento, não uma prova de dureza. Digo isto contra toda a cultura política que confunde matar com governar. Um chefe preso vai ao CECONT e, isolado, cortado da estrutura, muitas vezes entrega a organização inteira: os nomes, as contas, as rotas. Um chefe morto vira mártir, vira nome de facção, vira motivo de vingança e não entrega coisa alguma. O cálculo é frio e é estratégico: força máxima, letalidade mínima, prisão certa. Não porque somos ingênuos quanto ao inimigo, somos o contrário de ingênuos, mas porque prender o comando vivo e falante desmonta a empresa criminosa, enquanto matá-lo apenas abre vaga para o próximo. É assim que se cumpre a ADPF 635. É assim que se supera a ADPF 635: fazendo da redução da letalidade não uma concessão à Justiça, mas uma vantagem tática que a própria doutrina exige.

Essa doutrina resolve uma falsa escolha que envenena o debate público do Rio há trinta anos: a escolha entre a polícia que atira e a polícia que recua. Nenhuma das duas venceu, porque nenhuma das duas era a resposta. A polícia que atira produz letalidade, luto e ação judicial, e no dia seguinte o território continua do crime. A polícia que recua entrega o morador à própria sorte e legitima o poder paralelo pela ausência. A retomada sem sangue é a terceira via real: dureza máxima contra a estrutura, letalidade mínima contra as pessoas, presença permanente depois. Ser duro com o crime e cuidadoso com a vida não são posições opostas. São a mesma competência profissional, a de uma força que sabe o que faz. E há um dado que a política ignora e a operação não pode ignorar: o policial também é protegido pela letalidade mínima. A operação planejada, com superioridade esmagadora e alvo definido, é a que menos expõe o próprio policial ao tiro. Reduzir a morte no território é reduzir a morte da farda também. A doutrina que protege o morador protege quem o defende. E há a fronteira ética que este governo não cruza, porque cruzá-la seria destruir a legitimidade que é a nossa maior arma. A dureza do Cerco recai sobre a estrutura criminosa, o comando, o patrimônio, o território dominado, nunca sobre a comunidade que vive sob ela. O morador do território retomado não é suspeito por morar ali; é a vítima que estamos libertando. Toda operação da Frente 2 é regida por lei votada, com regras de engajamento públicas, uso de força documentado e controle externo. Não porque a lei nos algema, mas porque é a moldura legal que torna a vitória permanente: operação legal produz prisão que o tribunal mantém, prova que a defesa não derruba e território que a Justiça reconhece como retomado. Atalho ilegal produz nulidade, soltura e o crime de volta. A firmeza que dura é a firmeza que respeita a lei.

FASE 2 • ESTABILIZAÇÃO — A BASE FICA, E FICA A REGRA DAS 72 HORAS

Tomado o território, a força não sai. Instala-se. A Estabilização é a fase em que uma base fixa do Estado se estabelece no perímetro retomado, com presença permanente e ostensiva: não a viatura que passa, mas o posto que fica. É a diferença entre visitar e morar. O território retomado precisa sentir, todos os dias e todas as noites, que o Estado veio para ficar, porque o crime aposta sempre na mesma coisa: esperar o Estado ir embora. Desta vez ele não vai.

E entra a regra das 72 horas, que é talvez o compromisso mais concreto de toda a Frente 2. Nas primeiras 72 horas após a Retomada, o Estado tem de aparecer com serviço, não com discurso. Coleta de lixo, luz nos postes, a escola reaberta, o posto de saúde funcionando, a via desobstruída, a presença civil do poder público que estava ausente havia anos. Setenta e duas horas porque é esse o prazo em que o morador decide se acredita ou não. Se, tomado o território, o único sinal do Estado for a farda, o morador conclui que trocou um ocupante armado por outro. Se, ao lado da farda, vier o Estado inteiro, o caminhão de lixo, o professor, o médico, o morador entende que voltou a ter governo. A regra das 72 horas é positivada na Lei do Cerco, para que não dependa de boa vontade: atrás do policial vem o serviço, por obrigação legal. Foi exatamente aqui que fracassaram todas as tentativas anteriores. Atrás do policial não vinha nada. A força entrava, ocupava, hasteava a bandeira do Estado, e o Estado, o de verdade, o que presta serviço, não aparecia. O lixo continuava acumulando, a escola continuava fechada, o posto continuava sem médico, e o morador, depois de algumas semanas, percebia que a única mudança fora a cor do fardamento de quem mandava. O crime, paciente, esperava a ocupação militar cansar, e voltava, muitas vezes recebido com alívio, porque ao menos ele "resolvia". A regra das 72 horas existe para matar esse ciclo. Ela obriga a máquina inteira do governo, as secretarias de saúde, educação, obras, assistência, as concessionárias, o município, a ter plano pronto e recurso reservado antes da retomada, para entrar junto com a força. A Estabilização não é uma fase que se improvisa depois; é uma operação que se planeja antes, com a mesma seriedade com que se planeja a entrada. Sem plano de serviço aprovado e financiado, a Lei do Cerco não autoriza a retomada. Essa é a trava que garante que, desta vez, atrás do policial venha o Brasil.

A base fixa que se instala na Estabilização não é um quartel isolado do território; é a âncora da presença permanente e o ponto de contato entre o Estado e o morador. Dela partem o patrulhamento de proximidade, a coleta de denúncia protegida, o mapeamento das necessidades do bairro e a articulação com os serviços que chegam. O policial da base não é o forasteiro que ocupa; é a referência que fica, que conhece as ruas e os nomes, que devolve à segurança pública a dimensão de vínculo que o crime sequestrou. Segurança de território retomado não se faz por incursão episódica; faz-se por presença cotidiana, previsível, confiável: a presença que permite ao morador denunciar sem morrer, sair de casa sem calcular o horário do tiroteio e criar o filho sem a sombra do recrutamento na esquina.

FASE 3 • CONSOLIDAÇÃO — O TERRITÓRIO VIRA PARTE DO BRASIL

A Consolidação é a fase em que o território deixa de ser área retomada e volta a ser bairro. É a fase mais longa, a mais cara e a mais importante, porque é ela que torna a retomada irreversível. As duas primeiras fases são operação de segurança; esta é operação de governo inteiro. Aqui a Frente 2 deixa de ser um assunto da polícia e passa a ser um assunto de todas as secretarias, saúde, educação, obras, assistência, habitação, desenvolvimento, todas convocadas a chegar ao território retomado ao mesmo tempo, com plano e com verba. É por isso que a Consolidação não pode ser improvisada: ela exige que o governo funcione como um só corpo sobre um mesmo chão, o que só acontece quando há coordenação central e prioridade de gabinete. Um território consolidado é a prova pública de que o Estado, quando quer, sabe agir junto, e é por isso que o primeiro território consolidado será, também, o primeiro teste da capacidade deste governo de fazer as suas partes conversarem. Aqui chegam a escola em tempo integral, que disputa o menino com o crime nas horas em que o crime o recruta; a saúde de porta aberta; o título de propriedade, que transforma o morador de posseiro sob a lei do tráfico em proprietário sob a lei do Brasil; o programa de primeiro emprego, que oferece ao jovem uma alternativa concreta ao fuzil; e a chegada dos serviços legais de gás, internet e transporte, a preço de mercado, no lugar do serviço extorsivo que o crime cobrava.

Esse último ponto é decisivo e conversa com a Frente 3: o crime lucra vendendo à força o que deveria ser mercado livre. Enquanto o morador do território retomado continuar comprando gás do crime porque não há outro gás, a retomada é incompleta: a base econômica do domínio segue de pé. Consolidar é devolver o mercado: fazer com que o botijão legal, a internet legal e a van legal cheguem e sejam mais baratos e melhores do que os do crime. Ai, e só ai, o território está de fato reintegrado. É por isso que dizemos "Entra Brasil": o que entra no lugar do fuzil não é apenas a polícia. É a escola, a escritura, o emprego e o mercado. É o país inteiro ocupando o chão que o crime tinha tomado.

A restituição do mercado é o elo mais concreto entre a Frente 2 e a Frente 3, e merece ser entendido pelo cidadão sem jargão. Hoje, no território dominado, o gás chega mais caro porque só há um vendedor, e o vendedor tem fuzil; a internet chega mais cara e pior porque a "concessão" é do crime; a van roda mais insegura porque o ponto é taxado à força. Consolidar é quebrar cada um desses monopólios armados devolvendo o mercado livre: a distribuidora legal de gás entrando com preço de mercado, o provedor legal de internet chegando com sinal de verdade, o transporte regularizado substituindo a van extorquida. Isso não é obra de caridade. É a retirada, do crime, de uma receita recorrente que sustenta o domínio. O programa que faz essa restituição de forma organizada, o Pedágio do Crime, está detalhado na Frente 3; aqui basta fixar a lógica: enquanto o morador do território retomado só puder comprar do crime, o crime continua governando pela carteira, mesmo com a bandeira do Estado no alto do morro. A soberania se completa quando o botijão legal é mais barato que o botijão do fuzil.

Cada território retomado terá o seu próprio painel de indicadores, público, dentro do Painel do Cerco.

Não basta o número estadual de letalidade cair; é preciso demonstrar, território por território, que a retomada funcionou onde ela aconteceu: a letalidade local, a presença de serviço, a taxa de matrícula na escola reaberta, o retorno do comércio formal, o número de imóveis regularizados. É esse painel local que autoriza, ou não, declarar um território consolidado, e é ele que impede a fraude da consolidação por decreto. O morador do território poderá abrir o Painel e ver, com o próprio dado do seu bairro, se o Estado cumpriu ou não a regra das 72 horas, se a base está de pé, se a escola abriu. A régua não é só do técnico em Brasília; é do cidadão na sua rua. Transparência territorial é o que torna a soberania verificável, e o que nos obriga a entregá-la de verdade.

O título de propriedade merece uma palavra à parte, porque é a mais silenciosa e a mais poderosa das ferramentas da Consolidação. O crime lucra com a informalidade fundiária: onde não há escritura, é o poder armado que "reconhece" a posse, autoriza a construção, cobra pela laje e revende o terreno tomado à bala. A terra sem dono legal é mercadoria do crime. Regularizar em massa a propriedade nos territórios retomados, dar ao morador o documento que faz dele proprietário perante a lei do Brasil, retira do crime um negócio inteiro e devolve ao morador um patrimônio que ele pode usar como garantia, herança e raiz. É a diferença entre morar por permissão do tráfico e morar por direito próprio. A escritura é a bandeira do Estado fincada não no alto do morro, mas dentro da casa de cada família.

E há o menino de doze anos, que é a disputa mais importante de todas. O crime recruta cedo, oferece pertencimento, dinheiro rápido e um poder que a vida legal demora a dar, em troca de uma expectativa de vida de poucos anos. A Consolidação responde a essa oferta com outra: a escola em tempo integral que ocupa as horas em que o recrutamento acontece, o contraturno que ensina um ofício, o programa de primeiro emprego que abre uma porta real. Não vencemos essa disputa com sermão; vencemos com alternativa concreta e presente no território. Onde o Estado oferece futuro, o fuzil perde o seu maior mercado: a juventude sem perspectiva. A segurança de prazo mais longo do Rio se decide na escola de um território retomado, e é por isso que a Frente 2 termina de mãos dadas com o eixo da educação.

A CLÁUSULA DE CAPACIDADE EM ESTEIRA — DUAS TRAVA

Aqui está a lição mais dura que a história recente ensinou, e a que este plano transforma em lei. O erro que destruiu todas as tentativas anteriores foi expandir além da capacidade de sustentar. Retomavase um território, depois outro, depois outro, para mostrar serviço. E como não havia base, nem serviço, nem gente para segurar tudo aquilo, os primeiros territórios eram silenciosamente abandonados enquanto se anunciavam os novos. O crime voltava por trás. No fim, muito anúncio e nenhum território de pé. Os Cinturões de Soberania avançam como uma esteira, não como uma fila: vários territórios em fases diferentes ao mesmo tempo, uns em Retomada, outros em Estabilização, outros em Consolidação. Mas a esteira anda sob duas travas positivadas na Lei do Cerco, e nenhum governo, nem o nosso, pode ignorá-las. A primeira trava: nenhuma retomada nova enquanto houver território já retomado sem base instalada e sem a regra das 72 horas cumprida. Território parado congela a fila.

Se não sustentamos o que já tomamos, não temos o direito de tomar mais. Isso é o oposto do incentivo eleitoral, e é exatamente por isso que precisa ser lei, para nos obrigar, contra a nossa própria tentação de inaugurar.

A segunda trava: o número de territórios que podem estar simultaneamente em Consolidação obedece a um teto fixado por um estudo de capacidade real, de efetivo policial e de capacidade de entrega de serviço público, publicado no primeiro ano e revisto anualmente no Painel do Cerco. Não se declara um território consolidado por conveniência; declara-se quando a capacidade comporta. Nenhum dos 20 territórios será declarado pronto por decreto. Cada um será demonstrado pronto por indicador, presença de serviço, queda de letalidade local, retorno da atividade econômica, medido e publicado. A meta de 20 territórios até 2030 não é uma corrida contra o calendário. É uma esteira que anda na velocidade da capacidade de nunca mais sair. Reparem no que essas duas travas fazem, na prática, com o incentivo do próprio governo. Elas nos impedem de fazer o que todo governo anterior fez: anunciar retomadas para colher manchete, expandir a marca além do que o efetivo aguenta e deixar os primeiros territórios apodrecerem enquanto a foto é tirada no território novo. Ao positivar as travas na Lei do Cerco, este governo se algema de propósito. Estamos escrevendo na lei a proibição de fazer o que seria eleitoralmente conveniente e operacionalmente suicida. É uma escolha rara em política, amarrar as próprias mãos, e a fazemos porque a história provou que a tentação de expandir rápido é o veneno que mata a retomada. Prefiro entregar vinte territórios de pé e explicá-los ao eleitor do que anunciar cinquenta e devolvê-los ao crime. O teto de capacidade não é fraqueza do plano; é a sua principal garantia de que o que for conquistado será mantido.

O primeiro território será retomado ainda no primeiro ano de governo, e a sua escolha obedecerá a critério técnico, não a valor de vitrine. Aqui corrigimos um dos erros mais repetidos do passado: escolher o território pela visibilidade turística, o morro que aparece no cartão-postal, o ponto que a imprensa filma, em vez de escolher pelo peso estratégico. O critério do Cerco é outro: prioriza-se o território cuja retomada mais enfraquece a estrutura criminosa e mais destrava o desenvolvimento do estado. Isso aponta para a Baixada Fluminense e para os corredores logísticos, as regiões onde o domínio armado sufoca a economia real de milhões de pessoas e estrangula a infraestrutura que faz o Rio inteiro funcionar. Retomar por critério técnico significa aceitar que o território mais importante talvez não seja o mais fotogênico, e ter a coragem de começar por onde dói de verdade no crime, não por onde rende de verdade na propaganda.

DRONES E CERCO AQUÁTICO — A TECNOLOGIA DO CERCO PERMANENTE

Manter o cerco de vinte territórios com presença humana permanente exigiria um efetivo que nenhum estado tem. A tecnologia multiplica o policial. Vamos operar drones de vigilância de tipo agrícola, com capacidade de carga de até 80 quilos, o equivalente, em peso, a cerca de vinte fuzis, capazes de sustentar sobrevoo prolongado sobre os perímetros retomados, enxergando movimentação, apolando a base fixa e reduzindo a exposição do policial ao risco. Ao mesmo tempo, e porque o crime também usa drones, o estado desenvolverá doutrina e capacidade próprias contra os drones do crime: vigiar o céu do território é tão necessário quanto vigiar o chão.

Nos territórios cujo perímetro faz margem com a baía, o cerco se fecha pela água: o cerco aquático articula a base fixa em terra com o patrulhamento embarcado do Escudo Guanabara, para que não exista rota de fuga ou de reabastecimento pelo espelho d'água. Cercar de verdade é cercar por todos os lados: terra, água e ar. É essa a diferença entre a incursão que passa e o cinturão que fica. A tecnologia do Cerco não substitui o policial; multiplica-o e o protege. Um drone que vigia o perímetro à noite é o policial que não precisa se expor no ponto mais perigoso. Uma câmera que lê o movimento anormal é a denúncia que não coloca o morador em risco. Um sensor que detecta o drone do crime é o alerta que antecipa o ataque. Cada real investido em vigilância inteligente rende em vida, de policial e de morador, e em efetivo liberado do posto estático para o trabalho de proximidade que só o ser humano faz. Vamos equipar o Cerco com o que há de melhor porque a assimetria tecnológica é uma das poucas formas de compensar a assimetria numérica: o crime tem gente demais espalhada no território, e o Estado tem de fazer mais com menos. A tecnologia é como o Estado faz mais com menos sem colocar mais fardas na linha de tiro.

Junte-se tudo: fronteira fechada por cima, território cercado por terra, água e ar, comando preso, dinheiro bloqueado, serviço entrando em 72 horas e escritura na mão do morador. Não é uma operação policial. É a reocupação do estado pelo Estado. É o Rio retomando, um cinturão de cada vez, o chão que uma canetada e cinquenta anos de abandono entregaram ao fuzil.

Não vamos entrar para sair. Vamos entrar para ficar. E onde o Estado ficar, o fuzil não volta.

FRENTE 3 • DINHEIRO — SECAR O CAIXA BILIONÁRIO

Uma pergunta simples reorganiza toda a segurança pública quando é feita a sério: por que o crime organizado sobrevive à prisão dos seus membros? Prende-se, mata-se, apreende-se. E a organização continua de pé, às vezes mais forte. Ataca-se o corpo e poupa-se o cofre. Enquanto o dinheiro circula, a organização se regenera em torno dele. A Frente 3 parte daí e responde com a inversão: em vez de perseguir prioritariamente as pessoas do crime, perseguir o dinheiro do crime. As pessoas se repõem. O patrimônio, uma vez confiscado, não volta. O crime organizado do Rio não é uma quadrilha de bandidos. É uma empresa, ou várias, com faturamento, folha, ativos, contabilidade e reinvestimento. Toda empresa tem um ponto de morte: o caixa. Prender pessoas sem tocar no dinheiro é enxugar gelo. A organização com caixa cheio repõe o preso, contrata o advogado, corrompe o agente, compra o próximo fuzil. A Frente 3 ataca onde dói e onde a reposição é lenta: o dinheiro. Secar o caixa transforma a prisão de um chefe no colapso de uma estrutura, e não na simples troca de um chefe por outro.

Convém dimensionar o inimigo econômico, porque a escala explica a estratégia. A Firjan calcula que o crime custa mais de R\$ 21 bilhões por ano à economia formal do estado, e essa é só a conta do que ele destrói. A conta do que ele fatura, oculta por definição, também se mede em bilhões: o controle de milhões de moradores, cada um pagando pedágio em vários serviços, todo mês, ano após ano. São organizações com fluxo de caixa comparável ao de grandes empresas. A diferença é que o lucro delas vira fuzil, corrupção e domínio. Contra um inimigo desse porte, apreender droga na esquina é irrelevante. O que o abala é atacar o balanço patrimonial: o ativo acumulado e a receita recorrente. A Frente 3 é a auditoria armada desse balanço.

A convicção que organiza esta frente: o crime moderno é, antes de tudo, patrimonial. A droga é uma fração do negócio. O grosso do faturamento vem do controle territorial: o gás vendido à força, a internet clandestina, o transporte taxado, a extorsão do comércio, a exploração imobiliária ilegal, o roubo de carga, a receita do celular roubado. Esse dinheiro não fica embaixo do colchão. Vira imóvel, empresa de fachada, posto de combustível, frota, participação em negócio legal, sempre em nome de laranjas e sempre com aparência de licitude. É esse patrimônio que a Frente 3 persegue, mapeia, bloqueia e confisca. Não o maço de dinheiro apreendido na boca, mas o império construído com ele.

OPERAÇÃO ASFIXIA — A INTELIGÊNCIA PATRIMONIAL DO ESTADO

A Operação Asfixia cria uma capacidade que o Rio nunca teve de forma permanente e coordenada: uma força-tarefa de inteligência patrimonial. Reúne a inteligência policial, o Ministério Público, a Receita estadual, os órgãos de controle e a expertise de rastreamento financeiro, com uma missão única: seguir o dinheiro do crime até o fim e tomá-lo. Não é operação de flagrante. É investigação de longo curso, do tipo que desmonta máfia. Reconstrói a rede de fachadas, identifica os laranjas, cruza a evolução patrimonial impossível com a renda declarada, mapeia o imóvel registrado em nome de terceiro e a empresa que só existe no papel para lavar. Então bloqueia, sequestra e confisca, de preferência no mesmo dia da retomada do território, para que o chefe caia junto com o seu caixa.

O nome é literal. Asfixia é cortar o oxigênio. Uma empresa criminosa sem acesso ao seu patrimônio para de pagar a tropa, para de comprar arma, para de subornar, para de operar. Há um efeito de segunda ordem ainda mais poderoso. Quando o crime descobre que o patrimônio construído em anos pode ser tomado num dia, o próprio incentivo de acumular se enfraquece. O que dava status, a frota, o imóvel, o posto, vira risco. A Asfixia não só toma o que existe. Desestimula a próxima acumulação, porque transforma o troféu do crime em alvo do Estado. A força da Asfixia está na sequência dos seus instrumentos jurídicos e na velocidade com que os aplica. Primeiro o bloqueio cautelar, que congela contas e bens no instante em que a investigação amadurece, antes que o dinheiro fuja. Patrimônio que se anuncia é patrimônio que desaparece. Depois o sequestro dos bens identificados como produto ou instrumento do crime. Então o confisco definitivo, que transfere o bem ao Estado e o converte em recurso do Fundo do Cerco, incluindo os mecanismos de extinção de domínio e de perdimento que alcançam o patrimônio de origem incompatível com a renda lícita. Cada etapa exige prova. Por isso a Asfixia é trabalho de inteligência paciente, não de operação de vitrine. A lentidão da construção da prova se compensa na velocidade do golpe: quando ele vem, vem completo. No mesmo dia da retomada do território, o chefe é preso e o seu império é congelado, sem tempo para reagir. Prender e confiscar no mesmo movimento impede a organização de se reorganizar em torno do dinheiro que sobrou.

Para que a asfixia seja permanente, e não episódica, precisa fechar a porta de entrada do dinheiro sujo na economia legal. Instituiremos uma barreira societária na Junta Comercial: filtros de integridade que dificultem a abertura e a transferência de empresas usadas como fachada, o cruzamento automático de quadros societários com bases de inteligência, o alerta sobre o laranja recorrente que aparece como sócio de dezenas de negócios sem capacidade para tanto.

Hoje abrir uma fachada é trivial e desfazê-la é lento. Vamos inverter isso. Cada fachada que não se abre é uma lavanderia que não funciona, um caminho de dinheiro fechado antes de existir. Cabe aqui a nota de honestidade metodológica que é marca deste plano. A tese de trabalho: o patrimônio confiscável das organizações criminosas no estado se situa na ordem de R\$ 15 a 25 bilhões. Um intervalo, não uma cifra fechada, porque o número exato só a operação em curso revelará, à medida que a inteligência patrimonial mapear o que hoje está oculto. As metas datadas deste eixo são dimensionadas pelo piso do intervalo, nunca pelo teto. Se confiscarmos menos, as metas continuam de pé. Se confiscarmos mais, aceleramos. Nunca prometemos gastar o que ainda não tomamos. O confisco abastece o Fundo do Cerco à medida que se realiza, e o Painel mostra, em tempo real, quanto foi bloqueado e quanto foi definitivamente confiscado.

PEDÁGIO DO CRIME — DEVOLVER O MERCADO AO MORADOR

A Operação Asfixia toma o patrimônio. O Pedágio do Crime seca a receita recorrente, a que entra todo mês pelo controle dos serviços. O nome descreve o que o crime faz: cobra um pedágio de tudo o que se compra e se consome no território dominado. Pedágio no gás, no sinal de internet, na van, na obra, no comércio. Esse pedágio é, a um só tempo, a maior fonte de dinheiro do crime e a maior opressão cotidiana do morador. A boa notícia é que combater os dois é a mesma ação. Como programa de governo, o Pedágio do Crime é a operação organizada de restituição desses mercados ao morador, a preço de mercado. Onde o crime vende gás a preço de monopólio armado, entra a distribuidora legal com preço de verdade. A internet clandestina dá lugar ao provedor regularizado, com sinal melhor e mais barato. Onde a van é taxada no ponto, o transporte formalizado assume a linha. Não é assistência. É concorrência. Na prática, o Pedágio do Crime entra logo atrás da retomada, na fase de Consolidação, com protocolo claro. Mapeiam-se os mercados que o crime controlava naquele território: o gás, a internet, o transporte, a TV, a água, o botijão. Chamam-se os fornecedores legais e cria-se a condição para que operem ali com segurança, o que só é possível porque a base fixa da Frente 2 garante que o entregador legal não será expulso à bala. Estabelece-se o preço de mercado, sempre menor que o do monopólio armado, porque a extorsão sempre encarece. E acompanha-se o resultado no painel do território: quantos domicílios passaram a comprar gás legal, quantos ganharam internet regularizada, quanto caiu a conta média da família. A restituição do mercado se mede como qualquer outra entrega do Cerco, pelo dado e não pela retórica. O crime não é derrotado nesse mercado quando o proibimos de vender. É derrotado quando o morador deixa de precisar dele: passa a ter uma opção legal, melhor e mais barata, e ninguém prefere pagar mais caro a quem o ameaça quando pode pagar menos a quem o atende. Cada mercado devolvido é uma torneira de receita do crime que se fecha e uma conta doméstica que barateia. Há ainda um bônus fiscal. O serviço que sai da informalidade armada e entra na economia legal passa a gerar tributo, arrecadação que, pela regra do caixa único, deságua no próprio Fundo do Cerco. O mercado libertado ajuda a pagar a sua própria libertação.

O CELULAR ROUBADO E O ROUBO DE CARGA — DUAS INDÚSTRIAS INTEIRAS

Duas linhas do faturamento do crime merecem ataque próprio, porque movimentam somas enormes e atingem a vida de todo mundo, todo dia: o celular roubado e o roubo de carga. O celular roubado no ônibus, na esquina, no farol, não é crime avulso. É uma indústria com cadeia completa: o roubo, o desbloqueio, o reaproveitamento de peças, a revenda. Vamos atacar a cadeia inteira, não só a ponta que rouba. Integração com as operadoras para o bloqueio efetivo e imediato do aparelho roubado, inteligência sobre os pontos de desbloqueio e revenda, cerco ao mercado que compra o aparelho de origem ilícita. Sem comprador não há roubo lucrativo. Tirar o lucro do celular roubado reduz o roubo de celular.

O roubo de carga é a outra indústria, e uma das que mais encarecem a vida do fluminense sem que ele perceba: o custo do roubo entra embutido no preço de tudo o que ele compra e no seguro de tudo o que roda. Combatê-lo é a Frente 1 e a Frente 3 de mãos dadas. A inteligência do CICC sobre as rotas e os padrões de desvio, a leitura de placas nos corredores de risco, o rastreamento da carga desviada até o galpão que a recebe, a força-tarefa patrimonial sobre quem lucra com a receptação em escala. Reduzir o roubo de carga barateia o custo logístico do estado inteiro. Segurança pública que aparece no preço do supermercado. Mais um caso em que a segurança é, diretamente, política econômica. Repare no método comum às duas indústrias. Em vez de perseguir o executor final, o menino que rouba o celular, o motoboy que desvia o caminhão, atacamos o mercado que dá lucro ao crime. Sem comprador de celular roubado, o roubo de celular deixa de compensar. Sem galpão que recebe carga desviada, o roubo de carga perde o destino. Cortar a demanda ilícita é mais eficaz do que perseguir a oferta: a oferta se repõe, e a demanda, uma vez cercada, seca. É a lógica que atravessa toda a Frente 3. Não se derrota uma economia criminosa prendendo os seus trabalhadores. Derrota-se quebrando o seu mercado e confiscando o seu capital. O crime é um negócio. Trate-o como negócio e ataque-o pela contabilidade.

Você pode prender o bandido dez vezes. Enquanto o dinheiro dele estiver livre, ele volta. Prenda o dinheiro, e a empresa do crime morre com o dono preso.

FRENTE 4 • CÁRCERE — ISOLAR O COMANDO

Um fato que a própria inteligência do Estado do Rio documenta resume o fracasso do sistema prisional: o comando do crime organizado é dado de dentro da cela. As ordens de morte, a gestão dos territórios, a contabilidade das organizações, a coordenação das guerras, tudo isso é despachado por chefes presos, com celular, com hierarquia intacta, com plateia de novos recrutas e com o controle de pavilhões inteiros que pertencem, na prática, à facção e não ao Estado. Enquanto for assim, retomar território na rua é inútil. O general continua no comando, apenas de um endereço com grades. A Frente 4 existe para cortar esse comando.

Não para "melhorar presídios" em abstrato, mas para tirar do chefe preso o poder de continuar mandando. O ponto de partida é uma constatação que a democracia brasileira precisa encarar sem hipocrisia. O sistema tem cerca de 47 mil presos para menos de 30 mil vagas, perto de 160% de ocupação. Superlotação dessa ordem não é só um problema humanitário. É a infraestrutura física do poder das facções: a massa amontoada, sem classificação e sem controle, é o exército que o chefe governa de dentro. Não há como isolar o comando sem resolver, ao mesmo tempo, a lotação. As duas coisas são a mesma engenharia.

Não é a oposição quem denuncia esse comando de dentro da cela. É a própria inteligência do Estado quem o documenta. As ordens que saem dos presídios, a contabilidade das facções despachada de dentro, a coordenação das guerras de território a partir de um endereço com grades: tudo isso está registrado nos relatórios da segurança pública fluminense. Não é suspeita. É fato apurado pelo próprio Estado. Um governo que sabe disso e não age não está diante de um problema que ignora, mas de um problema que aceita. Nós não aceitamos. O CECONT é a decisão de agir sobre o que a inteligência do Estado já provou: a cadeia, hoje, é a sede administrativa do crime organizado, e reconquistá-la é tão urgente quanto reconquistar o território na rua.

CECONT — A DUREZA QUE A DEMOCRACIA EXIGE, COM A MOLDURA QUE ELA IMPOE

A resposta ao comando de dentro da cela é o CECONT: uma unidade de contenção máxima, construída do zero, exclusiva para as lideranças do crime organizado, com um objetivo acima de todos os outros, a desfaccionalização. O preso que entra no CECONT perde o pavilhão, perde a hierarquia, perde o telefone, perde o público, perde a plateia. Perde, em uma palavra, o comando. Não é castigo pelo castigo. É a subtração cirúrgica da capacidade de mandar. Organização criminosa morre quando o chefe perde o comando, e o CECONT é o instrumento desenhado para produzir essa morte: a da estrutura, pela neutralização do topo.

Convém explicar o que é a desfaccionalização, porque é o ativo central do CECONT e o que o distingue de um presídio comum. A força de uma facção dentro do cárcere vem de cinco coisas: o pavilhão que ela controla, a hierarquia que reproduz entre os presos, o telefone que liga o preso ao território, o público de novos detentos que recruta, a plateia que confere status ao chefe. O CECONT remove as cinco de uma vez. Sem pavilhão sob controle da facção, não há território carcerário a governar. Sem convívio hierárquico, o chefe não tem a quem dar ordem. Sem telefone, não alcança a rua. Sem novos presos por perto, não recruta. Sem plateia, não é chefe: é um homem sozinho numa cela. A desfaccionalização não é abstração ideológica. É a desmontagem física das cinco fontes do poder carcerário do crime. Por isso a unidade tem de ser construída do zero e exclusiva para lideranças. Não se desfaccionaliza um chefe deixando-o no meio da própria tropa. O CECONT nasce da mesma constatação que levou a Itália ao 41-bis, o rigor máximo que quebrou a Cosa Nostra, e os Estados Unidos às unidades de segurança máxima que desmontaram as suas máfias: a de que o chefe isolado é um chefe derrotado. Este ponto é inegociável neste plano: vamos fazer o que El Salvador teve a coragem de fazer, mas do jeito que a democracia brasileira exige, com lei votada na Assembleia, com controle judicial de cada internação, com cela auditável e com registro integral do que acontece lá dentro.

Do modelo salvadorenho tomamos a escala e a determinação, sempre dentro dessa moldura de lei votada, juiz e registro. Da Itália e dos Estados Unidos tomamos o que sustenta a dureza no tribunal e no tempo: a legalidade, o devido processo, a documentação. É a firmeza que El Salvador demonstrou, aplicada dentro da moldura que a Constituição brasileira impõe, com lei, com juiz e com registro, e é essa combinação que torna o CECONT indestrutível no tribunal.

Vamos fazer o que El Salvador teve coragem de fazer – do jeito que a democracia brasileira exige: com lei votada, com juiz e com registro. Entra chefe, fica preso – e a prisão dele é indestrutível no tribunal.

Insisto na moldura democrática não por concessão retórica, mas por estratégia. A dureza sem lei é dureza que não dura: cai no habeas corpus, vira nulidade, solta o chefe, desmoraliza o Estado. A dureza com lei votada, controle de juiz e registro integral se sustenta. Resiste ao recurso, sobrevive à troca de governo, vira política de Estado em vez de gesto de ocasião. O CECONT é projetado para ser à prova de tribunal precisamente porque a democracia brasileira exige que seja, e é essa exigência que o torna permanente. Quem propõe atalho ilegal contra o crime entrega ao crime a sua melhor defesa. Nós fechamos essa porta.

Há uma pergunta honesta: segurança dura não vira abuso? Respondemos com estrutura, não com juramento. A garantia contra o abuso no CECONT não é a nossa boa intenção. São os mecanismos escritos em lei. Cada internação em regime de contenção máxima passa por decisão judicial individualizada e sujeita a revisão periódica. Ninguém entra e é esquecido. Tudo o que acontece na unidade é registrado de forma integral e auditável, o que protege o preso do arbítrio e o Estado da acusação falsa ao mesmo tempo. A unidade é aberta ao controle externo, à Controladoria-Geral Independente e às instituições de fiscalização que a democracia prevê. O regime atinge o poder de comando, o telefone, a hierarquia, a plateia, e não a integridade física nem os direitos fundamentais do preso. Essa transparência é o que torna o CECONT ao mesmo tempo duro e legítimo: o registro que impede o preso de mandar é o mesmo que impede o Estado de abusar. Dureza e controle não se opõem aqui. São a mesma engenharia vista de dois lados.

CORTE DE ENERGIA NAS CELAS – A SOLUÇÃO MAIS BARATA CONTRA O CELULAR

O celular é a arma que permite ao chefe preso continuar mandando, e o Estado gastou anos e fortunas tentando bloquear sinal com equipamentos caros e de eficácia irregular. Há uma solução mais simples, mais barata e mais definitiva, e será a principal do CECONT: a ausência de energia elétrica nas celas de contenção máxima. Um aparelho contrabandeado sem tomada para recarregar descarrega sozinho e vira sucata em horas. Sem bloqueador, sem manutenção cara, por um custo que é fração ínfima do que se gasta hoje. O corte de energia na cela é a engenharia contra o comando: resolve pela arquitetura o que a tecnologia cara resolvia mal. O bloqueio de sinal entra como camada redundante, uma segurança a mais, não como solução principal. Às vezes a resposta mais eficaz não é a mais sofisticada. É a mais elementar, aplicada com determinação. Há uma lição de gestão escondida nessa escolha, e vale para o plano inteiro.

Há uma lição de gestão escondida nessa escolha, e vale para o plano inteiro. Durante anos, a resposta ao celular na cadeia foi comprar o equipamento mais caro, o bloqueador de sinal de última geração, e ver o problema persistir, porque o bloqueador falha, degrada, exige manutenção e nunca cobre tudo. A solução elementar, cortar a energia da cela, custa uma fração e resolve de vez, porque ataca a raiz física do problema: sem recarga, não há aparelho. Boa parte do que falta na segurança pública do Rio não é dinheiro nem tecnologia de ponta. É a disposição de pensar o problema até a raiz e agir sobre ela com determinação, em vez de comprar a solução cara que alivia a consciência sem resolver a questão. O CECONT sem energia na cela é o símbolo do método deste governo: primeiro a engenharia inteligente, só depois o gasto caro, e sempre a determinação de resolver de verdade em vez de aparentar que se resolveu.

DOBRAR VAGAS — ZERAR O DÉFICIT PELA CONTENÇÃO QUALIFICADA

Isolar o comando exige espaço para separar quem manda de quem apenas cumpre pena, e hoje não há espaço para nada. A lotação é o caos que a facção administra. O projeto Dobrar Vagas ataca o déficit pela ponta que importa: dobrar a capacidade de segurança máxima e de contenção qualificada do estado, com a construção de novas unidades de segurança máxima e de casas de custódia dimensionadas por engenharia interna. Com menos de 30 mil vagas para 47 mil presos, dobrar especificamente a contenção qualificada não apenas fecha o buraco. Zera o déficit com sobra, porque cria a capacidade de classificar cada preso por risco e aloca-lo onde deve estar: a liderança no CECONT, isolada; o preso comum longe da influência da facção; o recuperável em regime que ofereça saída. A aritmética do Dobrar Vagas fecha, e convém mostrá-la. Com menos de 30 mil vagas para cerca de 47 mil presos, o déficit é da ordem de 17 mil vagas. O Dobrar Vagas não persegue vaga genérica. Persegue a vaga que importa para isolar o comando: segurança máxima e contenção qualificada. Dobrar essa capacidade, com novas unidades de segurança máxima e casas de custódia dimensionadas por engenharia interna, faz duas coisas ao mesmo tempo. Cria o espaço para classificar e separar cada preso por risco. E, ao criar espaço qualificado em excesso, permite reorganizar todo o sistema, aliviando a lotação que hoje é a infraestrutura do poder das facções. Dobrar a contenção qualificada zera o déficit com sobra, e a sobra é o que dá ao Estado a folga para nunca mais deixar uma galeria virar território de facção por falta de onde colocar gente. O modo como isso se paga merece a palavra exata, porque a linguagem aqui é escolha, não deslize. Não vamos privatizar presídio. O Estado tranca e vigia: a custódia, a segurança, o poder de punir e conter são indelegáveis e permanecem inteiramente públicos. O parceiro privado constrói e opera o serviço, a estrutura física, a manutenção, a alimentação, a saúde, o funcionamento cotidiano, com o capital pesado da construção saindo do bolso privado e remunerado por uma contraprestação ao longo do contrato. É o modelo que permite dobrar a capacidade sem que o Estado desembolse de uma vez o capex que não tem. O detalhe fiscal está no Fundo do Cerco. O princípio penal é este: quem tranca e vigia é sempre o Estado. A classificação por risco organiza todo o sistema. Nenhuma unidade, nenhuma galeria, nenhuma cela pode pertencer a uma facção. O Estado retoma o controle físico de cada metro quadrado do sistema prisional, assim como retoma cada território na rua. E a pena ganha função. Instituímos o regime de trabalho, em que quem trabalha cumpre a pena com ofício e com remição. Não é benevolência. É inteligência. O preso ocioso é matéria-prima da facção.

O preso ocioso é matéria-prima da facção. O preso que trabalha, aprende um ofício e enxerga uma saída legal é um preso subtraído do recrutamento carcerário e devolvido com uma chance real de não voltar. Cadeia que só guarda corpo produz reincidência. Cadeia que isola o comando e ocupa a mão produz segurança. O modo como o parceiro privado entra na construção e na operação de serviço dessas unidades, com o Estado sempre trancando e vigiando, está detalhado no Fundo do Cerco, porque é escolha de financiamento antes de ser escolha penal.

FRENTE 5 • POLÍCIA — A FORÇA QUE EXECUTA AS OUTRAS QUATRO

As quatro primeiras frentes são estratégia. A quinta é quem as executa. Não há fronteira fechada, território retomado, dinheiro confiscado nem comando isolado sem uma polícia capaz, motivada, bem equipada e bem comandada. A Frente 5 sustenta todas as outras. É também a mais negligenciada historicamente, porque é mais fácil anunciar operação do que cuidar de quem opera. Este governo inverte a prioridade: cuidar da polícia é a condição de tudo o mais. O nome do programa é duplo, porque o cuidado tem duas faces. O Escudo Azul protege o policial. O Policial de Ferro garante que a instituição seja íntegra. Começamos por uma verdade que o discurso de segurança costuma pular: a moral da tropa é ativo estratégico, não detalhe de recursos humanos. Uma força desanimada, mal paga e mal amparada não executa cerco nenhum. Cumpre expediente, evita o risco, e a evitação do risco é a derrota silenciosa da segurança pública. Pior: o desânimo é a antessala da corrupção, porque o agente que se sente abandonado pelo Estado é o mais vulnerável ao dinheiro do crime. Investir na polícia não é gasto social com a categoria. É investimento direto na capacidade operacional e na integridade do cerco. As cinco frentes deste eixo desenham a estratégia mais sofisticada; se a força que a executa estiver quebrada por dentro, a estratégia não sai do papel. A Frente 5 não é a última em importância. É a condição das outras quatro.

ESCUDO AZUL — CUIDAR DE QUEM NOS PROTEGE

O policial fluminense trabalha em uma das condições mais duras do país: baixa remuneração, risco extremo, jornadas exaustivas, adoecimento mental crônico, exposição jurídica constante e famílias desamparadas quando o pior acontece. Uma força tratada assim não vence uma guerra. Sobrevive a ela, desmotivada, e o desânimo abre a porta que a corrupção atravessa. O Escudo Azul é o compromisso de cuidar de quem nos protege, e tem cinco eixos concretos. Detenho-me na recomposição salarial, porque é o ponto em que a coragem de prometer encontra a honestidade de não mentir. O policial fluminense merece ganhar mais, e vamos pagá-lo melhor. Não vou repetir o velho truque de campanha de anunciar um número redondo de aumento que a conta do estado não suporta e que o governo seguinte terá de desdizer. A recomposição será faseada, ao longo de três anos, condicionada ao estudo fiscal que fecha a conta dentro da moldura do Propag e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Salário é despesa permanente, e despesa permanente só se sustenta com receita permanente, jamais com o ativo confiscado do crime, que é finito. Dizer isto ao policial é respeitá-lo. Ele já foi enganado vezes demais por promessa bonita e cheque sem fundo. O nosso compromisso é o aumento que chega e não volta atrás, porque foi calculado antes de ser anunciado.

FRENTE 5 • POLÍCIA — A FORÇA QUE EXECUTA AS OUTRAS QUATRO

As quatro primeiras frentes são estratégia. A quinta é quem as executa. Não há fronteira fechada, território retomado, dinheiro confiscado nem comando isolado sem uma polícia capaz, motivada, bem equipada e bem comandada. A Frente 5 sustenta todas as outras. É também a mais negligenciada historicamente, porque é mais fácil anunciar operação do que cuidar de quem opera. Este governo inverte a prioridade: cuidar da polícia é a condição de tudo o mais. O nome do programa é duplo, porque o cuidado tem duas faces. O Escudo Azul protege o policial. O Policial de Ferro garante que a instituição seja íntegra. Começamos por uma verdade que o discurso de segurança costuma pular: a moral da tropa é ativo estratégico, não detalhe de recursos humanos. Uma força desanimada, mal paga e mal amparada não executa cerco nenhum. Cumpre expediente, evita o risco, e a evitação do risco é a derrota silenciosa da segurança pública. Pior: o desânimo é a antessala da corrupção, porque o agente que se sente abandonado pelo Estado é o mais vulnerável ao dinheiro do crime. Investir na polícia não é gasto social com a categoria. É investimento direto na capacidade operacional e na integridade do cerco. As cinco frentes deste eixo desenham a estratégia mais sofisticada; se a força que a executa estiver quebrada por dentro, a estratégia não sai do papel. A Frente 5 não é a última em importância. É a condição das outras quatro.

ESCUDO AZUL — CUIDAR DE QUEM NOS PROTEGE

O policial fluminense trabalha em uma das condições mais duras do país: baixa remuneração, risco extremo, jornadas exaustivas, adoecimento mental crônico, exposição jurídica constante e famílias desamparadas quando o pior acontece. Uma força tratada assim não vence uma guerra. Sobrevive a ela, desmotivada, e o desânimo abre a porta que a corrupção atravessa. O Escudo Azul é o compromisso de cuidar de quem nos protege, e tem cinco eixos concretos. Detenho-me na recomposição salarial, porque é o ponto em que a coragem de prometer encontra a honestidade de não mentir. O policial fluminense merece ganhar mais, e vamos pagá-lo melhor. Não vou repetir o velho truque de campanha de anunciar um número redondo de aumento que a conta do estado não suporta e que o governo seguinte terá de desdizer. A recomposição será faseada, ao longo de três anos, condicionada ao estudo fiscal que fecha a conta dentro da moldura do Propag e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Salário é despesa permanente, e despesa permanente só se sustenta com receita permanente, jamais com o ativo confiscado do crime, que é finito. Dizer isto ao policial é respeitá-lo. Ele já foi enganado vezes demais por promessa bonita e cheque sem fundo. O nosso compromisso é o aumento que chega e não volta atrás, porque foi calculado antes de ser anunciado. Primeiro, a recomposição salarial, faseada e responsável, feita em etapas ao longo de três anos, condicionada ao estudo fiscal que fecha a conta dentro da moldura do Propag e da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque prometer aumento sem lastro é enganar o policial e quebrar o estado. Segundo, o adicional de risco, que reconhece na remuneração a exposição real de quem está na linha de frente. Terceiro, o amparo à família do policial morto ou incapacitado em serviço, para que quem dá a vida pelo estado tenha a certeza de que o estado não abandonará os seus. Quarto, um programa sério de saúde mental, porque a farda esconde um adoecimento silencioso que mata tanto quanto a bala e de que ninguém cuida. Quinto, a defesa jurídica do policial que age dentro da lei, para que o profissional que cumpre o seu dever com correção não seja deixado sozinho diante do processo. Cuidar do policial não é o oposto de cobrar dele. É a condição para poder cobrar com autoridade.

POLICIAL DE FERRO — COMANDO POR MÉRITO E CERCO AO CORRUPTO

Há uma coerência profunda entre o Escudo Azul e o Policial de Ferro, e precisa ser dita: cuidar e cobrar são a mesma política, não políticas opostas. O agente amparado, bem pago, respaldado juridicamente quando age dentro da lei, cuidado na saúde e na família, é o agente a quem se pode cobrar com autoridade moral, porque o Estado cumpriu a sua parte primeiro. O agente abandonado é aquele a quem o Estado não tem cara para exigir integridade, porque o deixou na mão. Governos que só cobram, sem cuidar, produzem uma tropa ressentida e permeável. Governos que só afagam, sem cobrar, produzem uma corporação sem freio. O Cerco faz as duas coisas ao mesmo tempo e de propósito. Escudo para quem cumpre o dever, ferro para quem o trai.

A contrapartida do cuidado é a integridade, e ela não se pede: estrutura-se. O Policial de Ferro garante que a corporação amparada seja também uma corporação limpa. Seus pilares: comando por mérito, com a promoção e a nomeação para funções-chave baseadas em desempenho e integridade, não em apadrinhamento, porque nada desmoraliza mais a tropa honesta do que ver o comando entregue a quem não merece. Corregedoria autônoma, com independência real para investigar e punir o desvio dentro da própria polícia, sem subordinação a quem ela deve fiscalizar. E cerco ao policial corrupto com o mesmo rigor com que cercamos o crime lá fora, porque o agente corrompido é a porta por onde o crime entra no Estado, e um cerco que não fecha essa porta é um cerco furado por dentro. Ser duro com o crime exige ser implacável com quem, dentro da farda, trabalha para o crime. As duas durezas são a mesma.

A REFORMA ADMINISTRATIVA QUE DEVOLVE O POLICIAL À RUA

Há um escândalo silencioso na segurança pública do Rio: uma parte enorme do efetivo não está na rua. Está em função burocrática, em tarefa administrativa que um civil faria, em cartório de delegacia, na atividade-meio que consome o profissional treinado para a atividade-fim. Contratar mais policial custa caro e leva anos. Devolver à rua o policial que já existe é imediato e barato. A reforma administrativa da segurança faz exatamente isso: digitaliza o que hoje ocupa mãos treinadas, transfere a atividade-meio para quadros civis e de apoio, elimina a papelada que prende o investigador à mesa e devolve o policial ao lugar onde faz falta, a rua, o território, a investigação. É gestão pura, e talvez a forma mais rápida de aumentar a presença policial efetiva sem um único novo concurso. A mesma lógica de eficiência que atravessa todo este plano: fazer mais com o que já se tem, antes de pedir mais.

Pense no que isso significa concretamente. Cada policial retirado de trás de uma mesa, de um cartório ou de uma tarefa que uma tela resolveria é um policial devolvido ao patrulhamento, à base do território retomado, à investigação que confisca patrimônio. Se o Estado devolver à rua uma fração relevante do efetivo hoje preso à burocracia, terá aumentado a presença policial efetiva sem contratar ninguém, sem esperar concurso, sem folha nova. A inteligência artificial e a digitalização, que barateiam a gestão numa escala inédita, são aqui aliadas diretas. O boletim que se registra sozinho, o processo que tramita digital, o dado que se cruza automaticamente liberam o profissional para o trabalho que só ele faz.

A reforma administrativa é o multiplicador de força mais barato de toda a Frente S. E é a prova de que boa parte do que falta na segurança do Rio não é dinheiro novo, é gestão que nunca foi feita.

Uma polícia mal paga, mal equipada e mal comandada não perde para o crime por covardia. Perde por abandono. Vamos acabar com o abandono da farda como vamos acabar com o abandono do território.

A ESPINHA FISCAL – O FUNDO DO CERCO

Todo plano de segurança encalha na mesma pergunta: de onde vem o dinheiro? Este eixo responde antes de terminar, porque a resposta é a sua espinha dorsal. E ela começa por inverter a pergunta. É aqui que a maioria dos planos de segurança mente, e é aqui que este se distingue. Promete-se o cerco, promete-se a retomada, promete-se a nova polícia. Quando chega a hora de dizer quanto custa e de onde sai, vem o silêncio ou vem a cifra sem lastro. O Fundo do Cerco é a nossa recusa a esse silêncio. Não é anexo contábil colado no fim do eixo. É a espinha que atravessa as cinco frentes de ponta a ponta e as segura de pé. Sem espinha fiscal, o cerco mais bem desenhado do mundo é fantasia. Com ela, cada promessa deste eixo tem fonte, natureza e dono. As páginas a seguir são a parte do plano que o leitor técnico vai apertar com mais força, e por isso mesmo as escrevemos com mais cuidado.

ANTES DO CUSTO. O RETORNO

Segurança é tratada como despesa, e é isso que condena o debate. Vamos tratá-la pelo que de fato é: o investimento de maior retorno que o estado pode fazer. O estudo da RC Consultores, sob coordenação de Paulo Rabello de Castro, estima que levar a letalidade fluminense do patamar de cerca de 21 para 12 mortes por 100 mil habitantes está associado a algo em torno de R\$ 156 bilhões somados ao PIB do estado e a cerca de 700 mil empregos, por uma elasticidade-emprego de 0,27. Diante de um retorno dessa ordem, o investimento das cinco frentes é fração de 1% do que ele devolve. Não existe, no orçamento do estado, aplicação com essa relação entre custo e retorno. Segurança não compete com desenvolvimento por recurso. É a pré-condição do desenvolvimento, e reduzir a letalidade é a maior política econômica que o Rio pode fazer. Quem enxerga a conta assim para de perguntar se cabe no orçamento e passa a perguntar por que não fizemos isso antes.

Cabe aqui a honestidade sobre a natureza do número, porque a nossa marca é não vender projeção como certeza. A cifra de R\$ 156 bilhões e os 700 mil empregos saem de um modelo econômico de longo prazo, com memória de cálculo publicada. É estimativa de potencial, não promessa de caixa. Mas se apoia num fato retrospectivo que não é projeção nenhuma: nas três décadas em que os homicídios caíram no país e no estado, o Rio ganhou bilhões em atividade econômica que a violência antes destruiu. Não estamos apostando numa teoria. Estamos lendo a própria história do estado. A violência empobrece de forma mensurável: afasta empresa, mata trabalhador, esvazia bairro produtivo. Reverter a violência enriquece pela mesma via. Seja o número exato R\$ 156 bilhões ou uma fração disso, a direção é inequívoca e o retrospecto a confirma. Investir em reduzir a letalidade é a aposta de menor risco e maior retorno do orçamento fluminense.

UM CAIXA SÓ

O Cerco tem um caixa só: o Fundo do Cerco, positivado na Lei do Cerco, com entrada e saída visíveis no Painel em tempo real. Todas as fontes deságuam nele. Dele sai o financiamento das cinco frentes. Essa arquitetura de caixa único não é detalhe contábil. É o que impede o vício que destruiu os planos anteriores, em que cada secretaria contava o mesmo real e no fim ninguém tinha o dinheiro. Aqui entra o dinheiro do crime confiscado, entra a economia da máquina enxuta, entra a arrecadação do mercado libertado. E sai, de um único cofre auditável, o financiamento do Cerco inteiro. Um cofre, uma conta, um painel. Quem quiser conferir, confere.

OS DOIS CORTES

O Fundo se organiza por dois cortes, e entender os dois é entender por que a conta fecha sem truque. O primeiro corte separa fontes-base de fontes-aceleradoras. As fontes-base são as que a caneta do governador controla, e são elas, só elas, que dimensionam as metas datadas. As fontes-aceleradoras dependem de terceiros, do Supremo, do Congresso, de outros governadores, e servem para antecipar cronograma, jamais para lastrear promessa. O segundo corte separa capital de recorrente. A receita de capital, o confisco, a venda de imóvel, a captação, paga o que se compra de uma vez: base, viatura, drone, obra. A receita recorrente, a economia da máquina, a arrecadação formalizada, paga o que se repete todo mês: folha, custeio, contraprestação. Nenhuma meta datada se apoia em fonte que depende de voto alheio, e nenhuma despesa permanente se apoia em receita que entra uma vez só. Os dois cortes são as duas travas que impedem o rombo antes de ele nascer.

Um exemplo torna a regra palpável. O drone que vigia o território é capital: compra-se uma vez com o dinheiro confiscado do crime, e está pago. O salário do policial que opera o drone é recorrente: repete-se todo mês, para sempre, e por isso não pode ser pago com o confisco. O dia em que o patrimônio confiscado acabar é o dia em que o salário não teria de onde sair. Confundir os dois é o erro clássico que quebra estados: usar uma receita extraordinária, que entra uma vez, para criar uma despesa perpétua, que nunca mais sai. Este plano se recusa a cometê-lo. O confisco compra o equipamento, ergue a base, constrói o muro, coisas que se pagam uma vez. A economia da máquina e a arrecadação formalizada sustentam a folha e o custeio, coisas que voltam todo mês. Cada natureza no seu lugar. É contabilidade elementar, e foi justamente a elementar que os planos anteriores desprezaram.

FONTE	TIPO	NATUREZA	ORDEM DE GRANDEZA
Ativos confiscados pela Operação Asfixia	Base	Capital	R\$ 15-25 bi (tese; metas dimensionadas pelo piso)
Imóveis do abandono (patrimônio público ocioso)	Base	Capital	a inventariar na transição
Captação federal e multilateral	Base	Capital	por projeto, articulada
Economia da reforma administrativa	Base	Recorrente	ganho de eficiência anual
Arrecadação do mercado formalizado (Pedágio do Crime)	Base	Recorrente	crece com cada mercado devolvido
Reordenamento fiscal	Base	Recorrente	espaço aberto pelo Propag
ADPF 635 (recursos das três esferas)	Aceleradora	Mista	aporte federal/municipal por obrigação
Programa Fusão 50 – 20% carimbados p/ segurança	Aceleradora	Mista	R\$ 3-4 bi/ano (a confirmar, depende de EC)
Correção da Lei 15.358/2026 (receita do perdimento)	Aceleradora	Capital	a confirmar, depende do Congresso

FRENTE / ESTRUTURA	USO DE CAPITAL	USO RECORRENTE
F1 Fronteira (Escudo Rio/Guanabara, CICC)	R\$ 1,5-2,5 bi	custeio do CICC
F2 Território (Cinturões da Soberania)	R\$ 2,5-3,5 bi	gratificação e operação das bases
F3 Operação Asfixia	R\$ 0,8-1,2 bi	equipes da força-tarefa
Pedágio do Crime	R\$ 0,25-0,45 bi	–
F4 Cárcere (CECONT + Dobrar Vagas, via PPP)	aporte de estruturação R\$ 1,5- 2,5 bi (capex privado R\$ 6-10 bi)	contraprestação R\$ 1-1,5 bi/ano

F5 Polícia (equipamento, batalhões, recomposição)	equipamento e batalhões	recomposição faseada em 3 anos, condicionada ao estudo fiscal e ao Propag/LRF
Infraestrutura transversal	R\$ 0,2-0,3 bi	—

A CONTA QUE FECHA E ONDE ESTÁ ABERTA

Sejamos exatos sobre o que fecha e o que ainda depende de estudo, porque é aí que a honestidade se prova. O uso de capital do Estado nas cinco frentes soma algo na ordem de R\$ 7 a 10 bilhões ao longo do quadriênio. E note: o capex mais pesado, o da construção prisional, é privado, não do Estado. Mesmo no piso da Operação Asfíxia, as fontes-base de capital cobrem esse valor com folga. O crime paga, com o próprio patrimônio confiscado, a maior parte da sua própria destruição. É a poesia fiscal deste plano: o dinheiro que sustentava o fuzil passa a sustentar o cerco ao fuzil. O lado recorrente é mais delicado, e não vamos fingir o contrário. A folha da recomposição policial da Frente 5 e a contraprestação da PPP prisional são despesas permanentes, e despesa permanente exige receita permanente: a economia da reforma administrativa, a arrecadação do mercado formalizado, o reordenamento fiscal aberto pelo Propag. A conta que amarra esse lado recorrente, com a devida compatibilização com o Propag e a Lei de Responsabilidade Fiscal, depende de um estudo que só a máquina de governo, com acesso ao caixa real, pode fechar. Declaramos aqui, sem esconder no rodapé: esse estudo é entrega da transição, publicado antes de qualquer promessa datada de folha. Não datamos aumento de salário que ainda não sabemos como pagar de forma sustentável. Preferimos a crítica de sermos cautelosos à vergonha de sermos desmentidos. A conta de capital fecha com folga hoje. A conta recorrente tem o seu ponto aberto declarado, com prazo e com dono.

Reparem no que essa arquitetura tem de justo, além de tecnicamente correta. A maior parte do custo de capital do Cerco recai sobre o próprio crime, que paga, com o patrimônio que acumulou oprimindo o morador, a base que o expulsa e o drone que o vigia. Não é o cidadão, que já pagou a conta a vida inteira, quem financia a maior parte da sua libertação. É o opressor, com o dinheiro tomado dele. Há uma justiça poética nisso, e há uma justiça fiscal: o que sustentava o fuzil passa a sustentar o cerco ao fuzil. Quando alguém perguntar de onde vem o dinheiro da segurança, a resposta mais bonita deste plano é esta. Vem, em grande parte, do bolso de quem tomou o território, agora que o tomamos de volta.

A GOVERNANÇA DO FUNDO

O Fundo do Cerco será positivado na Lei do Cerco e reforçado por uma lei de destinação vinculada, com trava de natureza (capital paga capital, recorrente paga recorrente) inscrita em lei, não confiada à boa vontade do gestor. Toda entrada e toda saída aparecem no Painel, auditáveis pela Controladoria Geral Independente. E há uma regra de prioridade para o caso de frustração de receita, porque a honestidade se mede na hora ruim: se faltar dinheiro, o Fundo primeiro sustenta o que já está aberto, as bases instaladas, os territórios em consolidação, e só depois expande. Nunca se abandona um território por falta de caixa. Primeiro se garante o que se conquistou, depois se avança.

Essa regra de prioridade é a costura entre a espinha fiscal e a cláusula de capacidade da Frente 2, e não é coincidência. As duas dizem a mesma coisa por lados diferentes: manter vale mais do que anunciar. A cláusula de capacidade impede que se retome território além do que se sustenta. A regra de prioridade do Fundo garante que, na escassez, o dinheiro vá primeiro para sustentar o já conquistado, e não para inaugurar o novo. Juntas, blindam o Cerco contra o vício que matou tudo o que veio antes: a expansão vaidosa que abandona o território anterior para tirar foto no seguinte. Um governo que se algema por lei a manter antes de expandir é um governo que decidiu, de véspera, resistir à própria vaidade. É a diferença entre governar para a manchete de amanhã e governar para o território de daqui a dez anos. Duas regras de linguagem fecham a governança, e as cumprimos à risca. Nunca dizemos "privatizar presídio": dizemos que o Estado tranca e vigia, e o parceiro constrói e opera o serviço. E nunca prometemos folha de pagamento com ativo confiscado, porque o confisco é finito e a folha é para sempre. A disciplina de linguagem é a disciplina fiscal dita em voz alta.

A INFRAESTRUTURA TRANSVERSAL

Cinco frentes precisam de uma estrutura que as sustente por baixo: a lei que as torna Estado, a articulação que traz o que a caneta estadual não alcança, a instituição que cuida de quem o crime feriu. É a infraestrutura transversal do Cerco. Ela impede que o Cerco seja mais um programa de governo com prazo de validade colado ao mandato. Transforma estratégia em lei, esforço estadual em pressão nacional, operação em política de Estado com dono, régua e memória.

A Lei do Cerco. Nos primeiros 100 dias, enviaremos à Assembleia a Lei do Cerco, a lei que transforma o programa em política de Estado. Ela positiva as cinco frentes, as três fases da retomada, a cláusula de capacidade em esteira com as suas duas travas, a regra das 72 horas e o Fundo do Cerco com destinação vinculada. Junto vem a lei da fábrica estadual de munição, mediante autorização e fiscalização do Exército, seguindo o precedente das polícias militares estaduais que já produzem munição de forma regularizada, para reduzir a dependência e o custo do insumo essencial da própria força. E vem o regramento das operações policiais em lei votada, com regras de engajamento públicas, porque operação regrada por lei se sustenta no tribunal e protege tanto o morador quanto o policial. Fazer do Cerco uma lei, e não um programa de governo, é o que garante que ele sobreviva a quem vier depois. Programa acaba com o mandato. Lei fica.

Enviar a Lei do Cerco nos primeiros 100 dias não é gesto simbólico. É a ordem correta das operações. Quase todo governo começa pela ação e deixa a lei para depois, e por isso a ação morre quando o governo troca. Nós invertemos: primeiro a lei que amarra o método, as travas e o Fundo; depois a operação que a lei sustenta. Positivar a cláusula de capacidade em esteira significa que nem este governo pode expandir além do que sustenta, ainda que quisesse. Positivar a regra das 72 horas significa que retomar sem plano de serviço financiado vira ilegalidade, não escolha política. Positivar o Fundo do Cerco com destinação vinculada significa que o dinheiro do crime não pode ser desviado para outra finalidade por conveniência futura. A lei, aqui, não é burocracia. É o cadeado que garante que a disciplina do plano resista à tentação do próprio governante e à troca de mandato.

Um cerco que depende de decreto se desfaz com outro decreto. Um cerco que é lei exige, para ser desfeito, que alguém tenha a coragem pública de revogar o combate ao crime organizado. E essa conta política ninguém quer pagar.

A FNCNT – Frente Nacional Contra o Narcoterrorismo. O crime é nacional. A resposta não pode parar na fronteira do estado. A FNCNT é a frente de governadores que o Rio vai puxar para levar ao Congresso uma pauta comum, a começar pela correção da Lei 15.358/2026, para derrubar o veto que deixou com a União a receita do perdimento de bens do crime, dinheiro que deveria abastecer os estados que fazem o enfrentamento. É também a frente que empurra a constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública, hoje em vias de constitucionalização, com PEC aprovada na Câmara e em exame no Senado. O Rio não pede a Brasília. O Rio organiza os estados e cobra de Brasília, a mesma lógica com que cobramos a reparação de meio século.

A posição do Rio nessa frente é única, e por isso o estado deve liderá-la, não segui-la. Nenhum estado sofre o crime organizado territorial na escala do Rio, e nenhum tem tanto a ganhar com uma resposta nacional coordenada. A correção da Lei 15.358/2026 é o exemplo mais concreto do que está em jogo. Hoje o produto do perdimento de bens do crime, dinheiro que os estados arrancam do próprio inimigo, escorre para a União por um veto, em vez de voltar para quem faz o enfrentamento na ponta. Corrigir isso é fazer com que o confisco alimente diretamente o cofre de quem confisca, e é uma bandeira que une governadores de todos os matizes, porque todos perdem com o veto. A FNCNT é o reconhecimento de que há limites ao que a caneta estadual alcança, e a decisão de não usar esses limites como desculpa, e sim como pauta. O que depende do Congresso, o Rio articula. O que depende da caneta, o Rio faz. E jamais confunde os dois: nenhuma meta datada deste eixo se apoia no que a FNCNT ainda precisa conquistar em Brasília.

O Programa Fusão 50 – Fundo de Reparação Fluminense. Aqui a segurança encontra a história. O Programa Fusão 50 é a proposta, pela bancada fluminense, de uma emenda constitucional que crie um fundo de reparação finito, de vinte anos, carimbado (40% para a dívida, 30% para infraestrutura, 20% para segurança e 10% para reindustrialização), com auditoria federal e estadual. Seu fundamento tem duas pernas: o paralelo com o Fundo Constitucional do Distrito Federal, que compensa o DF pelo custo de sediar a capital, e a perda histórica quantificada do Rio, a saída da capital em 1960, a fusão de 1975, o desmonte industrial. Os 20% de segurança equivalem a algo entre R\$ 3 e 4 bilhões por ano, a confirmar. Mas atenção à disciplina do plano: a Fusão 50 é fonte aceleradora, não muleta. Antecipa o cronograma se vier. Nenhuma meta datada se apoia nela, porque depende de emenda constitucional e de voto que o governador não controla. O Propag renegociou o fluxo da dívida. A Fusão 50 repara o estoque de meio século. São coisas diferentes, e as duas cabem neste plano. A Fusão 50 não é pedido de esmola, e faço questão da distinção. É cobrança de reparação por um dano quantificável que a União causou ao Rio por decisão sua. As duas pernas do fundamento são jurídicas, não emocionais. A primeira é o paralelo com o Fundo Constitucional do Distrito Federal: se a União compensa o DF pelo ônus de sediar a capital, deve ao Rio a compensação pelo ônus de tê-la perdido sem plano de transição. O mesmo princípio, aplicado com justiça ao estado que arcou com o avesso. A segunda é a perda histórica mensurável: a saída da capital em 1960, a fusão imposta de 1975 e o desmonte industrial das décadas seguintes têm custo que se pode calcular, e é sobre esse cálculo que a reparação se apoia.

Por isso o fundo é finito, vinte anos e não para sempre, e carimbado, cada real com destino escrito na Constituição, auditado pela União e pelo estado. Não é benesse. É conta a acertar. E é a prova viva da tese que abre todo este plano: o Rio não é pobre, o Rio foi empobrecido por decisões, e a reparação dessas decisões é um direito a cobrar, não um favor a implorar.

A Aliança Internacional As designações terroristas de 2026 abriram uma porta de cooperação internacional que vamos atravessar com método e com uma linha vermelha inegociável. Criaremos uma unidade de investigação credenciada e um centro de fusão de inteligência, que produzem os dossiês que alimentam o bloqueio financeiro internacional das organizações designadas, levando o dinheiro do crime a ser perseguido onde a caneta estadual não chega. A linha vermelha: o comando é brasileiro, sempre. Nenhum agente estrangeiro opera em território fluminense. Cooperação de inteligência e de rastreamento financeiro, sim. Soberania sobre o próprio território, sempre. O Rio usa a ferramenta internacional sem abrir mão de um metro da sua soberania.

Essa distinção separa cooperação de subordinação, e é absoluta. O dinheiro do crime organizado é global: circula por contas, empresas e ativos espalhados por vários países, longe do alcance de qualquer polícia estadual. Ignorar a ferramenta internacional que persegue esse dinheiro seria abrir mão de golpear o inimigo onde ele guarda o tesouro. Usá-la, porém, não significa entregar a soberania. O modelo é claro: a inteligência estadual produz o dossiê, o centro de fusão o qualifica, a cooperação internacional o converte em bloqueio lá fora, e nenhuma operação em solo fluminense é comandada, executada ou autorizada por quem não seja autoridade brasileira. O Rio recebe informação e capacidade de rastreamento. O Rio não recebe ordem nem ocupação. Quem persegue o dinheiro do crime pelo mundo é parceiro. Quem manda no território do Rio é o Estado brasileiro, sempre e sem exceção. Cooperar com o mundo para asfixiar o crime é força. Permitir tutela estrangeira sobre a própria segurança seria fraqueza, e nós não trocamos uma pela outra.

A Agência da Vítima. No meio de toda operação, há quem já foi ferido, e o Estado costuma esquecê-lo. A Agência da Vítima, ligada diretamente ao governador, existe para que a vítima da violência, a família do morto, o comerciante extorquido, o morador expulso de casa, o policial baleado, tenha uma porta única de acolhimento, de orientação e de amparo, em vez de peregrinar por balcões que não conversam. Um cerco que só pensa no inimigo e esquece a vítima é um cerco sem alma. A Agência da Vítima é a alma do Cerco, e a lembrança permanente de para quem tudo isto é feito.

Ligá-la diretamente ao governador é escolha deliberada, não protocolar. Significa que a vítima da violência deixa de ser assunto de balcão para virar prioridade de gabinete. O comerciante extorquido, a mãe que perdeu o filho, o morador que teve a casa tomada, o policial ferido passam a ter, na estrutura de poder do estado, alguém que responde por eles no topo. A Agência acolhe, orienta sobre direitos, articula assistência jurídica, psicológica e social, e acompanha o caso para que a vítima não seja processada pela burocracia depois de ter sido ferida pelo crime. Há uma razão profunda nisso: a legitimidade do Cerco nasce das vítimas, não das estatísticas. Toda esta engenharia de cinco frentes, todo este cálculo fiscal, toda esta doutrina existe por causa de gente concreta que sofreu a violência que nos propomos a acabar. Esquecer a vítima seria trair o motivo de tudo. A Agência da Vítima é o Estado dizendo, com estrutura e não com discurso, que se lembra de quem paga o preço mais alto.

ArcoMM / O corredor do ArcoMM atravessa exatamente a região de maior expansão das milícias na Baixada e na Zona Oeste, e por isso a segurança e o desenvolvimento territorial são, ali, a mesma obra. O monotrilho suspenso nasce também como eixo de patrulhamento e de presença do Estado sobre a área que a milícia disputa; a regularização fundiária em massa na faixa de influência tira do crime o negócio da terra ilegal, que é uma de suas maiores fontes de renda; e a chegada do serviço legal — transporte, energia, saneamento, internet — pela espinha do ArcoMM é o Pedágio do Crime aplicado em escala metropolitana. Onde o ArcoMM passa, o crime perde território, perde terra e perde mercado ao mesmo tempo. A costura territorial deste plano é, também, uma estratégia de segurança.

POR QUE DESTA VEZ É DIFERENTE

O ceticismo é legítimo. O Rio já ouviu de todo governo a promessa de acabar com o crime, e o mapa só piorou. Por que acreditar que desta vez é diferente? A resposta honesta não é "porque somos melhores". É "porque corrigimos, um a um, os sete erros que fizeram todas as tentativas anteriores fracassarem". Sem corrigir esses erros, qualquer plano repete o passado. Corrigidos, o resultado muda.

Reconhecer os erros do passado não é humilhar quem tentou. É honrar o custo do que foi tentado sem método. Muita gente séria, muito policial corajoso e muito governante bem-intencionado se atiraram contra o crime do Rio e falharam, não por covardia, mas por incoerência de estratégia. Aprender com esses fracassos é o mínimo que se deve às vidas gastas neles. O que segue não é acusação aos que vieram antes. É o compromisso de não desperdiçar de novo o esforço, corrigindo a causa de cada derrota.

O primeiro erro: atrás do policial não vinha nada. Ocupava-se o território e o serviço público não chegava, e o crime voltava pelo vazio. Corrigido pela regra das 72 horas, positivada em lei: o serviço entra junto com a força, por obrigação legal, e sem plano de serviço financiado não há autorização para retornar.

O segundo erro: era programa, não política de Estado. Cada governo recomeçava do zero e abandonava o que o anterior fez. Corrigido pela Lei do Cerco: o cerco vira lei, com Fundo do Cerco e destinação vinculada, e sobrevive à troca de mandato.

O terceiro erro: expandiu-se além da capacidade de sustentar. Anunciava-se território novo enquanto o anterior era abandonado. Corrigido pela cláusula de capacidade em esteira, com as duas travas legais que proíbem nova retomada antes de sustentar a anterior.

O quarto erro: tudo dependia de uma corporação isolada, tratando a segurança como assunto só da polícia. Corrigido pelas cinco frentes integradas e pela ação das três esferas: fronteira, território, dinheiro, cárcere e polícia trabalhando como um sistema, com a União e os municípios dentro.

O quinto erro: não havia meta nem medição externa, e o governo era juiz da própria nota. Corrigido pela régua pública, externa e auditável: letalidade medida por instituição independente, painel anual, indicador por território, o número ruim aparecendo igual ao bom.

O sexto erro: escolhia-se o território pela visibilidade turística, não pelo peso estratégico. Corrigido pelo critério técnico: prioriza-se a Baixada e os corredores logísticos, onde a retomada mais enfraquece o crime e mais destrava a economia, e não o ponto que rende foto.

O sétimo erro: ignorava-se a milícia, combatendo só a facção e deixando o outro poder armado crescer. Corrigido pela definição do inimigo pelo modelo de negócio: a asfixia ataca o caixa comum, e a milícia entra no cerco pela mesma porta que a facção, sem exceção e sem apadrinhamento.

Sete erros, sete correções. Não prometemos um milagre. Prometemos não repetir o que já sabemos que não funciona. É essa a diferença que transforma promessa em plano. Termino este eixo com o compromisso na forma mais nua que a política permite: uma tabela de metas, com medida e prazo, exposta para ser cobrada. Não são aspirações. São contratos. Cada linha abaixo pode ser conferida no Painel do Cerco, ano a ano, com medição externa e o número ruim aparecendo do mesmo tamanho do bom. Se falharmos, aparecerá que falharmos. É assim que se pede confiança sem pedir fé: mostrando a régua antes de começar e prometendo mantê-la à vista até o fim.

AS METAS DO EIXO

COMPROMISSO	MEIDA E PRAZO
Letalidade	de -21 para 12 mortes por 100 mil habitantes em 8 anos (dois quadriênios), medição externa e painel público anual desde o 1º ano
Territórios	20 Cinturões de Soberania retomados e mantidos até 2030; o 1º, por critério técnico, ainda no 1º ano
População sob domínio	queda medida e publicada ano a ano da população sob controle armado, a partir da linha de base fixada no 1º ano
Patrimônio do crime	Fundo do Cerco abastecido pelo confisco da Operação Asfixia; valor bloqueado e confiscado publicado no Painel em tempo real
Cárcere	CECONT em operação com moldura democrática; capacidade de contenção qualificada dobrada; fim medido do comando dado de dentro da cela
Polícia	recomposição salarial faseada em 3 anos (condicionada ao estudo fiscal); corregedoria autônoma instalada; reforma administrativa devolvendo o policial à rua

Não prometemos acalar com o crime num passe de mágica. Prometemos cerca-lo por cinco lados ao mesmo tempo, com lei, com conta que fecha e com a nota exposta ano a ano. O Rio já foi seguro. E o que decisões desfizeram, decisões vão refazer.



EIXO 02

RJ

RICO

DE NOVO.

ANDRÉ
MARINHO
GOVERNADOR
VICE: TEN. CORONEL ENRIQUE VCE

EIXO 2 – RJ RICO DE NOVO

primeiro a casa arrumada, depois o freio de mão solto, por fim a economia nova

O que está em jogo.

O Rio tem a maior província petrolífera do hemisfério sul, o segundo maior PIB do país, dois portos de calado profundo, universidades de ponta e um parque industrial que já foi o motor do Brasil. Convive, ao mesmo tempo, com desemprego alto, indústria desmontada, uma dívida com a União superior a R\$ 200 bilhões e um crime organizado que subtrai mais de R\$ 21 bilhões por ano da economia formal, no cálculo da Firjan. A riqueza não sumiu. Está travada. Travada pela insegurança, que espanta o investimento e cobra pedágio de quem fica. Travada pela máquina que atrapalha em vez de ajudar. Travada por décadas de contas mal feitas que hipotecaram o presente. Destruir é a agenda deste eixo.

A nossa convicção.

Emprego com segurança é o objetivo central deste governo. É a régua que arbitra qualquer disputa interna do estado. O Estado não gera riqueza no lugar de quem produz. Ele cria a condição para que ela aconteça. Arruma as contas para parar de tomar dinheiro do futuro. Sai da frente de quem quer empregar. E investe onde o retorno volta ao cidadão, não onde rende dividendo político. O Rio não empobreceu por falta de vocação. Empobreceu por decisões: a capital que partiu, a fusão feita em gabinete, a indústria naval que definhou, a máquina que virou balcão. O que decisões fizeram, decisões desfazem.

O que vamos fazer.

Três movimentos, na ordem certa. Arrumar a casa: adaptar o estado à Reforma Tributária, dar transparência e equilíbrio às contas dentro do Propag, e colocar a previdência sob auditoria antes que ela engula o orçamento. Destruir quem produz: o Simplifica RJ contra a burocracia, crédito de verdade pela AgeRio, e uma carteira de concessões e PPPs que começa por 700 km de rodovias. Construir a nova economia: 27 Áreas Econômicas e Cidades Vocacionadas, o gás do pré-sal virando indústria, o Rio como centro logístico nacional, o turismo da década com a Copa de 2027, e o campo conectado.

O compromisso pelo qual pedimos para ser cobrados.

Crescer acima da média nacional ao longo do quadriênio. Desemprego em queda, ano a ano, no painel público. E cada real de royalty com destino publicado e rastreável. Royalty que virou custeio é royalty roubado do futuro. Onde a projeção depender de estudo, o estudo será publicado com o número; onde depender de Brasília ou da Assembleia, estará escrito.

O Rio não pede esmola. O Rio quer de volta o direito de produzir, empregar e crescer.

ARRUMAR A CASA: A BASE FISCAL DO CRESCIMENTO

Não existe economia forte sobre caixa quebrado. Antes de prometer investimento, este governo precisa provar que sabe cuidar do dinheiro que já entra. É por aqui que se começa: a casa arrumada é a condição de tudo o mais.

ADAPTAÇÃO À REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária aprovada no país muda o chão sob os pés de todo estado. A guerra fiscal do ICMS acaba. O imposto sobre consumo passa a ser cobrado no destino, não na origem, e é partilhado por um comitê nacional. Para muitos estados isso é ameaça. Para o Rio, bem jogado, é oportunidade, porque somos um grande mercado consumidor e porque o modelo antigo, feito de renúncias improvisadas para segurar empresa a tapa, nunca nos serviu bem. O que vamos fazer é simples de enunciar e difícil de executar: chegar preparados. No primeiro ano, um gabinete da Reforma Tributária dentro da Fazenda, com uma única missão: mapear, empresa por empresa e setor por setor, quem ganha e quem perde na transição, e desenhar o pouso. A transição é longa e conhecida, avança por etapas ao longo dos próximos anos até a implantação plena. Quem se antecipa colhe. Quem improvisa na última hora paga caro. O Rio vai se antecipar.

Vamos revisar de forma criteriosa o estoque de benefícios fiscais herdados, um a um, com critério técnico e destino publicado. Benefício que gera emprego e investimento real fica e é convertido para o novo desenho. Benefício que virou privilégio de quem tem lobista sai. E vamos disputar, na mesa federativa, o que nos cabe: os fundos de transição e de desenvolvimento regional criados pela reforma não podem passar ao largo de quem tem o segundo maior PIB do país e precisa reindustrializar. Como se paga: a adaptação bem feita é neutra ou positiva no caixa, porque troca renúncia opaca por regra clara, e o custo é de gestão, não de gasto novo. O prazo acompanha o calendário nacional da reforma; o que controlamos (o gabinete, o mapeamento, a revisão de benefícios) está pronto no primeiro ano.

TRANSPARÊNCIA E EQUILÍBRIO FISCAL (PROPAG)

A dívida do Rio com a União passa de R\$ 200 bilhões. Em 2026 ela foi renegociada no Propag, e a parcela mensal caiu de cerca de R\$ 1,3 bilhão para algo próximo de R\$ 110 milhões. Isso é oxigênio. Mas é preciso dizer a verdade inteira: o Propag alivia o fluxo, não apaga o estoque. A dívida continua lá. O que mudou foi o fôlego: dinheiro que sufocava o mês agora pode respirar. E aqui está o teste de caráter de um governo. Fôlego de dívida renegociada se gasta uma vez só. Pode virar mais custeio, mais cargo, mais nada, e em quatro anos o problema volta pior. Ou pode virar investimento que muda a estrutura da economia e devolve arrecadação no futuro. Nossa regra é explícita e é uma das seis regras de coerência deste plano: dinheiro que entra de uma vez não paga despesa que se repete todo mês. O espaço aberto pelo Propag vai para o que tem retorno (segurança, infraestrutura, o que destrava emprego), sob trava e sob painel.

O que vamos fazer: cumprir à risca as contrapartidas do Propag, sem o que o alívio evapora e as sanções voltam; publicar, em tempo real, a execução orçamentária inteira, cada contrato, cada aditivo, cada pagamento, no painel aberto que o Eixo do RJ Honesto detalha; e submeter todo investimento novo aos quatro testes do SIGA antes da caneta. Como se paga: transparência não custa, economiza. O desperdício que se enxerga é o desperdício que se corta. O prazo é imediato: o painel de execução no ar no primeiro ano.

PREVIDÊNCIA SOB AUDITORIA

Tem um rombo que ninguém gosta de olhar, e é por isso mesmo que ele cresce. A previdência dos servidores consome uma fatia enorme do orçamento estadual e essa fatia aumenta a cada ano, empurrando para fora do caixa o dinheiro que deveria virar escola, hospital e obra. Não se conserta isso com discurso. Conserta-se com conta na mesa.

O que vamos fazer: uma auditoria atuarial completa e independente do regime próprio de previdência, publicada, sem maquiagem: quanto entra, quanto sai, qual a trajetória real do déficit nas próximas décadas, onde estão as distorções e os privilégios que a maioria dos servidores nem desfruta. Honestidade estatística é marca deste plano: o número ruim aparece igual ao bom. Com o diagnóstico na mão, negociamos as correções que forem possíveis com respeito a quem trabalhou a vida inteira e contribuiu de boa-fé. O ajuste não pode cair sobre o aposentado que cumpriu sua parte, e sim sobre a distorção e o abuso. Boa parte do que se pode fazer depende de legislação na Assembleia e de parâmetros federais; onde depende de terceiros, está escrito, e não colocamos data no que o governador não controla. O que controlamos (encomendar, receber e publicar a auditoria) se faz no primeiro ano. Como se paga: a própria auditoria se paga muitas vezes, porque cada distorção corrigida é orçamento devolvido ao cidadão.

Caixa arrumado não é fim. É a licença para começar.

DESTRAVAR QUEM PRODUZ

Casa arrumada, tira-se o pé do freio de quem gera emprego. O empresário do Rio, do dono da padaria ao industrial de Itaguaí, não pede favor. Pede que o Estado pare de atrapalhar. Este programa é sobre isso: menos burocracia, mais crédito, mais infraestrutura contratada.

SIMPLIFICA RJ

Abrir uma empresa no Rio ainda é uma via-crúcis de guichês, carimbos e prazos que ninguém garante. Cada dia parado numa fila de licenciamento é dia sem faturar, sem contratar, sem gerar imposto. A burocracia não é neutra: ela é um imposto invisível que recal mais pesado sobre o pequeno, que não tem departamento jurídico para navegar o labirinto. O Simplifica RJ ataca isso de frente. Licenciamento por risco: negócio de baixo risco abre com autodeclaração e fiscaliza-se depois, liberando o fiscal para onde ele importa. Balcão único digital, integrando estado, Junta Comercial e, por pacto, os municípios, para que a empresa não tenha de contar a mesma história cinco vezes. Prazo tácito com valor de lei: passou o prazo sem resposta do Estado, está aprovado, e a inércia do governo deixa de ser problema do cidadão. E revisão pente-fino do estoque regulatório, cortando exigência que não protege ninguém e só existe para justificar guichê. A IA, que hoje barateia gestão, entra como aliada: cruzar bases, detectar pendência, instruir processo sozinha. Como se paga: desburocratizar é das poucas políticas que geram receita ao custar quase nada. Mais empresa formal é mais arrecadação, e o gasto é de tecnologia e reorganização, não de despesa nova permanente. O prazo: o balcão único e o licenciamento por risco desenhados e em piloto no primeiro ano.

CRÉDITO E AGERIO

Empresa boa morre por falta de capital de giro. Empreendedor com projeto sólido esbarra no crédito caro e na garantia que não tem. O Rio possui um instrumento próprio para isso, a AgeRio, a agência estadual de fomento: subutilizada, tímida, longe do potencial.

Vamos transformar a AgeRio no braço financeiro do crescimento. Foco no que trava o pequeno e o médio: capital de giro barato, microcrédito produtivo com atendimento que chega ao interior e à periferia, e fundos garantidores que resolvem a falta de aval de quem tem negócio bom e nome limpo mas não tem imóvel para dar em garantia. Linhas casadas com as vocações do estado (inovação, indústria, turismo, agro) e com os territórios que a segurança devolve, porque comércio legal que nasce onde antes só havia o pedágio do crime precisa de crédito para se firmar. Gestão profissional, mérito, e a mesma vigilância do dinheiro que vale para o resto do governo: fomento não é caixa dois de campanha, é política de Estado sob palnel. Como se paga: fomento bem gerido é capital que gira e retorna, não gasto que se perde; e é ele que multiplica o efeito de cada real, público ou privado. O prazo: a AgeRio reestruturada e com carteira ampliada operando no primeiro ano.

CONCESSÕES E PPP – 700 KM DE RODOVIAS

O Estado não precisa, e não deve, ser o dono de tudo. Precisa ser um bom contratante. Onde o setor privado investe melhor, opera melhor e assume o risco, o papel do governo é regular com firmeza e cobrar entrega, não carregar sozinho um custo que consome o orçamento e nunca fica pronto.

A carteira de concessões e PPPs deste governo começa pela malha viária: 700 km de rodovias estaduais concedidos, com contratos que amarram investimento em duplicação, recuperação, sinalização e segurança viária desde o primeiro ano da concessão. Pedágio que não vira obra é pedágio ilegítimo, e o contrato tem de dizer isso com dente. Vai além do asfalto: parcerias em iluminação pública inteligente, saneamento sob o novo marco, equipamentos, logística. Cada projeto passa pelos quatro testes do SIGA e é estruturado com o rigor de quem já viu contrato mal feito virar dívida oculta: modelagem técnica publicada, matriz de risco clara, agência reguladora com independência para punir o concessionário que não cumpre. Como se paga: a concessão bem desenhada tira o investimento das costas do orçamento e ainda pode gerar outorga; o custo do Estado é de estruturação e fiscalização. O prazo é o que controlamos: os primeiros editais de concessão rodoviária modelados e lançados dentro do primeiro biênio, com o cronograma de cada trecho publicado.

ArcoMM | A carteira de concessões e a AgeRio encontram seu maior cenário no Arco Metropolitano. Os 700 km de rodovias e os investimentos privados de infraestrutura se organizam ao longo do eixo que costura montanha, planície, baía e litoral – e é lá, na faixa de influência do Arco, que o crédito produtivo e a regularização fundiária transformam vazios e informalidade em economia formal.

O emprego não nasce do decreto. Nasce de quem produz, quando o Estado para de atrapalhar.

CONSTRUIR A NOVA ECONOMIA

Arrumada a casa e destravado o presente, controla-se o futuro. O Rio não vai voltar a ser forte imitando o passado. Vai ser forte apostando no que só ele tem: o pré-sal, a posição geográfica, o capital humano, a marca mundial. É a Renovação dos Três R's, o que vem depois do Reset e da Ruptura.

27 ÁREAS ECONÔMICAS E CIDADES VOCACIONADAS

Desenvolvimento não cai do céu igual em todo lugar. Ele se concentra onde há vocação, infraestrutura e regra estável. Em vez de espalhar migalha por todo canto, este governo aposta em polos: 27 Áreas Econômicas distribuídas pelo estado, cada uma com uma vocação clara, legislação simplificada, incentivo casado com meta de emprego e a infraestrutura que o setor precisa.

No coração dessa estratégia estão as oito Cidades Vocacionadas do ArcoMM, cada uma amarrada a um ativo real do estado: a Biópolis de Fármacos com a Fiocruz; a Tropicultura de Precisão com a UFRRJ; Moda e Beleza entre Nova Friburgo e Duque de Caxias; Games e Economias Criativas; a Cidade das Religiões; Energias Limpas com a UFF; Eletrônicos e Semicondutores; e a Cidade do Mar. A lógica é sempre a mesma: encontrar o que a região já sabe fazer melhor que ninguém e dar a ela lei clara, crédito, logística e mão de obra formada. A educação técnica do Eixo do RJ com Futuro entra aqui como insumo, não como enfeite. Uma Autoridade Metropolitana coordena, para que os municípios parem de competir uns com os outros e passem a jogar como sistema. Como se paga: a Área Econômica é um multiplicador, com incentivo condicionado a contrapartida de investimento e emprego, e o retorno vem em arrecadação e renda. O prazo: o marco legal das Áreas Econômicas e as duas primeiras Cidades Vocacionadas com plano de implantação no primeiro biênio.

PETRÓLEO, GÁS E REINDUSTRIALIZAÇÃO

O Rio abriga a maior província petrolífera do hemisfério sul. O pré-sal está aí, jorrando riqueza, e boa parte dela passa longe do fluminense, que vê o navio no horizonte e o desemprego na porta de casa. Petróleo que só vira royalty gasto em custeio é maldição, não bênção. A questão não é ter o óleo. É transformá-lo em indústria, em emprego, em cadeia produtiva no nosso chão. Há um paradoxo que envergonha o estado: produzimos gás em volume gigantesco no pré-sal e ainda queimamos parte dele no mar ou o reinjetamos por falta de escoamento e de mercado, enquanto a indústria fluminense paga caro pela energia e o cidadão paga caro pelo botijão. Gás que não chega em terra é riqueza que evapora, literalmente. Destruar esse escoamento é destruir uma cadeia inteira.

A aposta central é o gás natural. O pré-sal produz gás em abundância, e gás barato é o insumo que reindustrializa: fertilizante, petroquímica, siderurgia, geração de energia. Onde o gás chega barato, a indústria volta. O papel do Estado é destruir a infraestrutura de escoamento e distribuição, atrair as plantas industriais com as Áreas Econômicas, e formar o trabalhador que a cadeia exige.

Ao mesmo tempo, retomamos a vocação naval e de reparo, que já foi orgulho do Rio e definhou por decisões, não por falta de mercado. E cada real de royalty ganha destino publicado e vinculado a investimento que se transforma em economia permanente, nunca em despesa que se repete e some. Como se paga: aqui o Estado é sobretudo articulador e regulador; o capital é do setor de energia, o retorno é emprego e arrecadação; o custo público é de infraestrutura habilitadora e formação. O que depende de decisões federais e da política de energia da União está escrito; o que é nosso (planejamento, Áreas Econômicas, escoamento estadual, formação) se faz no mandato.

RIO COMO CENTRO LOGÍSTICO NACIONAL

Olhe o mapa. O Rio tem dois portos de calado profundo, o do Rio e o de Itaguaí, está no centro do maior mercado consumidor do país, cruza rodovias federais que ligam o Sudeste inteiro e guarda o Arco Metropolitano como espinha capaz de amarrar tudo isso. Poucos lugares do mundo têm essa geografia. E o Rio a desperdiça, com gargalo, informalidade e insegurança na carga. Vamos fazer do Rio o hub logístico do Brasil. A peça é o Grande Anel Multimodal do ArcoMM, conectando os portos às rodovias, aos aeroportos e à indústria, com o Monotrilho Suspenso como eixo distribuidor de infraestrutura na primeira fase. Retroáreas portuárias organizadas, integração modal de verdade (porto, rodovia, ferrovia) e a segurança de carga que o Eixo do RJ Seguro entrega, porque não há hub logístico onde o crime cobra pedágio na estrada. A referência de escala existe: sistemas de transporte suspenso como o de Chongqing movem centenas de milhões de passageiros por ano. Como se paga: logística é onde concessão e capital privado mais funcionam; o Estado estrutura, regula e garante segurança. O prazo acompanha a implantação do ArcoMM detalhada no eixo de mobilidade; o que é deste eixo (a política de atração e a organização das retroáreas) começa no primeiro biênio.

TURISMO — A DÉCADA E A COPA 2027

O Rio é uma das marcas mais conhecidas do planeta. Cristo, praia, Carnaval, montanha, samba. E vive muito abaixo do que essa marca vale, porque o turista teme pela segurança, esbarra em infraestrutura ruim e encontra um Estado que trata turismo como festa, não como indústria: a indústria que emprega rápido, emprega jovem e emprega em todo canto do estado.

Há uma verdade incômoda no turismo do Rio: a cidade vende a imagem do paraíso e entrega, com frequência, a experiência do medo. O turista que é assaltado não volta e ainda conta a história para dez. A insegurança é o maior imposto que o turismo fluminense paga, e é por isso que este eixo não anda sem o Eixo do RJ Seguro. A paz devolvida é, ela mesma, a maior política de turismo do estado. Resolver a segurança é destravar um setor que emprega rápido e emprega quem mais precisa. A janela é agora. A Copa do Mundo Feminina de 2027 acontece no Rio, e o mundo vai olhar de novo para cá. Não vamos repetir o erro de fazer da Copa uma obra que acaba na última partida. A Copa é âncora de uma década do turismo fluminense: legado de mobilidade e segurança que fica; requalificação de destinos que vai além da capital, para a Costa Verde, a Serra, as Baixadas Litorâneas e os Lagos; e uma política de promoção que vende o Rio inteiro, o ano inteiro.

E montamos o comitê e o plano de legado da Copa de 2027, para que a janela não passe em branco. Tudo o que depende de Brasília ou da Assembleia entra com a dependência declarada; tudo o que é nossa caneta, começa no primeiro ano.

AS METAS DO EIXO

COMPROMISSO	MEDIDA E PRAZO
Crescer acima da média nacional	Crescimento do PIB estadual acima da média do país no acumulado do quadriênio, com aferição publicada no painel
Desemprego em queda	Taxa de desocupação em redução ano a ano ao longo do mandato, no painel público
Royalty rastreável	100% dos royalties do petróleo com destino publicado e vinculado a investimento, desde o 1º ano – nunca custeio
Reforma Tributária	Gabinete instalado e mapeamento setorial de ganhos e perdas concluído no 1º ano
Previdência sob auditoria	Auditoria atuarial independente encomendada, recebida e publicada no 1º ano
Simplifica RJ	Licenciamento por risco e balcão único digital em piloto no 1º ano; prazo tácito com valor de lei
AgeRio	Agência reestruturada e carteira de crédito produtivo ampliada operando no 1º ano
Concessões – 700 km	Primeiros editais de concessão rodoviária modelados e lançados no 1º biênio
Áreas Econômicas	Marco legal das 27 Áreas e 2 primeiras Cidades Vocacionadas com plano de implantação no 1º biênio
Copa 2027 e turismo	Comitê e plano de legado montados no 1º ano, estado pronto para o evento em 2027



EIXO 03

RJ

SAUDÁVEL
DE NOVO.

ANDRÉ
MARINHO
GOVERNADOR
VICE-TEN. CORONEL EMERECYCE

EIXO 3 – RJ SAUDÁVEL DE NOVO

um só sistema, perto de casa, gerido por indicador e provado no relógio

O que está em jogo.

A saúde do fluminense é vivida como espera. Espera pela consulta com o especialista. Espera pelo exame que marca e não sai. Espera na emergência lotada, sentado numa cadeira, com o parente piorando ao lado. E, no interior, a espera vira viagem: atravessar o estado para fazer um diagnóstico que devia estar a poucos quilômetros de casa. Não faltam ao Rio hospital, médico e recurso na mesma proporção em que falta uma coisa mais barata e mais rara: gestão. A rede existe. Ela não conversa.

A nossa convicção.

Saúde se conserta com gestão e se prova com indicador. Fila não é um fato da natureza, não é maldição, não é falta de dinheiro fatal. É o retrato de um sistema desorganizado, e sistema desorganizado se reorganiza. Estado e municípios não podem seguir como dois mundos que se ignoram: são uma rede única, ou não são rede nenhuma. E o que não se mede, não se governa. A régua deste eixo é o tempo de espera do cidadão, público e caído.

O que vamos fazer.

Transformar o arquipélago em sistema: regulação inteligente com apoio de IA, prontuário integrado e atenção primária que resolve de verdade, para que o hospital pare de fazer o que o posto deveria ter feito. Levar a saúde para perto de casa: diagnóstico e oncologia no interior, urgência regionalizada, e saúde presente nos territórios que a segurança devolve. Fazer da saúde economia, com a Biópolis e o complexo Industrial que transforma nossa ciência em emprego. E cuidar de quem começa a vida: a Mãe Fluminense, saúde da mulher e primeira infância.

O compromisso pelo qual pedimos para ser cobrados.

Um painel público de tempo de espera (por especialidade, por exame, por região) no ar desde o primeiro ano, com meta de redução anual. O que não aparece no painel não existe para a cobrança; por isso tudo aparece. Onde a melhora depender de pactuação com os municípios ou de repasse federal, estará escrito, e a data ficará apenas sobre o que o governo do estado controla.

Fila não é fatalidade. Fila é gestão ruim com hora marcada.

UM SISTEMA, NÃO UM ARQUIPÉLAGO

O paciente do Rio não vê a rede. Ele vê ilhas. O posto que não fala com o hospital, que não fala com o laboratório, que não fala com a policlínica do município vizinho. Cada ilha com sua fila, seu papel, seu carimbo. O mesmo exame refeito três vezes porque o resultado se perdeu. A vaga sobrando num lugar enquanto a fila estoura no outro, e ninguém enxergando as duas coisas ao mesmo tempo. É o arquipélago. Transformá-lo em sistema é a primeira tarefa deste eixo, e a que destrava todas as outras.

REGULAÇÃO INTELIGENTE COM IA

Regular é a arte de encontrar a vaga certa para o paciente certo na hora certa. No Rio, isso é feito hoje com fila cega, telefonema, encaixe e sorte. O resultado é o que se vê: leito ocioso e paciente esperando, na mesma semana, na mesma região. O custo humano disso não cabe em planilha. É o senhor que perde a data da cirurgia porque ninguém o avisou que a vaga surgiu. É a mulher que descobre o câncer tarde porque o exame que a salvaria estava marcado para dali a meio ano. Uma família inteira paga do próprio bolso o que o sistema pagou e não entregou. A fila cega não é só ineficiência; é injustiça, porque quem tem informação e contato fura a fila e quem não tem, espera. Regular bem é, antes de tudo, tratar todo mundo pela mesma régua.

Vamos construir uma regulação estadual única e inteligente. Todas as vagas de consulta especializada, exame, cirurgia e leito (do estado e, por pacto, dos municípios) numa só central, enxergadas em tempo real. Sobre essa base entra a Inteligência artificial, que hoje barateia a gestão como nunca: para priorizar por gravidade clínica e não por ordem de chegada; para prever gargalo antes que ele estoure; para casar oferta e demanda no estado inteiro, mandando o paciente para onde há vaga em vez de deixá-lo apodrecer numa fila local. A fila deixa de ser um balcão e passa a ser um sistema que o cidadão acompanha pelo celular, sabendo onde está e para quando. Como se paga: regulação inteligente é das intervenções de maior retorno em saúde, porque usa melhor o que já existe: leito ocioso preenchido, exame não duplicado, cirurgia otimizada custam menos que a fila que geram. O gasto é de tecnologia e integração; a economia é de desperdício. O prazo: central única de regulação com o painel público de espera no ar no primeiro ano.

PRONTUÁRIO INTEGRADO

Hoje a história de saúde do fluminense está espalhada em pedaços que não se falam. O médico da emergência não sabe o que o médico do posto já prescreveu. O especialista pede de novo o exame que o clínico já pediu. A pessoa carrega a própria história num envelope de papel amassado. Se o perde, o sistema a trata como se ela tivesse nascido naquele instante. Isso custa dinheiro, custa tempo e custa vida.

O prontuário eletrônico integrado é o sistema nervoso da rede. Um registro único, seguro, do qual todo profissional autorizado enxerga o que precisa: histórico, alergias, exames, medicações. O exame feito num ponto vale em todos os outros, e a repetição acaba. A transição do posto para o hospital deixa de perder informação no caminho. E o próprio paciente tem acesso à sua história, porque ela é dele. A mesma base alimenta a gestão: dados reais, em tempo real, para saber onde investir e o que está funcionando, sem depender de planilha atrasada. Como se paga: o prontuário elimina exame duplicado e erro evitável, dois dos maiores ralos de recurso da saúde, e o custo é de implantação, não de despesa perpétua. O prazo: prontuário integrado implantado na rede estadual e pactuado com os municípios ao longo do primeiro biênio, começando pelas regiões de maior demanda.

ATENÇÃO PRIMÁRIA RESOLUTIVA

Aqui está o segredo mal contado da saúde: a maior parte do que leva a pessoa à emergência lotada poderia ter sido resolvido antes, perto de casa, por uma atenção primária que funcionasse. O hipertenso que não acompanha a pressão. O diabético sem controle. A infecção que virou internação. Quando o posto não resolve, o hospital vira posto, e trava. Uma atenção primária forte é o que desafoga tudo o mais.

Os números da saúde no mundo inteiro contam sempre a mesma história: onde a atenção primária é forte, a população vive mais, adocece menos e o sistema custa menos. Onde ela é fraca, tudo escorre para o hospital, que é o lugar mais caro e mais lento para resolver o que o posto resolveria. O Rio investiu por décadas na ponta errada: muito no conserto do fim, pouco na prevenção do começo. Vamos reequilibrar isso, e não por ideologia, mas por aritmética: é onde cada real rende mais. Vamos fazer da atenção primária a porta que resolve, não a porta que empurra. Isso significa equipe de saúde da família de fato presente, com o profissional que não falta e o insumo que não acaba. Significa acesso a exame básico e a especialista de apoio por telemedicina, para que o posto encaminhe menos e resolva mais. A distância entre o interior e o especialista encolhe quando a tela os aproxima. Significa acompanhamento ativo do doente crônico, indo atrás dele antes que ele volte de ambulância. O estado apoia o município, que é quem opera a primária, com regulação, telessaúde, formação e a régua comum de resultado. Como se paga: cada real bem gasto na primária economiza vários na alta complexidade. Internação evitada é a economia mais óbvia e mais ignorada da saúde. O prazo: metas de resolutividade pactuadas e o apoio de telessaúde no ar no primeiro ano, com a rede sob painel.

Emergência lotada quase sempre é posto que não resolveu. Conserta-se a fila do fim reforçando a porta do começo.

SAÚDE PERTO DE CASA

O mapa da saúde no Rio é injusto. A alta complexidade se concentra na capital e no seu entorno, e o interior vira sala de espera para uma viagem. Fazer quimioterapia a três, quatro horas de casa não é só desconforto: é tratamento que se interrompe, é doença que avança, é gente que desiste. Descentralizar a saúde não é bondade com o interior. É a diferença entre diagnosticar cedo e diagnosticar tarde demais.

DIAGNÓSTICO E ONCOLOGIA NO INTERIOR

No câncer, o relógio é tudo. Diagnóstico precoce e tratamento sem interrupção salvam vida; atraso mata. E é justamente o tempo que o interior fluminense perde: na fila do exame que só existe na capital, na viagem para a sessão de quimioterapia, na desistência de quem não aguenta mais atravessar o estado doente.

Já conversei com quem faz quimioterapia atravessando o estado de madrugada, no ônibus, sozinho, para chegar à sessão e voltar no mesmo dia, exausto, para repetir tudo na semana seguinte. Não é assim que se trata gente doente. A distância entre a casa e o tratamento não pode ser a diferença entre curar e não curar.

Vamos levar o diagnóstico e a oncologia para perto de quem hoje viaja. Polos regionais de diagnóstico por imagem e de tratamento oncológico, distribuídos pelas regiões de saúde, para que o exame e a quimioterapia estejam a uma distância que não interrompe o cuidado. A lógica é a mesma da regulação inteligente aplicada ao território: nem toda cidade precisa de tudo, mas toda região precisa de acesso rápido ao que salva. O diagnóstico precoce é o que muda o prognóstico do câncer, e é justamente ele que o interior perde hoje, no intervalo entre a suspeita e a confirmação que só existe longe. Onde o equipamento pesado não se justifica em cada cidade, a regulação inteligente e o transporte sanitário organizado garantem o acesso rápido ao polo mais próximo, com hora marcada de verdade. E a telemedicina liga o especialista da capital ao médico do interior, para que o laudo não dependa de a pessoa se mudar. Como se paga: parte é reorganização da rede e da regulação já existente; parte é investimento em polos regionais, que pode ser estruturado com o setor de diagnóstico sob regra clara. O prazo: os primeiros polos regionais de diagnóstico e oncologia definidos e em implantação no primeiro biênio, priorizando as regiões hoje mais desassistidas. Onde a habilitação de serviço depende do Ministério da Saúde, está escrito.

URGÊNCIA REGIONALIZADA

Na urgência, minutos decidem. O infarto, o AVC, o trauma da estrada, o parto complicado: todos têm uma janela de ouro em que o atendimento certo muda o desfecho. No Rio, essa janela se perde na peregrinação de ambulância que roda de porta em porta procurando quem aceite o paciente, porque cada unidade se defende e ninguém regula o conjunto.

Há uma crueldade específica nesse desenho quebrado: a vítima já socorrida, estável, mas presa numa unidade que não tem o serviço de que ela precisa, esperando uma transferência que não sai porque ninguém no estado enxerga onde há o leito certo. Gente que sobreviveu ao primeiro golpe e se perde na burocracia da segunda etapa. Isso não é falta de leito. É falta de coordenação. E coordenação é exatamente o que um governo pode entregar sem depender de ninguém. Vamos regionalizar a urgência. Cada região de saúde com sua rede de urgência desenhada e pactuada: quem faz o quê, quem é referência para o infarto, para o AVC, para o trauma, para a criança. A regulação estadual enxergando todos os leitos de urgência em tempo real, para que a ambulância saiba, antes de sair, para onde vai, e chegue com o leito garantido. O SAMU e o transporte interhospitalar articulados sob a mesma central. O ArcoMM entra aqui como infraestrutura de socorro: o eixo estruturante distribui não só transporte, mas também a capacidade de resposta rápida em emergência ao longo da faixa mais adensada do estado. Como se paga: urgência regionalizada usa melhor os leitos que já existem e evita a transferência tardia que encarece e mata; o custo é de coordenação e de completar vazios assistenciais pontuais. O prazo: redes regionais de urgência pactuadas e a regulação de leitos de urgência em tempo real no primeiro biênio.

SAÚDE NOS TERRITÓRIOS RETOMADOS

Onde o crime mandou por anos, o Estado não entrava, nem o da segurança, nem o da saúde. O posto fechava cedo, a agente comunitária tinha medo, a ambulância não subia,

A doença crônica não tratada, a gestante sem pré-natal, a criança sem vacina: esse é o passivo de saúde que o abandono deixou nos territórios dominados. Quando a segurança devolve o território, a saúde precisa entrar junto, senão o vazio volta a ser ocupado.

A saúde é parte da fase de Consolidação dos Cinturões de Soberania do Eixo do RJ Seguro. Território retomado e estabilizado recebe, junto com a escola integral e o título de propriedade, a rede de saúde que faltou: unidade básica funcionando em horário cheio, equipe de saúde da família de fato presente, busca ativa da população que ficou anos sem atendimento, recuperando caderneta de vacinação, cadastrando o crônico, garantindo o pré-natal atrasado. A regulação estadual conecta esse território ao resto da rede, para que dali se acesse o exame e o especialista como de qualquer outro lugar. Como se paga: é a extensão da atenção primária e da regulação já previstas neste eixo, aplicada a quem mais ficou de fora; o custo marginal é de presença e de busca ativa. O prazo casa com o cronograma dos territórios do Eixo 1: saúde entrando em cada território na fase de Consolidação, sem exceção. A trava vale aqui também: nenhum território é dado por consolidado sem a rede de saúde de pé.

Território que a segurança devolve e a saúde não ocupa é território que o crime reconquista.

SAÚDE COMO ECONOMIA

O Rio não precisa só consumir saúde. Pode produzir saúde. Temos a Fiocruz, universidades de ponta, um parque de ciência da vida que poucos lugares do mundo reúnem. E, mesmo assim, importamos vacina, medicamento, reagente e equipamento que teríamos como fabricar aqui, gerando emprego qualificado, arrecadação e soberania sanitária. A pandemia mostrou o preço de depender de terceiros para o que salva vida. Saúde é, também, política econômica.

BIÓPOLIS / COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE

A Biópolis de Fármacos é uma das Cidades Vocacionadas do ArcoMM, ancorada na Fiocruz, e é a ponta de lança de uma aposta maior: fazer do Rio um polo do complexo econômico-industrial da saúde. A ideia é transformar a ciência que já produzimos em indústria que emprega: vacinas, medicamentos, biofármacos, equipamentos, reagentes fabricados no estado.

A escala do que está em jogo é grande. O complexo da saúde é uma das maiores fontes de déficit comercial e de dependência tecnológica do país: compramos de fora insumo, princípio ativo, equipamento e reagente que poderíamos fabricar. Cada real que sai para importar isso é emprego que não se cria aqui e é vulnerabilidade que a próxima crise sanitária vai cobrar. O Rio, com a Fiocruz e suas universidades, está entre os poucos lugares do país com massa crítica para inverter essa conta. O papel do governo é o de sempre neste plano: criar a condição. Legislação simplificada e incentivo casado com meta de emprego na Área Econômica; infraestrutura e logística pelo ArcoMM; crédito à inovação pela AgeRio; e o encontro, deliberadamente provocado, entre a pesquisa das universidades e da Fiocruz e o capital privado que a transforma em produto. A saúde pública do estado entra como parceira e como cliente âncora: o que se produz no Rio abastece, quando faz sentido, a própria rede fluminense, fechando o ciclo entre ciência, indústria e cuidado.

É emprego qualificado, é receita e é redução da dependência externa em produtos estratégicos. Como se paga: o investimento produtivo é sobretudo privado, atraído pela regra estável e pelo ecossistema; o custo público é de infraestrutura habilitadora e fomento, ambos com retorno em emprego e arrecadação. O prazo: a Biópolis com plano de implantação e os primeiros instrumentos de atração e crédito no primeiro biênio, integrada ao marco das Áreas Econômicas do Eixo do RJ Rico.

A mesma ciência que cura o fluminense pode empregá-la. Saúde não é só gasto – pode ser indústria.

MÃE FLUMINENSE

Tem um começo de vida que decide muita coisa que vem depois. A gestação acompanhada, o parto seguro, os primeiros anos da criança bem cuidados: é aí que se previne a tragédia que a saúde e a assistência gastarão fortunas tentando remediar lá na frente. Cuidar da mãe e da primeira infância é a política de prevenção mais barata e mais humana que existe. E é, também, uma escolha de justiça: proteger quem tem menos voz.

O programa Mãe Fluminense organiza o cuidado em torno da mulher e da criança pequena. Pré-natal de qualidade e sem falha, com a gestante acompanhada de perto, exames em dia e vínculo com a maternidade de referência definido desde cedo, para que nenhuma mulher em trabalho de parto rode de porta em porta, o que a urgência regionalizada deste eixo vem justamente resolver. Saúde da mulher para além da gestação: rastreamento de câncer de mama e de colo do útero, que salva quando é precoce e mata quando atrasa, ancorado nos polos de diagnóstico do interior. E o cuidado da primeira infância articulado com a atenção primária: vacinação em dia, acompanhamento do desenvolvimento, a busca ativa que não deixa a criança sumir do radar. Esse cuidado se costura com a educação em tempo integral e as creches do Eixo do RJ com Futuro, porque saúde e educação da criança pequena são a mesma política vista de dois ângulos. Como se paga: prevenção na primeira infância e no pré-natal é o investimento de maior retorno social que um governo pode fazer. Cada complicação evitada poupa a rede inteira, da UTI neonatal ao tratamento tardio. É reorganização e reforço da atenção primária, da regulação e do diagnóstico já previstos, focados em quem mais importa proteger. O prazo: a rede Mãe Fluminense estruturada, com vínculo gestante-maternidade e rastreamentos organizados, no primeiro biênio, sob o mesmo painel de indicadores.

ArcoMM / A saúde perto de casa tem, no ArcoMM, sua espinha. O eixo estruturante distribui pela força mais valiosa do estado não só transporte, mas capacidade de resposta em urgência e emergência: os polos regionais de diagnóstico e a Biópolis da Farmácia se organizam ao longo dele; e a Área de Influência de 2 km leva saúde básica, junto com saneamento e regularização, a população que hoje vive à margem. Menos de 60% do esgoto do estado é tratado – o esgoto a céu aberto é a doença que a saúde depois tenta curar. Saneamento é saúde; por isso o mapa é o mesmo.

Cuidar do começo da vida é a prevenção mais barata que existe – e a mais humana.

O PRIMEIRO ANO DO EIXO

O primeiro ano do RJ Saudável é o ano de trocar o arquipélago pelo sistema e de colocar a régua na parede. Instalamos a central estadual única de regulação, apoiada por inteligência artificial, e colocamos no ar o painel público de tempo de espera (por especialidade, por exame, por região) que passa a ser a régua de cobrança deste governo. Começamos a implantação do prontuário eletrônico integrado pelas regiões de maior demanda e pactuamos a adesão dos municípios. Firmamos com os municípios as metas de resolutividade da atenção primária e ligamos a telessaúde, para que o posto resolva mais e encaminhe menos. Definimos e iniciamos a implantação dos primeiros polos regionais de diagnóstico e oncologia no interior, e desenhamos as redes regionais de urgência com regulação de leitos em tempo real. A saúde entra nos territórios que a segurança devolve, na fase de Consolidação, com busca ativa da população desassistida. Estruturamos a rede Mãe Fluminense, com o vínculo gestante-maternidade. E amarramos a Biópolis ao marco das Áreas Econômicas. Tudo o que depende de repasse federal ou de pacto municipal entra com a dependência declarada; a régua, essa, é nossa desde o primeiro dia.

AS METAS DO EIXO

COMPROMISSO	MEDIDA E PRAZO
Fila sob painel	Painel público de tempo de espera (consulta, exame, cirurgia) por região no ar no 1º ano, com meta de redução anual
Regulação única	Central estadual de regulação com apoio de IA operando no 1º ano, vagas em tempo real
Prontuário integrado	Implantação na rede estadual e pacto com municípios ao longo do 1º biênio, começando pela maior demanda
Atenção primária resolutiva	Metas de resolutividade pactuadas e telessaúde no ar no 1º ano
Oncologia e diagnóstico no interior	Primeiros polos regionais definidos e em implantação no 1º biênio, priorizando o desassistido
Urgência regionalizada	Redes regionais de urgência pactuadas e regulação de leitos de urgência em tempo real no 1º biênio
Saúde nos territórios retomados	Rede de saúde entrando em cada território na fase de Consolidação – sem exceção, sob a trava do Eixo 1
Biópolis / complexo da saúde	Plano de implantação e primeiros instrumentos de atração e crédito no 1º biênio
Mãe Fluminense	Rede estruturada com vínculo gestante-maternidade e rastreamentos organizados no 1º biênio



RJ
COM

EIXO 04

FUTURO
DE NOVO.

ANDRÉ
MARINHO
GOVERNADOR
VICE: TEN. CORONEL ERIDNEYCE

EIXO 4 – RJ COM FUTURO DE NOVO

a disputa pelo menino de doze anos – escola com profissão contra o fuzil

O que está em jogo.

Há uma disputa acontecendo agora, todo dia, na esquina de milhares de casas fluminenses. De um lado, o crime, que chega ao menino de doze anos com dinheiro na hora, pertencimento e um poder que a escola não oferece. Do outro, uma escola que muitas vezes não faz sentido para ele: que não fala a língua dele, não aponta para um ofício, não segura no contraturno o tempo em que a rua o captura. Um em cada seis fluminenses tem entre quinze e vinte e nove anos. Essa geração é o maior ativo do estado ou o maior estoque de mão de obra do crime. A escola está perdendo essa disputa. Este eixo existe para virar o jogo.

A nossa convicção.

Educação é a política de segurança de prazo mais longo que existe. Não a de amanhã. A de dez anos. E escola boa, para valer nessa disputa, forma com profissão: dá ao jovem um caminho concreto de vida e renda, não uma promessa abstrata. O crime oferece futuro curto e fim previsível. Nós temos de oferecer algo melhor e mostrar isso de forma que o menino de doze anos entenda. Educação não compete com segurança pelo orçamento: é a mesma guerra, travada nas duas pontas do tempo.

O que vamos fazer.

A escola que forma com profissão: educação técnica e digital em escala, com o RJ Digital, e escolas cívico-militares que unem disciplina e formação técnica. Contraturno e primeiro emprego, para ganhar a disputa pelo tempo do jovem, sobretudo nos territórios que a segurança devolve. Ciência, tecnologia e inovação, com um ecossistema que emprega o talento formado e a conectividade 5G que é o chão da economia nova. E cuidar de quem ensina o futuro: o professor, sem o qual nada disso sai do papel.

O compromisso pelo qual pedimos para ser cobrados.

Uma rede de educação técnica e cívico-militar plantada nas regiões mais vulneráveis, onde a disputa é mais dura. E contraturno em 100% dos territórios retomados, porque território devolvido pela segurança e não ocupado pela escola é território que o crime reconquista. Onde a expansão depender de recurso federal ou de pacto com municípios, estará escrito; a meta com data fica sobre o que o estado controla.

O crime oferece ao menino um fuzil e um futuro de três anos. Nós vamos oferecer um ofício e uma vida inteira.

A ESCOLA QUE FORMA COM PROFISSÃO

A pergunta que o jovem faz, e tem razão de fazer, é: para que serve isto? Uma escola que não responde perde a atenção dele, e depois perde ele. A resposta deste governo é dar à escola pública um sentido concreto: sair de lá sabendo fazer algo que o mercado paga, com o diploma numa mão e o ofício na outra. Não é abandonar o conhecimento geral. É casar o conhecimento com a profissão, para que a escola volte a ser um lugar que aponta para a vida.

EDUCAÇÃO TÉCNICA E DIGITAL – RJ DIGITAL

A educação técnica no Rio é pequena diante da necessidade e diante da vocação econômica do estado. Formamos poucos jovens com qualificação profissional, enquanto a indústria, o gás, a logística, a saúde e a economia criativa das Cidades Vocacionadas pedem exatamente essa mão de obra. Há um descasamento absurdo: emprego que sobra de um lado, jovem sem qualificação do outro, e a escola no meio, sem ligar os dois.

Há um agravante que a estatística esconde e a experiência revela: o ensino médio comum, do jeito que está, perde o jovem no meio do caminho. A evasão dispara justamente nos anos em que o crime mais alicia, porque o adolescente não vê para que serve continuar. Onde o ensino médio é integrado a um curso técnico, a evasão cai: o jovem fica porque enxerga o destino. A técnica não é um luxo para poucos; é, para muitos, a razão de não largar a escola. Vamos expandir a educação técnica em escala e ancorá-la na economia real do estado. Cada polo técnico casado com a vocação da sua região e com as 27 Áreas Econômicas: forma-se para o emprego que existe ali, não para o diploma que não emprega. Currículo desenhado com quem contrata, para que a formação termine em vaga, e ponte direta com o sistema S e com as empresas âncora de cada polo, que ajudam a desenhar o curso e recebem o egresso. O ensino médio integrado à técnica vira a espinha da rede nas regiões vulneráveis, porque é ali que segurar o jovem na escola tem o maior valor de segurança. E, atravessando tudo, o RJ Digital: a competência digital como alfabetização do século, do ensino médio às trilhas de programação, dados e tecnologia, porque o emprego de futuro fala essa língua e o jovem da periferia não pode chegar mudo a essa conversa. A tecnologia, que barateia a gestão, entra também na sala: plataformas adaptativas, ensino híbrido, formação a distância que leva o curso técnico a onde não há escola técnica. Como se paga: educação técnica tem retorno econômico direto, porque é o insumo da nova economia deste plano, e boa parte se estrutura em parceria com o setor que vai empregar e com o sistema S. O custo público novo é de expansão de rede e de material; o retorno é renda, arrecadação e segurança de longo prazo. O prazo: expansão da rede técnica e o RJ Digital em implantação desde o primeiro ano, priorizando as regiões mais vulneráveis.

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES COM FORMAÇÃO TÉCNICA

Onde o crime organizou o cotidiano por anos, faltou ao jovem a experiência de ordem, rotina, pertencimento e autoridade legítima, e o crime ofereceu tudo isso, na versão perversa. A escola cívico-militar responde a essa carência com disciplina, valores cívicos e um ambiente seguro e previsível, que muitas famílias das áreas mais vulneráveis pedem em alto e bom som. Mas disciplina sem futuro é meia resposta. Por isso a nossa aposta é específica: cívico-militar com formação técnica. É preciso ser honesto sobre o que o modelo é e o que não é. Não é caserna, não é doutrinação, não é resposta única: não substitui a escola regular boa onde ela já funciona. É uma opção a mais, oferecida onde a demanda existe e a vulnerabilidade é maior, para famílias que a pedem porque cansaram de ver a escola perder o filho para a esquina. A gestão disciplinada e o ambiente protegido reduzem a evasão e a violência dentro da escola; a família confia porque enxerga previsibilidade onde antes havia caos. O nosso acréscimo, a formação técnica, é o que impede que a disciplina termine em si mesma e a transforma em caminho.

O modelo une as duas coisas de que esse jovem precisa. De um lado, o ambiente de ordem, respeito e mérito, com baixa evasão e forte vínculo, uma âncora de estabilidade para quem vive no caos. De outro, a formação técnica casada com a economia da região, para que a disciplina desemboque num ofício e não apenas num porte. É uma alternativa concreta, e não retórica, ao pertencimento que a facção vende: dá pertencimento, dá disciplina e dá caminho de renda, tudo do lado certo. Plantamos essas escolas prioritariamente nas regiões mais vulneráveis e nos territórios retomados, onde a disputa pelo jovem é mais feroz. Como se paga: aproveita e requalifica rede escolar existente, com o custo de reorganização e de gestão do modelo; o retorno é evasão menor, aprendizagem maior e um jovem a menos no funil do crime. O prazo: as primeiras escolas civico-militares com formação técnica implantadas nas regiões prioritárias no primeiro biênio. Onde o modelo depender de marco legal ou de adesão municipal, está escrito.

Disciplina sem futuro é meia resposta. Damos as duas: a ordem e o ofício.

CONTRATURNO E PRIMEIRO EMPREGO: A DISPUTA PELO JOVEM

O crime não disputa o boletim do menino. Disputa o tempo dele. As horas em que a escola acaba ao meio-dia e a rua começa. E nesse vão, entre o portão da escola e a porta de casa, que o aliciamento acontece. Quem preenche esse tempo, ganha o jovem. Por décadas, quem o preencheu foi o crime. Vamos disputar cada uma dessas horas.

O programa tem duas frentes que se completam. A primeira é o contraturno: manter o jovem na escola, ou perto dela, no tempo em que hoje ele fica solto, com esporte, cultura, reforço, tecnologia, arte, aquilo que dá sentido e pertencimento pelo lado certo. Não é depósito de criança; é atividade que forma, que revela talento, que cria vínculo com adulto de referência que não seja o traficante. E aqui está um dos compromissos mais duros deste plano: contraturno em 100% dos territórios retomados. Quando a segurança devolve um território, na fase de Consolidação dos Cinturões de Soberania, o contraturno entra junto com a escola integral, a saúde e o título de propriedade, porque o vazio de tempo, se não for preenchido, é a porta pela qual o crime volta. A trava do Eixo 1 vale aqui: território não se dá por consolidado sem o jovem ocupado.

A conta do crime com o menino é honesta, à sua maneira. Ele diz: entra agora, ganha hoje, e não promete mais do que três anos. O Estado, por décadas, prometeu tudo e não entregou nada a tempo. Vamos inverter isso: entregar cedo, entregar perto, e prometer só o que cumprimos.

A segunda frente é o primeiro emprego. De nada adianta segurar o jovem até os dezoito se, ao sair, ele encontra a mesma esquina e a mesma proposta. A ponte entre a escola e o trabalho precisa existir de verdade: aprendizagem, estágio, qualificação casada com a vaga real, e a articulação com as empresas das Áreas Econômicas e com a AgeRio para financiar o jovem que quer empreender. Isso vale em dobro para o jovem que já passou pelo sistema socioeducativo ou que saiu do crime e quer sair de vez: sem uma porta de emprego formal, a reincidência é quase certa, e o custo de não abrir essa porta é medido em vida e em segurança.

O primeiro emprego formal é o antídoto mais concreto ao primeiro trabalho para o crime, e ele precisa chegar antes, não depois da primeira apreensão. Como se paga: o contraturno aproveita a escola que já existe fora do horário de aula, com custo de atividade e de pessoal; a ponte para o emprego se apoia em programas de aprendizagem e no setor produtivo. É, além de política de futuro, política de segurança de curtíssimo prazo: cada jovem ocupado é um a menos disponível para o aliciamento hoje. O prazo: contraturno instalado em cada território na fase de Consolidação, e o programa de primeiro emprego articulado com as Áreas Econômicas desde o primeiro ano.

ArcoMM / A disputa pelo jovem se concentra na faixa mais adensada e mais dominada do estado — a mesma que o ArcoMM estrutura. As escolas técnicas e técnico-militares, o contraturno e a ponte para o primeiro emprego se plantam ao longo do eixo e da sua Área de Influência de 2 km, casadas com as Cidades Vocacionadas que vão empregar quem elas formam. Forma-se onde se vai trabalhar; ocupa-se o tempo onde o crime mais o disputa. O mesmo território, servido pela segurança, pela economia e pela educação ao mesmo tempo.

O crime não disputa o boletim. Disputa o tempo. Vamos ocupar cada hora que ele quer.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Formar talento e não empregá-lo é preparar mão de obra para exportar. O Rio já viu isso: o jovem que estuda aqui e vai embora, porque aqui não há para quem trabalhar do lado certo do futuro. Se a escola técnica e digital é a oferta, o ecossistema de inovação é a demanda: o lugar onde o talento formado encontra emprego, empresa, salário e razão para ficar. Sem os dois, cada um trava o outro.

ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO

O Rio tem os ingredientes que a maioria dos lugares não tem: universidades de ponta, centros de pesquisa, a Fiocruz, uma cena criativa reconhecida no mundo e vocações claras [games, economias criativas, semicondutores e eletrônicos, saúde, energia]. O que falta é a costura: transformar essa pesquisa e esse talento em empresa, em produto, em emprego. Ciência que fica na prateleira não gera renda; talento que não acha vaga vai embora.

O caso dos games e das economias criativas é o mais eloquente. O Rio é caleiro de talento criativo (música, audiovisual, design, jogo) reconhecido mundo afora, e vê boa parte desse talento migrar por falta de indústria que o absorva. Semicondutores e eletrônicos são a outra ponta: cadeia estratégica, de alto valor, que o país inteiro corre para reconstruir e na qual o Rio tem base científica para disputar espaço. São vocações que empregam o jovem que a escola técnica e digital acabou de formar: o encaixe entre a oferta e a demanda de talento, feito de propósito.

Vamos construir esse ecossistema deliberadamente. Provocar o encontro entre universidade e empresa, entre pesquisador e capital, ancorado nas Cidades Vocacionadas do ArcoMM, com Games e Economias Criativas, Eletrônicos e Semicondutores à frente. Crédito à inovação e ao empreendedor de tecnologia pela AgeRio, com fundos que resolvem a falta de garantia de quem tem ideia boa e nada mais.

Ambiente regulatório leve, via Simplifica RJ, para que a startup nasça e cresça sem morrer no cartório. E compras públicas que se abrem à inovação, com o próprio Estado como cliente que ajuda a tecnologia fluminense a decolar. É o mesmo desenho da nova economia do Eixo do RJ Rico, visto pela lente de quem forma e emprega o jovem. Como se paga: o investimento produtivo é sobretudo privado, atraído por ecossistema e regra estável; o papel público é de fomento, infraestrutura e articulação, com retorno em emprego qualificado e arrecadação. O prazo: os instrumentos de fomento à inovação e as primeiras Cidades Vocacionadas de tecnologia em implantação no primeiro biênio.

CONECTIVIDADE E 5G

Não há economia digital sem sinal. Não há RJ Digital, telemedicina, agricultura de precisão, aula a distância ou startup na periferia sem conectividade que chegue a todo canto. E a conectividade no Rio é desigual: sobra na Zona Sul e falta no interior, na Baixada, no morro, no campo. Deixar a conexão só onde já há renda é aprofundar a desigualdade que este plano quer fechar.

Vale medir o tamanho da injustiça. O filho do bairro conectado assiste à aula perdida no vídeo, faz o curso online, manda o currículo, vende pela internet o que produz. O filho do lugar sem sinal fica de fora de tudo isso ao mesmo tempo, e a distância entre os dois cresce a cada ano, silenciosa, sem que ninguém a decrete. A exclusão digital é hoje uma das formas mais eficientes de perpetuar a desigualdade, porque ela fecha, de uma vez, a porta da educação, do trabalho e da renda. Fechar essa lacuna é abrir as três portas juntas. Vamos tratar a conectividade como infraestrutura essencial, no mesmo pé de estrada e energia. Expansão do 5G e da banda larga com foco onde o mercado sozinho não chega: as regiões vulneráveis, o interior, os territórios retornados, o campo conectado do Eixo do RJ Rico. A infraestrutura do ArcoMM entra como espinha: o eixo estruturante enterra e distribui, entre outras redes, a de dados, ao longo da faixa mais adensada. Conectar a escola, o posto de saúde, a unidade de segurança e a casa, porque é a mesma rede que serve à aula, à consulta, à câmera e ao emprego. Como se paga: a maior parte do investimento em telecom é do setor privado, sob incentivo e contrapartida de cobertura nas áreas que dão menos retorno; o custo público é de articulação, de infraestrutura habilitadora e de conectar os próprios equipamentos públicos. O prazo: plano de conectividade com metas de cobertura nas áreas prioritárias no primeiro ano; a execução acompanha o cronograma da infraestrutura e das concessões.

Formar talento e não empregá-lo é exportar futuro. O ecossistema é para o jovem ficar.

QUEM ENSINA O FUTURO

No fim, tudo isto passa por uma pessoa: o professor. Nenhuma reforma de currículo, nenhuma escola nova, nenhum programa digital funciona se quem está na frente da sala está desvalorizado, sobrecarregado e sem apoio. O professor da rede fluminense carrega há décadas o peso de um sistema que cobra dele o resultado e lhe oferece pouco em troca: salário defasado, formação escassa, sala superlotada, violência no entorno. Recuperar a educação é, antes de tudo, recuperar quem a faz acontecer.

Há um dado silencioso que explica boa parte do fracasso escolar: a falta de professor na frente da sala. Vaga que não se preenche, licença que não se cobre, disciplina sem docente por meses. O aluno da rede rica sempre tem quem o ensine; o aluno da periferia, muitas vezes, não. Essa desigualdade invisível é tão decisiva quanto a do prédio ou a do material, e é filha direta de uma carreira que não atrai nem retém quem quer ensinar. Sem resolver isso, todo o resto vira fachada. O programa Quem Ensina o Futuro cuida do professor como a peça central que ele é, e não como custo. Valorização com plano de carreira que premia o mérito e o resultado em sala, não apenas o tempo de casa. Formação continuada de verdade, casada com as novas frentes (a educação técnica, a digital, o modelo cívico-militar), para que ninguém seja jogado numa mudança sem preparo. Condições de trabalho: turma em tamanho que se possa ensinar, apoio pedagógico, e a tecnologia como aliada que tira do professor a papelada e devolve a ele o tempo de ensinar. E, onde o entorno é violento, a proteção que o Eixo do RJ Seguro leva ao território alcança também a escola e quem trabalha nela. Professor com medo não ensina. A gestão escolar entra sob a mesma régua do resto do governo: diretor por mérito, meta por escola, indicador público de aprendizagem, para que o esforço do professor apareça e seja reconhecido.

Como se paga: a valorização docente é despesa permanente e, por isso mesmo, sujeita à regra de coerência deste plano: cabe no orçamento estruturalmente, ancorada no espaço fiscal aberto pela casa arrumada do Eixo do RJ Rico, e não em dinheiro de uma vez que não paga salário todo mês. A recomposição avança de forma faseada, conforme a capacidade fiscal, com o cronograma publicado, nunca promessa sem lastro. A formação e a gestão por mérito têm custo baixo e retorno alto. O prazo: plano de carreira revisto e o programa de formação continuada em curso no primeiro biênio, com a recomposição faseada e transparente. Honestidade é dizer que a régua aqui é a capacidade de caixa, e que ela estará à vista.

Nenhuma escola supera o professor que a sustenta. Cuidar de quem ensina é cuidar do futuro na origem.

O PRIMEIRO ANO DO EIXO

O primeiro ano do RJ com Futuro é o ano de entrar na disputa pelo jovem com programa, não com discurso. Começamos a expansão da rede de educação técnica ancorada nas 27 Áreas Econômicas e implantamos o RJ Digital, priorizando as regiões mais vulneráveis. Plantamos as primeiras escolas cívico-militares com formação técnica nas áreas prioritárias e nos territórios retomados. Instalamos o contraturno em cada território que a segurança devolve, na fase de Consolidação, sem exceção, e articulamos com as empresas das Áreas Econômicas e com a AgeRio o programa de primeiro emprego, aprendizagem e estágio. Montamos os instrumentos de fomento à inovação e amarramos as Cidades Vocacionadas de tecnologia: games, semicondutores, criatividade. Publicamos o plano de conectividade com metas de cobertura nas áreas prioritárias. E lançamos o Quem Ensina o Futuro: plano de carreira por mérito revisto, formação continuada em curso e o cronograma transparente da recomposição faseada. Tudo o que depende de recurso federal, de marco legal ou de pacto municipal entra com a dependência declarada; a disputa pelo tempo do jovem, essa, começa no primeiro dia.

AS METAS DO EIXO

COMPROMISSO	MEDIDA E PRAZO
Rede técnica e civico-militar no vulnerável	Expansão da educação técnica e primeiras escolas civicomilitares com formação técnica nas regiões vulneráveis no 1º biênio
R3 Digital	Competência digital em implantação na rede desde o 1º ano, priorizando o mais vulnerável
Contraturnô nos territórios retomados	Contraturno em IDOs dos territórios retomados, entrando na fase de Consolidação – sob a trava do Eixo I
Primeiro emprego	Programa de aprendizagem, estágio e primeiro emprego articulado com as Áreas Econômicas desde o 1º ano
Ecosistema de inovação	Instrumentos de fomento e primeiras Cidades Vocacionadas de tecnologia em implantação no 1º biênio
Conectividade e 5G	Plano de conectividade com metas de cobertura nas áreas prioritárias no 1º ano
Quem ensina o futuro	Plano de carreira por mérito revisado e formação continuada em curso no 1º biênio; recomposição fessada e transparente conforme a capacidade fiscal
Aprendizagem sob painel	Indicador público de aprendizagem por escola, com gestão por mérito, no painel do governo

RJ
EM
EIXO 05
MOVIMENTO
DE NOVO.

ANDRÉ
MARINHO
GOVERNADOR
VICE-TEA. CORONEL ERIGNE YCE

EIXO 5 – RJ EM MOVIMENTO DE NOVO

primeiro devolver o tempo roubado, depois costurar o território, por fim tirar o Rio da fila

O que está em jogo.

Doze milhões de pessoas vivem na região metropolitana do Rio, e a maioria passa a vida dentro de um transporte que não anda. Apenas 17% da Baixada Fluminense mora perto de um sistema de alta capacidade, um trem, um metrô, um corredor que de fato move gente. O resto se vira com van lotada, ônibus preso no engarrafamento, baldeação sobre baldeação. O trabalhador da Baixada perde até três horas por dia no deslocamento. Três horas. Um turno inteiro de trabalho tirado da vida de quem já acorda no escuro. É o filho que dorme antes de o pai chegar. A consulta perdida, o curso abandonado, o negócio que não vinga porque a mercadoria não chega. O Rio não é só violento e endividado. É lento. E a lentidão aqui tem endereço: recai sobre quem menos pode pagar por ela.

A nossa convicção.

Mobilidade é dignidade, e infraestrutura é a condição de todo o resto. Nenhum eixo deste plano acontece sobre um território que não se conecta. De que adianta a escola se o aluno não chega. O hospital não resolve com a ambulância presa no trânsito. O emprego não se firma quando o trabalhador gasta metade do salário e um terço do dia para alcançá-lo. Não há desenvolvimento sem circulação de pessoas, de carga, de oportunidade. E há uma verdade que o Rio esqueceu: o tempo é a moeda mais desigual do estado. O rico compra tempo com distância curta e via privada. O pobre paga o tempo com a própria vida. Devolver tempo a quem trabalha é a política de renda mais concreta que um governo pode fazer. Não custa transferência. Custa obra bem planejada.

O que vamos fazer.

Uma âncora e uma rede. A âncora é o Corredor Pavuna-Arco, primeira fase de um sistema de alta capacidade que rasga a Baixada onde hoje não há nada. A rede é o Grande Anel Multimodal do ArcoMM, com o Monotrilho Suspenso como espinha, costurando montanha, planície, baía e litoral num sistema único. Ao lado disso, recuperamos o asfalto que já existe, a começar pelo Arco Metropolitano abandonado, e concedemos 700 km de rodovias estaduais a quem invista e opere melhor. Levamos obra e conectividade aos 92 municípios, para que o interior não seja tratado como sobra. Criamos a governança metropolitana que hoje não existe. E cuidamos de quem morre no trânsito, que também é vítima da falta de Estado.

O compromisso pelo qual pedimos para ser cobrados.

O Corredor Pavuna-Arco contratado e em obra dentro do mandato, com cronograma público e trecho a trecho aferido. Os primeiros editais de concessão rodoviária modelados e lançados. O projeto executivo do Monotrilho Suspenso concluído, para que a próxima fase não parta do zero. E a meta que carregamos como bússola: encurtar para até trinta minutos o tempo de deslocamento de quem vive na área de influência do Arco até o destino de trabalho. Onde a obra depende de licenciamento, de multilaterais ou da União, está escrito, e não colocamos data no que o governador não controla. O que controlamos, projeto, contrato, primeiro canteiro, tem prazo.

Devolver três horas por dia a quem trabalha é a diferença entre ver ou não ver o filho acordado.

PROJETO ÂNCORA: CORREDOR PAVUNA-ARCO

Todo plano de mobilidade sério tem um projeto que carrega os outros. O nosso é o Corredor Pavuna– Arco. Não é o mais barato nem o mais fácil. É o que muda mais vida por real investido, porque nasce onde o Estado nunca chegou com transporte de qualidade: a Baixada Fluminense. O diagnóstico é brutal na sua simplicidade. A Baixada abriga milhões de pessoas e é a origem da maior parte da força de trabalho que faz a metrópole funcionar. E apenas 17% dela vive perto de um sistema de alta capacidade. O trabalhador da Baixada é o que mais se desloca e o que pior se desloca. Alimenta a economia da capital e é tratado pela infraestrutura como se não existisse. Onde falta transporte digno, sobra vari clandestina, sobra pedágio informal, sobra o crime cobrando pela mobilidade que o Estado não ofereceu. A ausência de trilho é a presença da milícia. Não é coincidência. É vácuo preenchido.

O que vamos fazer é implantar o Corredor Pavuna–Arco, primeira fase do sistema de alta capacidade do ArcoMM. São mais de 20 km de traçado, 22 estações, cinco municípios da Baixada costurados num único eixo que liga a Pavuna ao Arco Metropolitano. O corredor serve diretamente a uma população de 3,7 milhões de pessoas e tem potencial de estruturar em torno de si algo próximo de 47 mil empregos, porque estação de alta capacidade não é só ponto de embarque. É âncora de comércio, de serviço, de adensamento formal. O sistema nasce integrado às linhas de trem e metrô existentes, aos terminais de ônibus, à malha que já opera. O objetivo é que o morador da Baixada troque três horas de deslocamento por trinta minutos até o trabalho. É esse o número que carregamos.

E o corredor faz mais do que mover gente. Ele é infraestrutura-tronco. Ao longo do traçado, a faixa de influência recebe o que a Baixada nunca teve junto: regularização fundiária, saneamento, iluminação, patrulhamento, unidade de saúde e escola. O trilho puxa a cidade formal atrás de si. Onde passa o corredor, o crime perde o negócio da terra ilegal e do transporte clandestino, e o Estado reaparece com serviço, não com favor. Como se paga e em quanto tempo. Um sistema desse porte não sai do orçamento estadual sozinho, e seria desonesto dizer que sai. O financiamento é por camadas, como todo o ArcoMM: concessão e PPP para a operação e parte da implantação, bancos multilaterais de desenvolvimento para o capital de longo prazo, captura da valorização fundiária que o próprio sistema gera, orçamento estadual por fases. O modelo de negócio, a modelagem técnica e a matriz de risco são publicados. Contrato de mobilidade mal feito é dívida oculta que explode no mandato seguinte, e não vamos repetir esse erro. O que depende de licenciamento ambiental e de aprovação de financiamento externo tem a dependência declarada. O que controlamos tem prazo: o projeto executivo, a modelagem e a contratação no mandato, com o primeiro canteiro aberto e o cronograma de cada trecho no painel público.

ArcoMM / O Corredor Pavuna–Arco é o ponto onde o eixo da mobilidade e o eixo da segurança se tornam a mesma obra. O traçado atravessa a região de maior expansão das milícias nas últimas duas décadas. O trilho nasce, por isso, como eixo de patrulhamento e como fim do transporte clandestino; a regularização fundiária na faixa de influência tira do crime o negócio da terra; e a economia formal que a estação puxa é o que sustenta o território depois que a segurança o retoma. Mesma faixa, lida pelas duas pontas.

O trãho que a Baixada nunca teve é a obra que decide se o Estado chega antes ou depois do crime.

O GRANDE ANEL E O MONOTRILHO

O Corredor Pavuna-Arco é a âncora. O Grande Anel Multimodal é o sistema inteiro do qual ele é a primeira peça. Aqui está a visão de longo prazo da mobilidade fluminense, e é preciso apresentá-la com honestidade sobre o que é obra deste mandato e o que é semente para os próximos. O diagnóstico é geográfico. Em menos de 200 quilômetros, o território do Rio passa das praias à Serra do Mar. Uma riqueza que virou um mosaico de municípios que competem entre si em vez de funcionarem como sistema. As grandes vias existem, mas não conversam: a BR-101, a Avenida Brasil, a Dutra, a TransOlimpica, a Linha Amarela, a BR-040, os aeroportos, os portos do Rio e de Itaguaí, cada um é uma ilha. Falta o anel que costura tudo isso. Falta o eixo que transforma vias soltas em rede.

O que vamos fazer é estruturar o Grande Anel Multimodal ao longo dos 145 km do Arco Metropolitano, conectando essas vias, os aeroportos e os portos num só sistema de circulação de pessoas e de carga. A peça central de longo prazo é o Monotrilho Suspenso, projetado para os 60 km Iniciais do Anel. A referência de escala existe e é real: sistemas de transporte suspenso como o de Chongqing operam dezenas de quilômetros e movem centenas de milhões de passageiros por ano. O Monotrilho não é só transporte. Ele é desenhado como eixo distribuidor de infraestrutura: leva junto segurança, saúde emergencial, internet, energia enterrada e esgoto ao longo do traçado. Um único investimento estruturante que resolve várias carências de uma vez. Ao longo do Anel, Hubs de Integração com helipontos conectam o sistema aos modos existentes e à resposta de emergência.

É preciso dizer o que é deste mandato e o que não é. O Monotrilho inteiro não se constrói em quatro anos, e prometer isso seria mentir. O que se faz neste mandato é o projeto executivo concluído e a primeira fase, o Corredor Pavuna-Arco, contratada e em obra. O projeto executivo garante que a próxima fase não recomeça do zero a cada troca de governo. É o ativo que fica: um plano pronto, modelado, licenciado no que couber, esperando apenas execução. Assim a obra deixa de ser refém do calendário eleitoral e passa a ser política de Estado. Como se paga. O Grande Anel é o exemplo máximo do financiamento por camadas do ArcoMM. Concessões e PPPs onde o privado opera melhor. Multilaterais para o capital paciente. Captura de valorização fundiária, porque cada estação valoriza seu entorno e parte dessa valorização deve voltar para pagar o próprio sistema que a criou. E orçamento estadual por fases, priorizado pelos quatro testes do SIGA. Nada disso avança sem projeto e sem modelagem publicada. O prazo do que controlamos: projeto executivo do Monotrilho concluído no mandato, a fase âncora contratada e em obra.

O ASFALTO QUE JÁ EXISTE

Antes de sonhar com trilho novo, é preciso cuidar do asfalto que já existe e que o Estado deixou apodrecer. Há aqui uma lição de gestão que atravessa este plano inteiro: o desperdício mais caro não é a obra que não se faz. É o patrimônio que se deixa perder. E o símbolo desse desperdício tem nome: o Arco Metropolitano.

O diagnóstico envergonha. O Arco Metropolitano foi construído para ser a espinha logística do estado, a via que tira o caminhão de dentro da cidade, liga os portos à indústria e desafoga a metrópole. Custou caro. E foi entregue à degradação: trechos sem manutenção, sinalização apagada, iluminação inexistente, acostamento tomado, insegurança na carga. Uma via bilionária operando muito abaixo da sua capacidade porque o Estado, depois de construir, não soube conservar. É o retrato do governo que corta fita e some. O que vamos fazer, em duas frentes. Primeiro, recuperar o Arco Metropolitano e devolvê-lo à função para a qual foi feito: manutenção do pavimento, sinalização, iluminação, segurança viária e segurança de carga ao longo dos 145 km. O Arco recuperado é a base física sobre a qual o Grande Anel se organiza. Não há Anel Multimodal sobre uma via arruinada. Segundo, conceder 700 km de rodovias estaduais a operadores privados que invistam e operem melhor do que o Estado sozinho consegue. A carteira de concessões, detalhada no Eixo do RJ Rico, encontra aqui seu maior canteiro. O contrato de concessão amarra investimento em duplicação, recuperação, sinalização e segurança viária desde o primeiro ano. Pedágio que não vira obra é pedágio ilegítimo, e o contrato tem de dizer isso com dente. A agência reguladora ganha independência para punir o concessionário que não cumpre. Como se paga. A concessão bem desenhada tira o investimento das costas do orçamento e ainda pode gerar outorga. O custo do Estado é de estruturação e fiscalização, não de obra direta. A recuperação do Arco, no que precede a concessão, entra como investimento habilitador: via em ordem vale mais na hora de conceder, e a diferença volta em outorga e em qualidade de operação. O prazo é o que controlamos: os primeiros editais modelados e lançados no primeiro biênio, com o cronograma de cada trecho publicado, e a recuperação emergencial do Arco iniciada no primeiro ano.

ArcoMM / Os 700 km de concessão e o Arco recuperado são o chão do ArcoMM. É sobre essa malha viária em ordem que se assentam o Grande Anel, os Hubs de Integração e a Área de Influência de 2 km. Rodovia em ruína é ArcoMM no papel; rodovia concedida e conservada é o ArcoMM saindo do papel.

O primeiro dever de quem constrói é não deixar cair o que já foi construído.

RIO EM TODO LUGAR

A recuperação do Arco, no que precede a concessão, entra como investimento habilitador: via em ordem vale mais na hora de conceder, e a diferença volta em outorga e em qualidade de operação. O prazo é o que controlamos: os primeiros editais modelados e lançados no primeiro biênio, com o cronograma de cada trecho publicado, e a recuperação emergencial do Arco iniciada no primeiro ano.

Mobilidade não é assunto só da metrópole. O Rio tem 92 municípios, e a maioria fica longe da Baía de Guanabara, no Interior que o discurso oficial trata como sobra. O Norte, o Noroeste, a Serra, o Sul Fluminense, as Baixadas Litorâneas, cada um com sua economia, sua gente e suas estradas esburacadas. O programa Rio em Todo Lugar existe para dizer uma coisa simples: nenhum município fica de fora do mapa da obra. O diagnóstico é o do abandono difuso. No Interior, a falta de mobilidade não aparece em três horas de deslocamento metropolitano.

Aparece na estrada vicinal intransitável que impede o produtor de escoar a safra, na ponte caída que isola um distrito, no acesso precário que afasta o investimento, no transporte intermunicipal que não existe ou é clandestino. É a mesma lógica de sempre: onde o Estado não chega com infraestrutura, a economia não vinga e alguém cobra pedágio no vácuo. O interior fluminense produz apesar do Estado, não graças a ele.

O que vamos fazer é levar obra e conectividade aos 92 municípios, com critério e sem clientelismo. Um programa estadual de recuperação e pavimentação de vias que priorize o que destrava economia: acesso a polo produtivo, ligação de distrito isolado, estrada de escoamento agrícola. Integração intermunicipal de transporte no interior, para que quem mora numa cidade pequena alcance o hospital regional, a escola técnica, o emprego da cidade vizinha. E a conectividade digital como infraestrutura de mobilidade do século XXI, porque no interior o sinal de internet é o que aproxima mercado, assistência técnica e serviço público. O campo conectado do Eixo do RJ Rico é irmão deste programa. A escolha de cada obra passa pelos quatro testes do SIGA e entra na Matriz de Metas e Ações, com dono, prazo e fonte publicados, para que a caneta não vire moeda de troca com prefeito aliado.

Como se paga. A recuperação de vicinais e acessos é investimento de retorno rápido e custo moderado, sobretudo quando encadeada com as concessões e com convênios federais e municipais. Onde couber, o modelo é de parceria com o município, que conhece sua estrada, e com a União, quando a via é federal. O prazo: o plano de prioridades dos 92 municípios publicado no primeiro ano e as primeiras obras estruturantes do interior em execução no primeiro biênio. O que depende de repasse federal está escrito. O que é convênio estadual e caneta própria começa.

GOVERNANÇA METROPOLITANA

Há um problema no Rio que nenhuma obra resolve sozinha, porque é de organização, não de concreto: a metrópole do Rio não tem quem a governe como metrópole. São dezenas de municípios grudados, que compartilham o mesmo trânsito, a mesma água, o mesmo esgoto, o mesmo crime e a mesma bacia, e cada um decide sozinho, muitas vezes contra o vizinho. O ônibus que cruza cinco cidades responde a cinco regras. O esgoto de um município deságua no rio do outro. A insegurança não pede passaporte na divisa. E não há mesa onde isso se resolva. O diagnóstico é institucional. O Rio investiu bilhões em obras metropolitanas sem nunca criar a instituição que as coordena e as sustenta. O resultado é o que se vê: sistema de transporte fragmentado, tarifa que não integra, planejamento que morre na fronteira do município, obra que um governo faz e o seguinte abandona. Falta autoridade. Falta continuidade. Falta o lugar onde estado e municípios decidem juntos o que é, por natureza, comum.

O que vamos fazer é criar e fazer funcionar de verdade a Autoridade Metropolitana prevista no desenho do ArcoMM, o ente que coordena transporte, uso do solo, saneamento e planejamento na escala em que esses problemas de fato existem, que é a da região, não a do município isolado. A Autoridade não tira poder do prefeito. Organiza a decisão que é compartilhada e ninguém, sozinho, consegue tomar.

Ela integra a tarifa e a operação do transporte, para que a viagem que cruza cinco cidades custe como uma. Pactua o uso do solo ao longo dos eixos de alta capacidade, para que o adensamento aconteça onde há trilho, e não onde há especulação. E dá ao sistema a continuidade que a troca de governos sempre matou: metrô e monotrilho não podem parar porque mudou o secretário.

Como se paga. Governança bem feita é das poucas políticas que economizam ao custar pouco: o desperdício da fragmentação é maior do que o custo da coordenação. A estrutura é enxuta, de coordenação e regulação, não máquina nova inchada. A criação e o arcabouço legal da Autoridade dependem de lei e de pacto com os municípios, e isso está escrito. O que controlamos, propor, articular, instalar a coordenação, começa no primeiro ano.

ArcoMM / A Autoridade Metropolitana é o cérebro do ArcoMM. Sem ela, o Grande Anel, as oito Cidades Vocacionadas e a Área de Influência de 2 km viram peças soltas de novo. Com ela, os municípios param de competir e passam a jogar como sistema – que é a definição mesmo do ArcoMM: tratar mar, baía, planície e montanha como um único território a desenvolver.

A metrópole que ninguém governa é a metrópole que o crime organiza.

VIDA NO TRÂNSITO

Há uma forma de morte que o Rio naturalizou e que também é feita de Estado: a morte no trânsito. O fluminense que sobrevive ao crime ainda enfrenta a estrada mal sinalizada, a moto sem proteção, o cruzamento sem semáforo, o pedestre sem faixa. É gente que sai de casa para trabalhar e não volta. E quase sempre morre onde o Estado economizou em sinalização, em iluminação, em fiscalização, economia que custa vidas. O diagnóstico é o das mortes evitáveis. A maior parte dos acidentes graves se concentra em pontos conhecidos, os chamados pontos críticos, onde a via, a velocidade e a falta de infraestrutura se combinam para matar. São mortes com padrão, com endereço e com solução, o que significa que a gestão pode evitá-las. Não evitar é escolha. O motociclista, que virou a categoria que mais morre nas vias, é o retrato disso: trabalhador de entrega e de deslocamento, exposto numa infraestrutura que não foi pensada para ele.

O que vamos fazer é tratar segurança viária como política de saúde pública, com dados e com meta. Primeiro, um diagnóstico georreferenciado dos pontos críticos das rodovias estaduais, publicado, seguido de intervenção onde mais se morre: sinalização, iluminação, redutor, faixa, travessia segura. Segundo, amarrar a segurança viária aos contratos de concessão, para que o concessionário seja obrigado a investir em salvar vidas na via que explora, com meta contratual. Terceiro, uma política dedicada ao motociclista, a vítima que mais cresce: infraestrutura pensada para a moto e educação de trânsito de verdade. E, transversalmente, a integração da fiscalização eletrônica com a inteligência do Estado, aproveitando a leitura automática de placas que a segurança já instala. A mesma câmera que caça o carro roubado ajuda a flagrar a imprudência que mata.

Como se paga. Intervenção em ponto crítico é das políticas de melhor relação entre custo e vida salva. Boa parte entra dentro dos contratos de concessão e das obras de recuperação já previstas, como componente obrigatório, não como gasto à parte. O custo direto do Estado é de diagnóstico, sinalização e fiscalização.

O prazo: o mapa dos pontos críticos publicado e as primeiras intervenções nos trechos mais letais no primeiro biênio, com a redução de mortes acompanhada no painel público.

Estrada sem sinalização não é economia. É orçamento que o Estado gasta em enterro.

O PRIMEIRO ANO DO EIXO

O primeiro ano do RJ em Movimento é o ano de tirar o Corredor Pavuna-Arco do papel e de organizar o que estava largado. Concluímos o projeto executivo e a modelagem do Corredor, com matriz de risco e modelo de negócio publicados, e encaminhamos a contratação. O primeiro canteiro é a prova de que a obra saiu do discurso. Avancamos o projeto executivo do Monotrilho Suspenso, o ativo que garante que a próxima fase não comece do zero. Iniciamos a recuperação emergencial do Arco Metropolitano e modelamos os primeiros editais rumo aos 700 km de concessão rodoviária, com cronograma trecho a trecho. Publicamos o plano de prioridades de obras dos 92 municípios do interior, dentro do programa Rio em Todo Lugar, com dono e prazo na Matriz de Metas e Ações. Propomos e articulamos a Autoridade Metropolitana, para que a metrópole passe a ter quem a governe. E publicamos o mapa dos pontos críticos de trânsito, começando a intervir onde mais se morre. Tudo o que depende de licenciamento, de multilaterais ou da União entra com a dependência declarada. Tudo o que é caneta e projeto próprio começa no primeiro ano.

AS METAS DO EIXO

COMPROMISSO	MEDIDA E PRAZO
Corredor Pavuna-Arco	Projeto executivo e modelagem concluídos, obra contratada e primeiro canteiro aberto no mandato, com cronograma trecho a trecho no painel
Tempo de deslocamento	Trajetos de até 30 minutos ao trabalho para quem vive na área de influência do Arco, aferido e publicado à medida que o sistema entra em operação
Monotrilho Suspenso	Projeto executivo dos 60 km iniciais concluído no mandato, para viabilizar a fase seguinte
Arco Metropolitano	Recuperação emergencial iniciada no 1º ano; via devolvida à função logística ao longo do mandato
Concessões – 700 km	Primeiros editais de concessão rodoviária modelados e lançados no 1º biênio, com investimento e segurança viária amarrados em contrato
Rio em Todo Lugar	Plano de prioridades dos 92 municípios publicado no 1º ano; primeiras obras estruturantes do interior em execução no 1º biênio
Governança metropolitana	Autoridade Metropolitana proposta e articulada no 1º ano; coordenação de transporte e uso do solo instalada no mandato
Vida no trânsito	Mapa dos pontos críticos publicado e primeiras intervenções nos trechos mais letais no 1º biênio, com mortes acompanhadas no painel



RJ

EIXO 06

HONESTO
DE NOVO.

ANDRÉ
MARINHO
GOVERNADOR
VICE: TEN. CORONEL ERIDNEYCE

EIXO 6 – RJ HONESTO DE NOVO

a integridade não se pede, se estrutura; e o que se estrutura, se mede

O que está em jogo. O Rio viu governadores presos em sequência. Não um acidente, uma linhagem. Viu a máquina pública capturada por quem devia servi-la, o contrato virar propina, o cargo virar moeda, o orçamento virar butim. E viu a coisa mais corrosiva que pode acontecer a uma democracia: a descrença. O fluminense parou de acreditar que o dinheiro dele volta em serviço. Aprendeu a esperar o pior. Quando o cidadão desiste de fiscalizar porque acha que não adianta, o corrupto ganha o campo livre de que precisava. A desonestidade no Rio não é falha moral de um ou outro. É um sistema que funcionou. Para poucos, contra todos.

A nossa convicção. Honestidade não se prega, se estrutura. Não basta eleger gente de bem. É preciso construir o sistema que torna o roubo difícil, caro e visível. A tentação sempre volta, e o único antídoto durável é a arquitetura, não a virtude individual. Dinheiro público sem vigilância não some por acaso. Some por projeto. Nosso projeto tem de ser vigiar. E há uma verdade que este governo assume como método: eficiência é irmã da integridade. A mesma tecnologia que barateia a gestão ilumina o dinheiro. O mesmo dado que faz o Estado decidir melhor impede o desvio. Governar bem e governar honesto são, na prática, a mesma engenharia.

O que vamos fazer. Cinco camadas de blindagem. A LEGE-RJ, a lei que muda o jogo, entregue nos primeiros 90 dias para reorganizar a gestão sobre metas, mérito e controle. O estado digital, que tira o servidor de dentro do papel e o dinheiro de dentro da gaveta. Os dados que governam e vigiam ao mesmo tempo: uma Plataforma de Dados, a Vigilância do Dinheiro e uma Controladoria-Geral Independente com poder de verdade. A transparência radical, em que cada contrato aparece em tempo real. E o RJ Escuta, o canal pelo qual o cidadão vira fiscal. Não é discurso de campanha. É infraestrutura de honestidade.

O compromisso pelo qual pedimos para ser cobrados. A LEGE-RJ sancionada nos primeiros 90 dias. O painel de indicadores de governo no ar no primeiro ano, com o número ruim aparecendo igual ao bom. E os contratos do estado publicados em tempo real, rastreáveis por qualquer cidadão, do empenho ao pagamento. A régua é pública e é permanente: prestação de contas semestral, medição de resultado, correção de rumo à vista de todos. Preferimos a crítica de sermos cautelosos à vergonha de sermos desmentidos. O que depende da Assembleia está escrito. O que é caneta do governador tem data.

Dinheiro público sem vigilância não some por acaso. Some por projeto. O nosso projeto é vigiar.

A LEI QUE MUDA O JOGO: LEGE-RJ

Todo governo que quer mudar a gestão descobre, no primeiro mês, que a estrutura que herdou foi desenhada para resistir à mudança. Secretaria que não fala com secretaria. Meta que ninguém definiu e por isso ninguém cobra.

Cargo de confiança distribuído por indicação, não por entrega. Controle que chega tarde, quando o dinheiro já saiu. Para virar esse jogo não basta boa intenção do governador: é preciso uma lei que reorganize a máquina desde a fundação. Essa lei é a LEGE-RJ. O diagnóstico é o da máquina que virou balcão. Ao longo de décadas, a administração estadual inchou sem ganhar capacidade, porque cresceu por loteamento, não por função. O resultado é um Estado que custa caro e entrega pouco, em que a responsabilidade se dilui: quando tudo é de todos, nada é de ninguém, e o fracasso não tem dono. Sem meta clara, sem responsável nomeado e sem controle em tempo real, o desvio encontra folga e a ineficiência encontra desculpa.

O que vamos fazer é entregar, nos primeiros 90 dias, a Lei Geral de Gestão do Estado, a LEGE-RJ. Ela faz três coisas ao mesmo tempo. Reorganiza o governo por metas: cada secretaria com objetivos claros, indicadores publicados e um responsável que responde pelo resultado, dentro da Matriz de Metas e Ações. Institui o mérito como regra: comando por competência e entrega, não por indicação política, com avaliação e consequência. E incorpora o controle na origem: a vigilância do dinheiro deixa de ser auditoria que chega depois e passa a ser trava que age antes, com a Controladoria-Geral Independente ancorada em lei. A LEGE-RJ é o instrumento que transforma os quatro testes do SIGA e as seis regras de coerência deste plano de intenção em obrigação legal.

Por que 90 dias, e por que uma lei e não um decreto. O prazo é curto de propósito. Todo governo tem uma janela estreita no começo, quando a legitimidade das urnas ainda é fresca e a máquina ainda não fechou o cerco à mudança. Quem não reorganiza a gestão nos primeiros meses passa o mandato inteiro sendo governado por ela, em vez de governá-la. E tem de ser lei, não decreto, porque decreto o governante seguinte rasga na primeira caneta e porque só a lei obriga a todos, inclusive ao próprio governador. A LEGE-RJ amarra este governo às suas próprias regras: torna crime de gestão o que hoje é praxe tolerada, dá base legal ao painel público e à honestidade estatística, e institucionaliza a Sala de Situação do Governador, onde os indicadores de cada secretaria ficam na parede e são revistos toda semana. O que se estrutura em lei sobrevive à eleição. O que fica no gesto do governante morre com ele. Há ainda um efeito que a lei produz e que nenhuma boa intenção substitui: o da reforma administrativa que devolve gente ao serviço e corta o supérfluo. A LEGE-RJ dá o arcabouço para enxugar a estrutura inchada por loteamento, unificar o que se duplicou, e realocar o servidor para onde ele de fato entrega. É a mesma lógica que, no Eixo do RJ Seguro, devolve o policial à rua. Não é demitir por demitir. É fazer a máquina servir à sua função. O servidor honesto e competente, que hoje se esconde num sistema que premia a indicação, passa a ter na entrega o caminho de reconhecimento. Máquina menor e melhor é dinheiro que sobra para o cidadão.

Como se paga e em quanto tempo. A LEGE-RJ não é gasto. É a política que mais economiza, porque ataca o desperdício estrutural: cada meta com dono é fracasso que aparece cedo e se corrige barato, e cada controle na origem é desvio que não acontece. O custo é de reorganização e de tecnologia, não de despesa nova permanente. O prazo do que controlamos é curto e é o nosso primeiro compromisso: o projeto enviado e a lei articulada para sanção nos primeiros 90 dias. A aprovação depende da Assembleia, e isso está escrito. O envio, a articulação e a estrutura de gestão que a operacionaliza são caneta do governador.

Dinheiro público sem vigilância não soma por acaso. Soma por projeto. O nosso projeto é vigiar.

O ESTADO DIGITAL

Corrupção adora papel. O papel esconde, atrasa, perde-se, abre o guichê onde a propina se cobra e o processo onde o desvio se enterra. Cada carimbo é uma oportunidade de pedágio. Cada gaveta, um esconderijo. Digitalizar o Estado não é modernismo. É retirar do corrupto o ambiente em que ele prospera e devolver ao cidadão o tempo que a burocracia rouba. O estado digital é, ao mesmo tempo, política de eficiência e política de integridade. As duas coisas, de novo, são a mesma engenharia. O diagnóstico é o do labirinto analógico. O fluminense ainda enfrenta filas, guichês e prazos que ninguém garante para resolver o que uma tela resolveria em minutos. O servidor honesto ainda gasta o dia em tarefa manual e repetitiva que uma máquina faria melhor, sobrando menos tempo para o que exige gente. E, no escuro do processo em papel, o desvio encontra abrigo: o que não se digitaliza não se rastreia, e o que não se rastreia não se controla.

O que vamos fazer é digitalizar o Estado de ponta a ponta, com a inteligência artificial que hoje barateia a gestão como aliada, não como enfeite. Serviço público ao cidadão numa plataforma única, do documento à licença, sem guichê e sem fila. Cada serviço com prazo declarado e o prazo tácito com valor de lei, tal como no Simplifica RJ do Eixo do RJ Rico. Processo administrativo inteiramente eletrônico e rastreável, do início ao fim, para que cada decisão tenha data, autor e trilha. Automação da tarefa repetitiva, liberando o servidor para o trabalho que só gente faz. E a IA cruzando bases, instruindo processo e detectando pendência. A mesma tecnologia que atende o cidadão mais rápido ilumina o dinheiro para o controle. O estado digital é a fundação técnica sobre a qual a vigilância do dinheiro opera: sem processo eletrônico, não há dado; sem dado, não há como vigiar.

Como se paga. A digitalização é investimento de retorno rápido: reduz custo de operação, corta o desperdício que a ineficiência produz e amplia arrecadação ao formalizar o que hoje escapa. O gasto é de tecnologia e reorganização, e boa parte se paga com a própria economia que gera. O prazo: os primeiros serviços de alto volume migrados para a plataforma digital única no primeiro ano, e a espinha de processo eletrônico rastreável em implantação no primeiro biênio.

DADOS QUE GOVERNAM, DADOS QUE VIGIAM

Aqui está o coração deste eixo; e é preciso dizê-lo com clareza: no Rio de hoje, o Estado não sabe o que o Estado faz. O dado existe, mas espalhado em cem sistemas que não conversam, cada secretaria dona do seu pedaço, ninguém com a visão do todo. Sem visão do todo, o governador decide no escuro e o corrupto age na sombra. Governar bem e vigiar bem exigem a mesma coisa: enxergar. Este programa é sobre construir os olhos do Estado.

O diagnóstico é o da cegueira administrativa. O governo do Rio produz montanhas de dados, de saúde, de segurança, de educação, de contrato, de pagamento, e não os integra. O resultado é duplo e perverso. Do lado da gestão, decisões tomadas por intuição ou por pressão política, sem base, com desperdício garantido.

Do lado da integridade, o desvio que passa despercebido porque ninguém cruza a informação que o denunciaria; o contrato superfaturado que ninguém compara, o fornecedor fantasma que ninguém checa, o pagamento em duplicidade que ninguém pega. Onde o dado não se cruza, o dinheiro se perde.

O que vamos fazer se organiza em três instrumentos. Primeiro, a Plataforma de Dados do estado: uma central que integra as bases das secretarias, com a inteligência artificial transformando esse mar de informação em decisão: onde está a fila, onde falta leito, onde a obra atrasa, onde o indicador plora. É o instrumento que faz o Estado enxergar a si mesmo e serve de insumo a todos os outros eixos, da regulação da saúde à mobilidade. Segundo, a Vigilância do Dinheiro: sobre essa plataforma, a IA vigia cada real em tempo real, cruzando empenho, contrato, fornecedor e pagamento para acender o alerta antes de o dinheiro sair: sobrepreço, direcionamento, fracionamento, laranja societário, pagamento sem entrega. A auditoria deixa de chegar depois do prejuízo e passa a agir antes dele. Terceiro, a Controladoria-Geral Independente: o órgão que opera essa vigilância com autonomia real, comando por mandato protegido de perseguição e de captura política, orçamento próprio e poder de investigar qualquer secretaria, inclusive o núcleo do governo. Controle que o governador pode calar não é controle. É decoração.

É preciso explicar por que a Independência da Controladoria não é detalhe, mas o coração do desenho. Controle que responde a quem ele deveria controlar não é controle. A maior parte dos escândalos do Rio não passou por falta de órgão de fiscalização. Passou por órgão de fiscalização subordinado, sem orçamento próprio, com dirigente demissível ao primeiro incômodo. Por isso a Controladoria-Geral Independente nasce com quatro garantias que a blindam da captura: mandato fixo do controlador-geral, protegido de exoneração por conveniência política; orçamento próprio, que o governo não pode contingenciar para asfixiá-la; poder de investigar qualquer órgão, sem exceção para o núcleo do governo; e acesso irrestrito à Plataforma de Dados, para que nenhuma base lhe seja escondida. É a diferença entre um cão de guarda e um cão de estimação. O Rio já teve os de estimação. Agora vai ter um de guarda, com a mordida garantida em lei.

SIGA / A governança deste plano não é uma caixa por eixo. É uma matriz. O ArcoMM é o exemplo máximo de programa transversal: cultura, segurança, investimento, gestão e ambiente estão no mesmo território, e por isso não pode responder a um único secretário. A Plataforma de Dados e a Controladoria-Geral Independente são o que tornam essa cultura auditável. Cada programa intersecretorial do ArcoMM – tribo, regularização, saneamento, cidade vacacionada – entra com duas nomeadas, clientes internos definidos e indicadores no painel, sob os quatro testes do SIGA. É o dado integrado que impõe que a responsabilidade compartilhada não seja responsabilidade de ninguém, que é como o dinheiro como nos grandes projetos. No ArcoMM, vigiar o território e vigiar o dinheiro do território são a mesma função.

O Estado que não se enxerga é o Estado que se deixa roubar. Vamos acordar a luz.

TRANSPARÊNCIA RADICAL

Vigilância interna é metade da blindagem. A outra metade é externa, e é a mais poderosa, porque nenhuma controladoria, por melhor que seja, vigia tão bem quanto milhões de olhos. Transparência radical é entregar ao cidadão, ao jornalista, ao pesquisador e ao concorrente o dado bruto, em tempo real e em formato aberto, e deixar que a sociedade inteira fiscalize. O governo que se abre de verdade multiplica seus auditores por milhões e não paga salário a nenhum.

O diagnóstico é o da transparência de fachada. Muitos governos publicam portais que tecnicamente cumprem a lei e na prática escondem: dado em formato que não se lê, informação atrasada, número agregado que não deixa rastrear o contrato individual, linguagem que só o técnico entende. É a transparência que existe para dizer que existe. E, atrás dela, o de sempre: o contrato que ninguém consegue examinar, o aditivo que aparece tarde, o pagamento que se perde na agregação. O que vamos fazer é abrir o Estado de verdade. Cada contrato do governo publicado em tempo real, do edital ao empenho, do aditivo ao pagamento, rastreável por qualquer pessoa, sem senha e sem pedido. Dado em formato aberto, que a máquina lê e o cidadão baixa, para que a sociedade construa suas próprias análises. A execução orçamentária inteira no ar, como já se compromete o Eixo do RJ Rico: cada real de royalty com destino publicado, cada obra com custo e cronograma à vista. E honestidade estatística como regra inegociável: o painel de indicadores mostra o número ruim com o mesmo destaque do bom, porque o governo que só publica boa notícia não é transparente, é publicitário. A régua é pública e a prestação é semestral. A palavra e a prova andam juntas.

É preciso insistir na honestidade estatística porque ela é o teste de sinceridade de qualquer governo que se diz transparente. É fácil publicar o indicador que sobe e esconder o que cai. É isso que quase todos fazem, e é por isso que o cidadão desconfia de todo painel oficial. A régua deste governo é a oposta e está escrita entre as seis regras de coerência do plano: o número ruim aparece com o mesmo destaque do bom, no mesmo painel, na mesma hora. A meta que falha é anunciada, com a explicação e a correção de rumo, num rito público. Preferimos a crítica de sermos cautelosos à vergonha de sermos desmentidos, e preferimos mostrar o fracasso a escondê-lo até ele virar catástrofe. Transparência que só mostra vitória não é transparência. É propaganda com aparência de dado. A nossa mostra a derrota também. É assim que a prova acompanha a palavra.

Como se paga. Transparência não custa, economiza. O desperdício que se enxerga é o desperdício que se corta, e o contrato que todos veem é o que menos se superfatura. O custo é de tecnologia e integra-se ao estado digital e à Plataforma de Dados, não gasta à parte. O prazo é imediato: o painel público e a publicação de contratos em tempo real no ar no primeiro ano.

RJ ESCUTA

Fiscalização de cima é indispensável, mas há um saber que só existe embaixo. Quem sabe que a obra parou é quem passa por ela todo dia. Quem sabe que o posto não tem remédio é quem foi buscar e não achou. Quem sabe que o fiscal cobrou propina é quem pagou. O cidadão é o sensor mais fino do Estado, e o governo que não o escuta desperdiça a melhor inteligência que tem de graça. O RJ Escuta transforma o fluminense de espectador em fiscal.

O diagnóstico é o do canal que não escuta. Os mecanismos de ouvidoria e denúncia do Estado costumam ser labirintos que desestimulam quem tenta usá-los: sem retorno, sem proteção a quem denuncia, sem consequência visível. O cidadão reclama uma vez, não recebe resposta, e desiste. E a desistência dele é o silêncio de que o mau gestor e o corrupto precisam. Onde a denúncia morre na gaveta, a impunidade se instala. O que vamos fazer é criar um canal de escuta que funcione como parte do sistema de gestão, não como caixa de reclamação decorativa. O RJ Escuta recebe a denúncia, o pedido e a sugestão do cidadão de forma simples e digital, e protege quem denuncia de retaliação. E faz o que muda tudo: devolve resposta rastreável, com prazo e com desfecho. A informação que chega alimenta a Plataforma de Dados e a Vigilância do Dinheiro: a denúncia de sobrepreço vira alerta cruzado, a reclamação de obra parada vira indicador no painel, o relato de propina vira caso na Controladoria. E o cidadão vê o que aconteceu com o que ele contou. Escutar, aqui, não é gesto de relações públicas. É fechar o circuito entre quem vive o problema e quem tem de resolvê-lo. É também o instrumento pelo qual o governo decide melhor, tema que o capítulo de método deste plano detalha. Como se paga. O canal é digital e barato, integrado ao estado digital e à Plataforma de Dados. O custo é de tecnologia e de processo, não de estrutura nova pesada. E o retorno é alto: cada denúncia útil é desperdício cortado e desvio pego mais cedo. O prazo: o RJ Escuta no ar no primeiro ano, com resposta rastreável ao cidadão e conexão com a Vigilância do Dinheiro.

O melhor fiscal de dinheiro público é a dor dele. Vamos devolver ao fluminense o poder de vigiar.

O PRIMEIRO ANO DO EIXO

O primeiro ano do RJ Honesto é o ano de instalar a arquitetura da integridade antes que a inércia a engula. Nos primeiros 90 dias, enviamos e articulamos a LEGE-RJ, a lei que reorganiza o governo por metas, mérito e controle na origem, e montamos a estrutura de gestão que a operacionaliza. Colocamos no ar o painel público de indicadores, com o número ruim aparecendo igual ao bom, e começamos a publicar os contratos do estado em tempo real, do empenho ao pagamento. Construímos a Plataforma de Dados que integra as bases das secretarias e ativamos a Vigilância do Dinheiro, com a IA cruzando contrato, fornecedor e pagamento para acender o alerta antes de o dinheiro sair. Propomos e instalamos a Controladoria-Geral Independente, com autonomia para investigar qualquer secretaria. Migramos os primeiros serviços de alto volume para a plataforma digital única do estado. E abrimos o RJ Escuta, devolvendo ao cidadão resposta rastreável e transformando denúncia em alerta. O que depende da Assembleia entra com a dependência declarada. O que é caneta do governador começa no primeiro ano. E a LEGE-RJ, em 90 dias.

AS METAS DO EIXO

COMPROMISSO	MEDIDA E PRAZO
LEGE-RJ	Lei Geral de Gestão enviada e articulada para sanção nos primeiros 90 dias, reorganizando o governo por metas, mérito e controle na origem
Painel de Indicadores	Painel público de governo no ar no 1º ano, com honestidade estatística: o número ruim com o mesmo destaque do bom
Contratos em tempo real	100% dos contratos do estado publicados em tempo real e rastreáveis, do empenho ao pagamento, no 1º ano
Plataforma de Dados	Central de integração das bases das secretarias em operação no 1º ano, servindo de insumo a todos os eixos
Vigilância do Dinheiro	IA de controle cruzando contrato, fornecedor e pagamento, com alerta antes do gasto, ativa no 1º ano
Controladoria-Geral Independente	Órgão com autonomia e mandato protegido proposto e instalado no 1º ano; independência ancorada em lei
Estado digital	Primeiros serviços de alto volume na plataforma digital única no 1º ano; processo eletrônico rastreável em implantação no 1º biênio
RJ Escuta	Canal de escuta e denúncia com proteção ao denunciante e resposta rastreável no ar no 1º ano, conectado à Vigilância do Dinheiro



EIXO 07

RJ

SUSTENTÁVEL
DE NOVO.

ANDRÉ
MARINHO
GOVERNADOR
VICE TEN. CORONEL ERIGREYCE

EIXO 7 – RJ SUSTENTÁVEL DE NOVO

restaurar o que se destruiu, despoluir o que se sujou, proteger quem a tragédia ameaça

O que está em jogo. Duas datas resumem o descaso ambiental do Rio, e as duas são feitas de mortos. Em 2011 e em 2022, as tragédias da Região Serrana mataram, somadas, mais de 1.100 pessoas. Não foram acidentes naturais. Foram desgoverno: gente morando onde não podia, encosta sem contenção, rio sem drenagem, alerta que não chegou. E menos de 60% do esgoto do estado é tratado. O resto corre a céu aberto, deságua nos rios e na Baía de Guanabara, adoce criança e mata prala. O Rio guarda a Mata Atlântica, mais de mil quilômetros de costa e uma das paisagens mais valiosas do planeta, e trata esse patrimônio como se fosse infinito e de graça. Não é. Cada hectare destruído e cada rio poluído é riqueza queimada e é vida em risco.

A nossa convicção. Ambiente é ativo, não custo. E a tese central deste eixo: segurança ambiental e segurança humana são a mesma política. A encosta reflorestada é a encosta que não desaba sobre a casa. O rio despoluído é a criança que não adoce. A drenagem que se faz antes é o enterro que não acontece depois. Quem separa o Rio que salva sua floresta do Rio que salva suas vidas não entendeu nem uma coisa nem a outra. Prevenção é obra, não discurso. E obra de prevenção é a mais barata que existe, porque cada real gasto antes economiza muitos depois: em resgate, em reconstrução, em caixão. O verde do Rio, bem cuidado, ainda paga: vira carbono, vira turismo, vira água, vira energia limpa. O que decisões destruíram, decisões restauram.

O que vamos fazer. Cinco verbos e um cuidado. Restaurar, com o programa Rio Verde, plantando 2,5 milhões de árvores e recuperando 20 unidades de conservação. Despoluir a Baía de Guanabara e os rios do estado, atacando a fonte, que é o esgoto. Universalizar o saneamento, usando o novo marco legal para levar água tratada e coleta a todo fluminense. Proteger com resiliência climática, com drenagem, contenção de encostas e alerta, para que 2011 e 2022 não se repitam. Monetizar o ambiente, transformando floresta em pé em economia verde e ativo de carbono. E cuidar da vida animal, porque um estado que maltrata seus bichos maltrata a si mesmo.

O compromisso pelo qual pedimos para ser cobrados. Metas anuais e públicas de esgoto tratado, subindo ano a ano rumo à universalização. Cobertura verde ampliada, com o plantio aferido e a área restaurada no painel. E os pontos de risco de deslizamento e enchente eliminados, contados um a um, começando pelos mais letais. Muito do saneamento depende do novo marco, de concessões e de multilaterais, e isso está escrito. A proteção de encostas e o reflorestamento são, em grande parte, caneta e obra estadual, e têm prazo. Não colocamos data no que não controlamos, mas colocamos meta no que controlamos.

Não há como separar o Rio que salva sua floresta do Rio que salva suas vidas.

RESTAURAR: O RIO VERDE

O Rio é uma das capitais mundiais da Mata Atlântica, o bioma mais devastado e mais biodiverso do Brasil. Guarda floresta dentro da cidade, serra coberta de verde, restinga, manguezal.

E assiste, ano após ano, esse patrimônio encolher por desmatamento, queimada, ocupação irregular e abandono das áreas que deveria proteger. Restaurar não é luxo ambientalista. É reconstruir a infraestrutura natural que segura a encosta, guarda a água, refresca a cidade e vale dinheiro no mercado de carbono. O diagnóstico é o da floresta que se deixa cair.

As unidades de conservação do estado, os parques, as reservas, as áreas protegidas por lei, existem no papel e definham na prática: sem fiscalização, sem recuperação das áreas degradadas, sem uso público que gere renda e razão para protegê-las. Encosta desmatada é encosta que desliza. Nascente sem mata é rio que seca. Mangue aterrado é peixe que some e enchente que avança. A destruição do verde não é problema de outro planeta. É a causa direta das tragédias e da escassez que o fluminense já vive.

O que vamos fazer é o programa Rio Verde: restaurar o que se destruiu, em escala e com meta. Plantio de 2,5 milhões de árvores, priorizando as áreas que mais protegem vidas e água: encostas sobre moradia, faixas de nascente, corredores entre fragmentos de floresta. Recuperação de 20 unidades de conservação, devolvendo a elas fiscalização, manejo e uso público que gere renda: trilha, turismo de natureza, pesquisa, o verde pagando pela própria guarda. Reflorestamento amarrado à faixa de influência do ArcoMM, onde a regularização fundiária e a recuperação de áreas degradadas geram carbono certificável, tema do programa de economia verde deste eixo. E integração com a defesa civil e com a segurança: unidade de conservação bem guardada é barreira contra a ocupação ilegal que o crime explora e contra o desmatamento que precede o desastre.

Como se paga. O reflorestamento tem custo moderado e retorno múltiplo: reduz o gasto com tragédia, gera crédito de carbono vendável, atrai turismo e protege o abastecimento de água. Parte se financia com o próprio mercado de carbono, parte com compensação ambiental de grandes obras, parte com orçamento e parcerias. O prazo: o programa Rio Verde lançado no primeiro ano, com as primeiras unidades de conservação em recuperação e o plantio iniciado nas áreas de maior risco, e a meta de 2,5 milhões de árvores aferida ao longo do mandato no painel público.

DESPOLUIR: A BAÍA E OS RIOS

A Baía de Guanabara é uma das imagens mais bonitas do mundo e um dos maiores escândalos ambientais do Brasil. Cartão-postal por fora, esgoto por dentro. Décadas de promessa, bilhões anunciados, despoluição prometida em toda Olimpíada e todo governo. E a baía continua recebendo esgoto sem tratamento, lixo e rejeito dos rios que nela deságuam. O mesmo vale para a Lagoa, para os rios da Baixada, para o litoral. O Rio sujou suas águas e aprendeu a conviver com o mau cheiro como quem aceita o inaceitável.

O diagnóstico corrige um erro de método que se repetiu por décadas. A poluição da baía não se resolve limpando a baía. Resolve-se fechando a torneira que a suja. E a torneira é o esgoto: enquanto menos de 60% do esgoto do estado for tratado, todo real gasto em recolher lixo da água é enxugar gelo. A despoluição da Baía de Guanabara e dos rios fluminenses é, antes de tudo, um problema de saneamento. Por isso este programa e o próximo são o mesmo esforço, olhado de dois ângulos. Rio limpo é consequência de esgoto tratado.

O que vamos fazer é atacar a fonte com método e com meta. Priorizar o tratamento de esgoto nas bacias que deságuam na Baía de Guanabara e nos corpos d'água mais críticos, encadeando a despoluição com a universalização do saneamento sob o novo marco. Cada ponto de coleta e tratamento é um afluente de poluição que se fecha. Recuperar os rios da Baixada e da metrópole, com desassoreamento, remoção de ligação clandestina e reflorestamento de mata ciliar, o que serve, ao mesmo tempo, à despoluição e à drenagem que evita enchente. Monitorar a qualidade da água em tempo real e publicá-la, para que a promessa de despoluição deixe de ser retórica e passe a ser número aferido no painel. A baía melhora ou piora à vista de todos. E integrar a limpeza da baía à economia do mar, à pesca e ao turismo náutico, porque água limpa é emprego e é comida.

Como se paga. A despoluição se financia junto com o saneamento: concessões sob o novo marco, multilaterais, orçamento e compensação. O monitoramento é barato e integra-se à Plataforma de Dados do Eixo do RJ Honesto. Boa parte depende do ritmo das concessões de saneamento e de recursos de longo prazo, e isso está escrito. O prazo do que controlamos: o plano de despoluição por bacia publicado no primeiro ano, com o monitoramento da qualidade da água no ar e as primeiras intervenções nas bacias mais críticas em curso.

RioMIR | A falta de infiltração de 2 km do Rio Metrópoliano é uma das principais causas de enchente, o saneamento e o reflorestamento na bacia vão ajudar. É ali, na região mais urbanizada e mais densamente povoada, que a rede de esgoto, a recuperação do rio e a mata ciliar entram juntas com a regularização fundiária e a segurança. Fechar a brecha do esgoto na zona de infiltração de Árvore, ao mesmo tempo, despolui a bacia, previne a enchente e devolve segurança ao morador. Também, saneamento e biodiversidade vão ajudar.

A baía não se limpa com discurso na superfície. Limpa-se fechando o esgoto que corre por baixo.

UNIVERSALIZAR: O SANEAMENTO

O saneamento é a mãe de quase tudo neste eixo e de muita coisa no eixo da saúde. Água tratada e esgoto coletado são a política de saúde pública mais barata e mais eficaz que a humanidade já inventou. Evitam mais doença que hospital nenhum. No Rio, menos de 60% do esgoto é tratado. Milhões de fluminenses convivem com esgoto a céu aberto, com água de qualidade duvidosa, com a doença evitável que isso produz e com a enchente que o esgoto entupido agrava. É o abandono na sua forma mais básica.

O diagnóstico é o do serviço que nunca chegou à periferia e ao interior. O saneamento fluminense avançou onde dava lucro fácil e parou onde dava trabalho: a Baixada, o interior, a favela, o distrito distante ficaram para trás. A conta desse atraso é paga em internação por doença de veiculação hídrica, em mortalidade infantil evitável, em dia de trabalho perdido e em rio poluído. Saneamento que não chega não é economia. É despesa transferida para o hospital e para o cemitério. O que vamos fazer é usar a alavanca que o Rio nunca teve: o novo marco legal do saneamento. O marco abriu caminho para concessões e parcerias que trazem capital privado com meta contratual de universalização e prazo: água tratada e coleta de esgoto para todos, com o contrato obrigando o operador a investir e a cumprir, sob regulação firme.

O investimento é de contenção, drenagem e monitoramento, com forte participação de recursos federais de gestão de risco e de multilaterais, além do orçamento estadual. O prazo do que controlamos: o mapa de risco publicado no primeiro ano, o sistema de alerta em implantação e as primeiras obras de contenção nos pontos mais letais em execução no primeiro biênio, com os pontos de risco eliminados contados no painel.

Toda tragédia que se repete foi, antes, uma obra de prevenção que o Estado decidiu não fazer.

MONETIZAR: A ECONOMIA VERDE

Aqui está a virada de chave deste eixo: o ambiente do Rio não é só o que se protege, é o que se ganha. Floresta em pé vale dinheiro. Carbono capturado vale dinheiro. Paisagem preservada atrai turista, que gasta e emprega. Energia limpa é indústria do futuro. O estado que trata o verde como custo perde duas vezes: perde a floresta e perde a renda que ela geraria. Este governo trata o ambiente como o ativo que ele é, e monetiza a preservação para que ela se pague e se sustente. O diagnóstico é o do potencial ignorado. O Rio tem Mata Atlântica, mais de mil quilômetros de costa, sol, vento no litoral e o gás do pré-sal como ponte para a transição energética. Tem tudo para ser protagonista da economia verde brasileira, e assiste esse mercado crescer no mundo sem participar dele. Perde crédito de carbono que poderia vender, perde investimento verde que procura destino, perde o turismo de natureza que sua paisagem justifica. Preservação sem modelo de negócio vira despesa que o orçamento aperta na primeira crise. Preservação que se paga vira política permanente.

O que vamos fazer é construir a economia verde fluminense em quatro frentes. Ativos de carbono: estruturar projetos de crédito de carbono a partir do reflorestamento do Rio Verde e da conservação das unidades protegidas, com certificação e venda, para que a floresta em pé gere receita que financia a própria guarda. Energias limpas: aproveitar a vocação da Cidade Vocacionada de Energias Limpas do ArcoMM, ancorada na UFF, e o gás do pré-sal como ponte de transição, atraindo indústria e emprego verdes. Turismo de natureza: transformar parques e unidades de conservação recuperados em destino, com trilha, hospedagem e serviço, gerando renda para o entorno e razão econômica para preservar. E pagamento por serviços ambientais, remunerando quem preserva nascente e floresta, sobretudo o pequeno produtor do Interior, que passa a ganhar por conservar em vez de perder por não desmatar. A economia verde conversa diretamente com o Eixo do RJ Rico: é vocação, é emprego, é investimento. Como se paga. Esta é, por definição, a frente que gera receita: crédito de carbono, outorga de energia, gasto do turista, tudo capital que entra. O papel do Estado é estruturar, certificar e regular, com custo de articulação, não de gasto pesado. É o que se arrecada realimenta a preservação. O prazo: os primeiros projetos de carbono estruturados e a política de pagamento por serviços ambientais desenhada no primeiro biênio, encadeados com o Rio Verde e com as Cidades Vocacionadas.

ArcoMM / A Área de Influência de 2 km do Arco Metropolitano é, também, um cinturão de carbono. O reflorestamento das áreas degradadas ao longo do eixo, casado com a regularização fundiária, gera crédito de carbono certificável – o mesmo território que recebe trilha, saneamento e segurança recebe floresta que se paga. Ambiente como ativo não é slogan: é o desenho financeiro do ArcoMM lido pela lente verde.

A floresta em pé não é despesa que o Rio carrega. É riqueza que o Rio ainda não aprendeu a colher.

VIDA ANIMAL

Um estado se mede também pelo modo como trata quem não pode se defender. A causa animal não é tema menor nem detalhe sentimental: envolve saúde pública, envolve dignidade e envolve o abandono que enche as ruas de cães e gatos entregues à própria sorte. O Rio tem uma sociedade que ama seus bichos e um Estado que quase nada faz por eles. Este governo assume a vida animal como política pública, sem constrangimento. O diagnóstico é o do abandono e da omissão. Faltam castração em escala, que é o único modo eficaz de conter a superpopulação e o sofrimento; falta atendimento veterinário público para o animal do cidadão pobre; falta combate firme aos maus-tratos, que a lei já pune mas o Estado pouco fiscaliza. O resultado é rua chela de animal abandonado, doença que passa do bicho para a gente por falta de controle, e crueldade que fica impune. Omissão do Estado, de novo, tem custo: em saúde, em sofrimento e em civilidade.

O que vamos fazer é uma política estadual de proteção animal, prática e mensurável. Castração em larga escala, o instrumento central, com mutirões e unidades móveis que cheguem à periferia e ao interior, porque conter a superpopulação na origem é mais humano e mais barato que remediar o abandono depois. Atendimento veterinário público de baixo custo para o animal de quem não pode pagar. Combate efetivo aos maus-tratos, com fiscalização e com a integração à segurança, já que a crueldade contra animais caminha, com frequência, junto de outras violências. E incentivo à adoção responsável e à educação para a guarda. É política de saúde pública, de segurança e de dignidade, tudo ao mesmo tempo.

Como se paga. Castração em escala é, comprovadamente, mais barata que o custo do abandono: evita ninhada, doença e recolhimento sem fim. O investimento é de estrutura móvel e de parceria com clínicas, universidades e municípios, com custo moderado e retorno em saúde pública. O prazo: o programa estadual de castração e o atendimento veterinário público lançados no primeiro biênio, com o número de castrações aferido no painel.

O PRIMEIRO ANO DO EIXO

O primeiro ano do RJ Sustentável é o ano de trocar a lógica do remédio pela lógica da prevenção. Lançamos o programa Rio Verde, com as primeiras unidades de conservação em recuperação e o plantio iniciado nas encostas de maior risco, rumo aos 2,5 milhões de árvores. Publicamos o plano de despoluição por bacia da Baía de Guanabara e colocamos no ar o monitoramento da qualidade da água, para que a promessa vire número. Modelamos as primeiras concessões de saneamento sob o novo marco, priorizando Baixada, periferia e interior, com metas anuais de esgoto tratado publicadas. Publicamos o mapa georreferenciado dos pontos de risco de deslizamento e enchente e começamos as obras de contenção e o sistema de alerta nos trechos mais letais, para que 2021 e 2022 não se repitam. Estruturamos os primeiros projetos de carbono e desenhamos a política de pagamento por serviços ambientais. E lançamos o programa estadual de castração e o atendimento veterinário público. O que depende do novo marco, de concessões e de multilaterais entra com a dependência declarada. O reflorestamento, a contenção de encostas e o mapa de risco, que são caneta e obra estadual, começam no primeiro ano.

AS METAS DO EIXO

COMPROMISSO	MEDIDA E PRAZO
Rio Verde	2,5 milhões de árvores plantadas e 20 unidades de conservação recuperadas ao longo do mandato, com plantio e área aferidos no painel
Despoluição da baía	Plano por bacia publicado e monitoramento da qualidade da água no ar no 1º ano; primeiras intervenções nas bacias mais críticas em curso
Universalizar saneamento	Metas anuais de esgoto tratado subindo ano a ano; primeiras concessões sob o novo marco modeladas e lançadas no 1º biênio, priorizando Baixada, periferia e interior
Resiliência climática	Mapa de risco publicado no 1º ano; obras de contenção e sistema de alerta nos pontos mais letais no 1º biênio; pontos de risco eliminados contados no painel
Economia verde	Primeiros projetos de crédito de carbono estruturados e política de pagamento por serviços ambientais desenhada no 1º biênio
Vida animal	Programa estadual de castração em larga escala e atendimento veterinário público lançados no 1º biênio, com castrações aferidas no painel



EIXO 08

RJ
COM

ORGULHO
DE NOVO.

ANDRÉ
MARINHO
GOVERNADOR
VICE-TEN. CORONEL ERIDREYCE

EIXO B – RJ COM ORGULHO DE NOVO

o orgulho que o mundo vê por fora precisa voltar a caber na vida do fluminense por dentro

O que está em jogo. O Rio é uma das marcas mais amadas do planeta. Samba, praia, futebol, Carnaval, o Cristo de braços abertos. O mundo inteiro admira o Rio. Dentro dele, porém, mais da metade da população é negra ou parda e ainda espera a oportunidade que a paisagem promete e a vida nega. A mulher escolhe o caminho de casa pelo medo. Milhões de famílias moram na casa que construíram e não têm o papel que prova que é delas. O jovem vê o cartão-postal na televisão e não se reconhece nele. Há um abismo entre o Rio que o mundo aplaude e o Rio em que o fluminense acorda. Fechar esse abismo é a tarefa deste eixo: devolver ao morador o orgulho que o turista já sente.

A nossa convicção. Orgulho é política pública. Não é sentimento que se decreta nem marketing que se compra. É o resultado concreto de a pessoa se ver respeitada, protegida e incluída pelo Estado onde vive. A mulher que anda segura tem orgulho. A família com a escritura na mão tem orgulho. A criança cuidada desde o berço tem orgulho. O jovem da periferia que vira atleta, artista ou técnico formado tem orgulho. E há uma convicção que atravessa tudo: a cultura e o esporte do Rio não são despesa de vaidade. São economia que emprega, que inclui e que projeta o estado. O Rio que o mundo admira e o Rio em que o fluminense se reconhece têm de voltar a ser o mesmo Rio.

O que vamos fazer. Seis frentes de pertencimento. O legado da Copa do Mundo Feminina de 2027 instalado nas comunidades, e não abandonado na última partida. A cultura tratada como economia que gera renda e identidade. A casa com documento, unindo habitação e regularização fundiária em massa. A mulher em primeiro lugar, com proteção e autonomia. A igualdade racial e a inclusão como ação concreta, não como retórica. E a primeira infância como prioridade, porque é no começo da vida que se decide quase tudo. Seis frentes, um objetivo: que o fluminense caiba, com orgulho, no Rio que ele mesmo construiu.

O compromisso pelo qual pedimos para ser cobrados. O legado da Copa de 2027 instalado e em uso nas comunidades, com equipamento que fica. A habitação e a regularização fundiária com painel público de títulos entregues, casa por casa. E a rede de proteção à mulher presente em todas as regiões do estado, não só na capital. A Copa tem data marcada pelo próprio calendário. A regularização e a proteção à mulher são, em grande parte, caneta e obra estadual, com meta e prazo. Onde depende da União, da Justiça ou do município, está escrito. Não prometemos o que não controlamos. Entregamos o que controlamos.

O Rio que o mundo admira precisa voltar a ser o Rio em que o fluminense se reconhece.

ESPORTE: A COPA DE 2027 E O QUE FICA

Em 2027, a Copa do Mundo Feminina acontece no Rio de Janeiro, e os olhos do planeta se voltam para cá. É uma janela, e janelas não ficam abertas para sempre. O Rio já sediou grandes eventos e cometeu, em todos, o mesmo erro: tratou o evento como fim, e não como meio.

Construiu arena que virou elefante branco, fez obra que acabou na cerimônia de encerramento, gastou bilhões no espetáculo e deixou o morador com a conta e sem o legado. Desta vez tem de ser diferente, e a diferença tem nome: o que fica.

O diagnóstico é o do legado desperdiçado. O megaevento esportivo, mal planejado, é uma festa cara que ilumina a cidade por semanas e a deixa no escuro depois. O erro nunca foi sediar. Foi não planejar o dia seguinte. Equipamento esportivo concentrado onde já havia, obra pensada para a câmera e não para a comunidade, e a periferia, que forneceu os craques que o mundo aplaude, seguindo sem uma quadra decente para o próprio filho jogar. O talento esportivo do Rio nasce na comunidade e morre por falta de estrutura na comunidade.

O que vamos fazer é usar a Copa de 2027 como âncora de um legado que se espalha pelo território, não que se concentra no cartão-postal. Primeiro, garantir que a infraestrutura mobilizada para o evento, com mobilidade, segurança e requalificação urbana, seja pensada desde o projeto para ficar e servir o morador depois, encadeada com o Eixo do RJ em Movimento. Segundo, um programa de equipamentos esportivos nas comunidades, as Arenas nos bairros e periferias, com quadra, campo e centro de iniciação que revelem e formem o talento onde ele de fato nasce. Terceiro, o esporte como política de juventude e de segurança: contraturno esportivo nos territórios que a segurança devolve, disputando o menino com o crime pela via da bola, do tatame e da pista, no mesmo espírito do Eixo do RJ com Futuro. A Copa Feminina carrega, ainda, um símbolo que este governo abraça: o esporte feminino como afirmação da mulher, tema que atravessa este eixo inteiro.

Como se paga. O legado esportivo comunitário tem custo moderado e retorno alto: em juventude protegida e em saúde. Boa parte da infraestrutura da Copa é investimento que serve ao evento e permanece, diluindo o custo. Patrocínio, parceria e o próprio movimento econômico do evento compõem o financiamento. O prazo tem data marcada: o comitê e o plano de legado montados no primeiro ano, o estado pronto para 2027, e os equipamentos comunitários entregues e em uso como prova de que o legado não acabou no apito final.

CULTURA: IDENTIDADE QUE GERA RENDA

A cultura do Rio é o Rio. Tirar o samba, o funk, o Carnaval, o teatro, o audiovisual, a literatura e a arte de rua do Rio é tirar do Rio a alma e, junto com ela, uma economia inteira. Porque cultura, aqui, não é hobby de artista: é indústria que emprega o costureiro da escola de samba, o técnico de som, o ambulante do bloco, o ator, o produtor, o guia. O Rio é a capital cultural do Brasil e trata a própria cultura com o descaso de quem não sabe o que tem na mão. Este governo trata cultura como o que ela é: identidade que gera renda. O diagnóstico é o da vocação subaproveitada. O Rio tem o maior patrimônio cultural do país e o desperdiça: equipamento cultural fechado ou sucateado, Carnaval que movimenta uma economia gigantesca e é tratado como despesa a cortar, fomento burocrático que não chega ao artista da periferia, cadeia produtiva informal e desprotegida. A cultura fluminense sobrevive apesar do Estado, na base da criatividade e do improviso de quem faz. Sustentada e organizada, ela vira um dos maiores motores de emprego e de projeção do estado.

O que vamos fazer é transformar cultura em economia com endereço. Primeiro, tratar o Carnaval e os grandes eventos culturais como indústria durante o ano inteiro, não só na semana da festa: a cadeia produtiva do samba, do bloco e do audiovisual gera emprego o ano todo se for organizada como economia, com crédito, formação e planejamento. Carnaval o ano inteiro. Segundo, recuperar e ativar os equipamentos culturais do estado, dos grandes teatros aos pontos de cultura da periferia, para que virem geradores de renda e de vida, não prédios fechados. Terceiro, um fomento desburocratizado que chegue ao artista de verdade, sobretudo o da periferia e do interior, com a mesma lógica de simplificação e transparência dos outros elxos. Quarto, as economias criativas do ArcoMM, a Cidade Vacionada de Games e Economias Criativas, como ponte entre a cultura tradicional e a indústria criativa do futuro. Cultura conversa com turismo, com o Elxo do RJ Rico e com o legado da Copa: é o Rio se vendendo pelo que tem de mais autêntico.

Como se paga. A cultura é das economias de melhor retorno por real investido, porque emprega muito e importa pouco: cada real de fomento bem aplicado movimenta uma cadeia inteira de trabalho e ainda atrai turismo. O modelo combina fomento estadual desburocratizado, lei de incentivo bem fiscalizada, patrocínio e a receita do próprio setor. O prazo: o programa de Carnaval e economia criativa o ano inteiro estruturado e os equipamentos culturais prioritários reativados no primeiro biênio, com o fomento à periferia e ao interior em operação.

CASA COM DOCUMENTO: HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO

Há uma injustiça silenciosa que atinge milhões de fluminenses: elas têm casa, mas não têm o papel que diz que a casa é delas. Construíram com o próprio suor, moram há décadas, criaram os filhos ali. E não têm escritura. Sem o documento, a casa não é patrimônio, não vira garantia de crédito, não se vende com segurança, não se herda sem briga. E, pior, a família fica à mercê de quem manda no território: onde não há título, quem manda é o crime, que loteia, cobra e expulsa. A casa sem documento é o cidadão sem chão firme sob os pés.

O diagnóstico une déficit e informalidade. De um lado, falta moradia digna para quem não tem casa; de outro, e sobretudo, falta o documento para milhões que já têm. A informalidade fundiária é a regra em vastas áreas da metrópole e da Baixada, e é ela que sustenta o negócio da terra ilegal explorado pela milícia, o mesmo negócio que o Elxo do RJ Seguro se compromete a estrangular. Regularizar não é só justiça social. É retirar do crime uma de suas maiores fontes de poder e de renda. Título de propriedade é segurança patrimonial e é segurança pública, ao mesmo tempo. O que vamos fazer é o programa Morada Fluminense, unindo habitação e regularização em massa. A prioridade é a regularização fundiária em escala: mutirões de titulação que entreguem a escritura a quem já mora, casa por casa, com procedimento simplificado e digital, transformando posse informal em propriedade registrada. A regularização começa pelos territórios que a segurança devolve e pela faixa de influência do ArcoMM, onde o título consolida a retomada e tira o crime do negócio da terra. Segurança e escritura chegando juntas.

Ao lado disso, habitação de interesse social para o déficit, com urbanização de assentamentos precários, saneamento e serviço chegando junto, não casa jogada no vazio. E a integração com a resiliência climática do Eixo do RJ Sustentável: quem vive em área de risco extremo é realocado com dignidade, porque regularizar não pode significar consolidar a família na linha da tragédia.

ArcaMM / A regularização fundiária em massa é uma das colunas do ArcaMM e a ponta onde os eixos abocax encontram sobre o chão. Na faixa de influência de 2 km do Arco, a escritura entra junto com o título, o saneamento, a segurança e a floresta. É o mesmo território, a mesma família, o mesmo mapa: quando o título chega, o morador vira dono, o crime perde o negócio da terra, o Estado ganha um contribuinte e o Rio ganha um cidadão com chão firme. Habitação com documento e o ArcaMM cumpre sua promessa social.

Quem tem a escritura da própria casa não deve mais nada a quem manda no morro pela ponta do fio.

A MULHER EM PRIMEIRO LUGAR

Nenhuma sociedade é livre enquanto metade dela vive com medo. A mulher fluminense escolhe a roupa, o horário e o caminho pelo cálculo do risco. Teme dentro de casa, onde a violência doméstica mata, e teme fora dela, na rua e no transporte. Além do medo, carrega a desigualdade que a faz ganhar menos, trabalhar mais e depender mais. Este governo coloca a mulher em primeiro lugar não por gentileza, mas por justiça e por eficiência: mulher protegida e autônoma é família mais forte, economia mais rica e sociedade mais segura. O diagnóstico tem duas faces, e as duas precisam de resposta. A face da violência: o feminicídio e a agressão doméstica seguem números inaceitáveis, e a rede de proteção, com delegacia especializada, abrigo e medida protetiva que se cumpre, é rala, concentrada na capital e ausente em boa parte do Interior. A mulher da Baixada, do Norte, do Noroeste denuncia e não encontra amparo perto. A face da autonomia: sem creche, sem qualificação, sem crédito e sem trabalho, a mulher fica presa ao agressor por dependência econômica. A autonomia financeira é, muitas vezes, a única porta real de saída da violência.

O que vamos fazer ataca as duas faces juntas. Na proteção: expandir a rede de atendimento à mulher para todas as regiões do estado, não só para a capital, com delegacia especializada, casa-abrigo e atendimento integrado, e o compromisso explícito de presença em todo o território fluminense. Garantir que a medida protetiva não seja papel que não se cumpre, integrando a proteção à mulher à inteligência da segurança pública, com monitoramento do agressor de alto risco e resposta rápida. Na autonomia: creche que libere a mãe para trabalhar e estudar, tema que se encadela com a primeira infância deste eixo; qualificação profissional e crédito produtivo pela AgeRio priorizando a mulher chefe de família; e um caminho de saída que combine abrigo, renda e emprego, porque tirar a mulher da violência sem lhe dar autonomia é devolvê-la ao agressor. A Copa Feminina de 2027 entra como símbolo dessa afirmação. Como se paga. A rede de proteção é investimento de custo moderado e retorno altíssimo, medido em vidas e em famílias inteiras que a violência deixa de destruir. Integra-se à segurança pública e à Plataforma de Dados.

A autonomia econômica usa instrumentos que já existem, creche, qualificação, AgeRio, com prioridade para a mulher. O prazo do que controlamos: o plano de expansão da rede de proteção a todas as regiões publicado no primeiro ano, os primeiros equipamentos instalados fora da capital no primeiro biênio, e a integração da medida protetiva à segurança em operação.

A mulher não pede proteção como favor. Ela cobra o direito de andar sem medo pelo estado que ajuda a sustentar.

IGUALDADE E INCLUSÃO

Mais da metade dos fluminenses é negra ou parda, e essa maioria segue esperando a igualdade que a Constituição promete e a vida cotidiana nega. A desigualdade racial no Rio não é acidente: aparece na renda, na escolaridade, no acesso ao serviço, no risco de morrer jovem. Ao lado dela, a pessoa com deficiência esbarra numa cidade que não foi feita para ela, e o idoso, o migrante e outros grupos vulneráveis enfrentam barreiras que o Estado poderia derrubar. Igualdade e inclusão, neste governo, não são discurso de data comemorativa: são ação concreta, medida por resultado.

O diagnóstico é o da desigualdade que se herda e se perpetua. O jovem negro da periferia tem menos escola de qualidade, menos primeiro emprego, mais risco de ser vítima de violência letal, o mesmo jovem que o Eixo do RJ Seguro se compromete a proteger e o Eixo do RJ com Futuro a formar. A pessoa com deficiência enfrenta transporte inacessível, prédio sem rampa, escola sem apoio, mercado de trabalho fechado. A inclusão fica no papel da lei e não chega ao chão da vida. E política de igualdade sem meta e sem número vira gesto simbólico que não muda estatística.

O que vamos fazer é traduzir igualdade em resultado mensurável. Ancorar a promoção da igualdade racial nos programas que mais mudam a vida, como educação técnica, primeiro emprego, crédito e a segurança que protege o jovem negro, com os indicadores desagregados por raça publicados no painel, porque o que não se mede por recorte não se corrige. Garantir acessibilidade real: transporte, prédio público, escola e serviço adaptados, com meta e prazo, e a fiscalização do cumprimento da lei que já existe. Incluir a pessoa com deficiência no mercado de trabalho, cobrando a cota e apolando a qualificação. E cuidar dos demais vulneráveis, o idoso, a população em situação de rua, o migrante, com política de assistência que reintegra, não que apenas assiste. Inclusão, aqui, é os outros sete eixos chegando com prioridade a quem mais precisa deles.

Como se paga. A maior parte da política de igualdade não é gasto novo: é prioridade dentro de programas que já existem, como educação, emprego, crédito e segurança, com o recorte de quem mais precisa. O custo próprio é de acessibilidade e de assistência qualificada, moderado e de alto retorno social. O prazo: os indicadores desagregados por raça e por grupo publicados no painel no primeiro ano, o plano de acessibilidade com metas em execução no primeiro biênio, e a inclusão produtiva encadeada com os eixos de futuro e de economia.

PRIMEIRA INFÂNCIA

Se há uma política que decide o futuro de tudo, é o cuidado com o começo da vida. É nos primeiros anos que o cérebro se forma, que o vínculo se cria, que a desigualdade se instala ou se previne. A criança bem cuidada dos zero aos seis anos aprende mais, adoece menos, vive melhor e custa menos ao Estado pela vida inteira. A criança abandonada nesse começo carrega o prejuízo para sempre. Investir na primeira infância é o investimento de maior retorno que um governo pode fazer. E é o mais barato, comparado ao custo de remediar depois o que se deixou de fazer no berço. O diagnóstico é o da oportunidade que se perde cedo. Falta creche, e a falta de creche prende a mãe em casa e deixa a criança sem o estímulo que define seu desenvolvimento. Falta a integração entre saúde, educação e assistência nos primeiros anos, cada uma cuidando de um pedaço da mesma criança sem olhar o todo. E a criança da periferia, que é justamente a que mais precisa desse começo, é a que menos o tem. A desigualdade que o Rio depois lamenta na juventude nasce, na verdade, na primeira infância negligenciada.

O que vamos fazer é tornar a primeira infância uma prioridade real, com integração e com meta. Ampliar a oferta de creche e de educação infantil de qualidade, em parceria com os municípios, priorizando os territórios mais vulneráveis e os que a segurança devolve. A creche que cuida da criança e liberta a mãe para trabalhar e estudar liga este programa diretamente à autonomia da mulher. Integrar saúde, educação e assistência no acompanhamento dos primeiros anos, com o pré-natal, a vacinação, o acompanhamento do desenvolvimento e o apoio à família olhando a criança como um todo. A saúde da mulher e da criança do Eixo do RJ Saudável se encontra aqui. E usar a Plataforma de Dados para não perder nenhuma criança de vista: quem nasceu, quem está na creche, quem falta à consulta, quem precisa de busca ativa. A primeira infância é o ponto onde educação, saúde, assistência e segurança de longo prazo se tornam uma única política.

Como se paga. A primeira infância é, entre todas, a política de maior retorno comprovado por real investido: cada real no começo da vida economiza muitos em saúde, em educação corretiva e em segurança lá na frente. O modelo combina parceria com os municípios, recursos federais e estaduais de educação e o encadeamento com programas que já existem. O prazo: o plano de expansão da educação infantil pactuado com os municípios e a integração intersetorial da primeira infância estruturada no primeiro biênio, com a cobertura de creche aferida no painel.

O Rio se decide no berço. A criança cuidada hoje é o cidadão livre, o trabalhador e o orgulho de amanhã.

O PRIMEIRO ANO DO EIXO

O primeiro ano do RJ com Orgulho é o ano de devolver pertencimento com atos concretos, não com slogan. Montamos o comitê e o plano de legado da Copa de 2027, garantindo que a infraestrutura sirva ao morador depois do apito e que os equipamentos esportivos comunitários comecem a chegar às periferias. Estruturamos o Carnaval e a economia criativa como indústria do ano inteiro e reativamos os primeiros equipamentos culturais, com fomento chegando ao artista da periferia e do interior.

Lançamos o Morada Fluminense, com os mutirões de titulação em curso e um painel público de escrituras entregues, começando pelos territórios que a segurança devolve e pela faixa do ArcoMM.

Publicamos o plano de expansão da rede de proteção à mulher a todas as regiões e integramos a medida protetiva à segurança pública. Colocamos no painel os indicadores desagregados por raça e por grupo, para que a igualdade deixe de ser retórica e vire número cobrável. E pactuamos com os municípios a expansão da educação infantil, estruturando a primeira infância como política integrada de saúde, educação e assistência. O que depende da União, da Justiça ou do município entra com a dependência declarada. O que é caneta e obra estadual começa no primeiro ano.

AS METAS DO EIXO

COMPROMISSO	MEDIDA E PRAZO
Legado da Copa 2027	Comitê e plano de legado montados no 1º ano; estado pronto para 2027; equipamentos esportivos comunitários entregues e em uso, com infraestrutura que permanece
Cultura que gera renda	Carnaval e economia criativa estruturados como indústria do ano inteiro e equipamentos culturais prioritários reativados no 1º biênio, com fomento à periferia e ao interior
Casa com documento	Morada Fluminense lançado no 1º ano; mutirões de titulação em curso e painel público de escrituras entregues, casa por casa, começando pelos territórios retomados e pelo ArcoMM
A mulher em primeiro lugar	Rede de proteção presente em todas as regiões; plano publicado no 1º ano, primeiros equipamentos fora da capital no 1º biênio; medida protetiva integrada à segurança
Igualdade e Inclusão	Indicadores desagregados por raça e grupo no painel no 1º ano; plano de acessibilidade com metas em execução no 1º biênio; inclusão produtiva encadeada aos eixos de futuro e economia
Primeira infância	Expansão da educação infantil pactuada com os municípios e integração intersetorial estruturada no 1º biênio, com cobertura de creche aferida no painel

O RIO DE CADA REGIÃO

o mesmo plano, oito chãos diferentes — onde cada programa toca a vida de quem mora aqui

Um plano de estado só vale se chega ao chão. É fácil falar do Rio no singular, como se fosse um bloco só. Não é. O Rio é muitos, e cada pedaço dele espera coisas diferentes do governo. O trabalhador da Baixada não espera o mesmo que o pescador da Costa Verde, nem o agricultor do Noroeste o mesmo que a mãe de São Gonçalo. Este capítulo faz o caminho inverso do resto do plano. Em vez de apresentar programas e depois espalhá-los pelo mapa, ele pega o mapa e mostra, região por região, quais programas já apresentados desembarcam ali e o que muda na vida de quem vive naquela chão. Nada aqui é novo: é o plano inteiro, lido pela ótica de quem está no lugar. A régua pública que vamos aceitar não mede promessa genérica. Mede entrega visível, e entrega visível acontece em algum endereço.

CAPITAL

Um plano de estado só vale se chega ao chão. É fácil falar do Rio no singular, como se fosse um bloco só. Não é. O Rio é muitos, e cada pedaço dele espera coisas diferentes do governo. O trabalhador da Baixada não espera o mesmo que o pescador da Costa Verde, nem o agricultor do Noroeste o mesmo que a mãe de São Gonçalo. Este capítulo faz o caminho inverso do resto do plano. Em vez de apresentar programas e depois espalhá-los pelo mapa, ele pega o mapa e mostra, região por região, quais programas já apresentados desembarcam ali e o que muda na vida de quem vive naquela chão. Nada aqui é novo: é o plano inteiro, lido pela ótica de quem está no lugar. A régua pública que vamos aceitar não mede promessa genérica. Mede entrega visível, e entrega visível acontece em algum endereço. A capital é o coração ferido do estado, e é por ela que muita coisa começa. Foi na cidade do Rio que o poder armado mais avançou sobre o território. É aqui, também, que o programa Sal Fuzil, Entra Brasil ganha seu primeiro território emblemático retomado e guardado já no primeiro ano. Não uma incursão que sai no dia seguinte: uma retomada com base fixa, regra das 72 horas e a chegada dos serviços legais de gás, internet e transporte a preço de mercado pelo Pedágio do Crime. É na capital que a Operação Asfíxia mira as empresas patrimoniais do crime, as fachadas e os laranjas que lavam o dinheiro do território dominado. É aqui que o CECONT tira o comando de dentro da cela, porque a ordem para reocupar a favela da capital parte da cadeia da capital. Mas a cidade não é só segurança. É o nó da mobilidade metropolitana: a Linha Amarela, a TransOlimpica e a Av. Brasil entram no Grande Anel Multimodal como conexões do sistema, e o Corredor Pavuna-Arco começa na fronteira norte da cidade, ligando o subúrbio ao trabalho. Aqui a regulação inteligente do SUS com apoio de inteligência artificial organiza a fila que hoje humilha o paciente, com a atenção primária resolutiva reforçando a porta de entrada para desafogar a emergência lotada, e é dela que se irradia o prontuário integrado para o estado inteiro. Na capital, a educação técnica e digital e o contraturno disputam o menino de doze anos com o crime, hora a hora, nos territórios que a segurança devolve. É a capital que carrega o orgulho ferido do estado. O legado da Copa do Mundo Feminina de 2027 se instala nas comunidades da cidade com as Arenas Fluminenses, a cultura vira economia com o Rio Cultura Viva e o Carnaval o ano inteiro, e a habitação com escritura do Morada Fluminense enfrenta o déficit de moradia e a informalidade que empurra o carioca para as mãos de quem cobra pela terra ilegal. A capital não precisa ser reinventada nem redescoberta. Precisa, simplesmente, voltar a ser governada.

BAIXADA FLUMINENSE

A Baixada é onde este plano mais tem a provar. Foi ali que o Rio mais empobreceu depois da fusão, e ali que o poder armado mais cresceu no vácuo do Estado. É a Baixada que paga a conta mais cruel da imobilidade: apenas dezessete por cento da sua população mora perto de transporte de alta capacidade, e o trabalhador da região perde até três horas por dia no deslocamento. Três horas subtraídas do filho, do descanso, da vida. Por isso a âncora deste plano nasce aqui. O Corredor Pavuna-Arco, primeira fase do Monotrilho Suspenso do ArcoMM, atravessa mais de vinte quilômetros com vinte e duas estações por cinco municípios da Baixada, servindo cerca de três milhões e setecentas mil pessoas e projetando quarenta e sete mil empregos ao longo do eixo. Não é só transporte. É a espinha por onde descem segurança, internet, energia enterrada e esgoto, na Área de Influência Imediata de dois quilômetros de cada lado, com regularização fundiária em massa que tira do crime o negócio da terra ilegal. A Baixada é também a fronteira da expansão das milícias, e é aqui que os Cinturões de Soberania avançam junto com o corredor, porque o monotrilho nasce como eixo de patrulhamento. O saneamento, que no estado inteiro não chega a sessenta por cento de esgoto tratado, encontra na Baixada seu maior desafio e sua maior obra sob o novo marco do saneamento. E o Simplifica RJ, com a AgeRio levando microcrédito produtivo ao comércio da região, dá a quem produz na Baixada o crédito e a licença que hoje faltam. A Baixada não pede favor. Pede o estado que a fusão lhe tirou.

LESTE METROPOLITANO – SÃO GONÇALO, NITERÓI, ITABORAÍ E VIZINHOS

O Leste Metropolitano concentra uma das maiores populações do estado e uma das maiores promessas econômicas. São Gonçalo é um dos municípios mais populosos do Brasil e um dos mais desassistidos. É ali que a combinação de retomada de território, atenção primária resolutive e escola de contraturno nos territórios devolvidos precisa provar que o Estado consegue chegar a uma cidade grande e abandonada ao mesmo tempo. Itaboraí carrega a maior aposta industrial do plano: é o polo do gás do pré-sal, e é dali que a reindustrialização puxada pelo petróleo que vira indústria (e não custeio) pode gerar emprego qualificado em escala, com o Rio como centro logístico ligado pelo Grande Anel Multimodal à BR-101 e aos portos. Niterói entra como polo de energias limpas dentro das Cidades Vocacionadas, com a UFF de âncora, e como referência de gestão que pode servir de espelho ao resto da região. O Leste é também travessia de mobilidade. O Grande Anel costura a região à malha metropolitana, e a governança metropolitana, a Autoridade Metropolitana do ArcoMM, existe justamente para que São Gonçalo, Niterói e Itaboraí parem de competir e passem a operar como sistema. A segurança organiza tudo: sem cercar o poder armado que domina trechos do Leste, nem a indústria de Itaboraí atrai investimento nem o gonçalense recupera o direito de ir e vir. Aqui o plano inteiro se encontra num só território. Segurança que destrava, indústria que emprega, transporte que integra.

REGIÃO SERRANA

A Serra carrega a ferida mais evitável do estado, e por isso a mais indesculpável. As tragédias serranas de 2011 e de 2022, somadas, mataram mais de mil e cem pessoas.

Número de guerra. E o mais revoltante é que ele se repetiu: entre uma tragédia e a outra, com onze anos de intervalo e todos os avisos dados, o Estado não fez o dever de casa da prevenção. Não foram desastres naturais no sentido de inevitáveis. Foram gente morando onde não deveria, sem drenagem, sem contenção de encosta e sem sistema de alerta, e a chuva apenas revelou o desgoverno. Para a Região Serrana, o compromisso central deste plano é uma frase que vale como juramento: prevenção é obra, não discurso. O programa de resiliência climática do RJ Sustentável instala drenagem, contenção de encostas e sistema de alerta nos pontos de risco mapeados, tratando gente morando na área de risco como problema de governo a resolver, e não como fatalidade meteorológica a lamentar depois. Obra que não se faz cobra vidas com juros. A serra já pagou esses juros duas vezes. Mas a Serra não é só risco; é vocação. Nova Friburgo é âncora da Cidade Vocacionada da Moda e Beleza, e o campo serrano entra na Tropicultura de Precisão, a agricultura de montanha com tecnologia e crédito da AgeRio pelo campo conectado. O turismo da década, a mesma janela que a Copa de 2027 abre para o estado, encontra na serra fluminense um destino de clima, gastronomia e paisagem que a segurança e a estrada recuperada podem devolver ao mapa nacional. A recuperação das rodovias que ligam a Serra ao restante do estado, dentro da carteira de concessões e da recuperação viária, tira o produtor e o turista do isolamento. A Região Serrana não quer chorar seus mortos de novo. Quer o Estado que previne antes da chuva, e a economia que a topografia da montanha permite.

NORTE FLUMINENSE

O Norte é a região do petróleo, e por isso mesmo a que mais precisa aprender a não depender só dele. Campos dos Goytacazes e Macaé vivem o paradoxo do Rio inteiro em escala local: sobre a maior riqueza mineral do estado, convivem com serviço público que não corresponde e com uma economia amarrada a um único ciclo. Para o Norte Fluminense, o plano tem uma regra que é quase um juramento: royalty que vira custeio é royalty roubado do futuro, e cada real de royalty terá destino publicado e rastreável, vinculado a investimento. É no Norte que o gás do pré-sal precisa virar indústria e não apenas transferência, e é para lá que a reindustrialização e o Rio como centro logístico devem levar cadeia produtiva, não só plataforma. A saúde descentralizada do RJ Saudável leva diagnóstico e oncologia ao interior, para que o paciente do Norte não precise descer horas até a capital para tratar um câncer. A atenção primária resolutive e a urgência regionalizada aproximam o atendimento de quem hoje viaja meio dia por uma consulta, com o prontuário integrado garantindo que o histórico ande junto com o paciente. A educação técnica e digital, com escolas civico-militares e formação profissional, dá ao jovem do Norte um ofício ligado às vocações reais da região (energia, logística, agroindústria), para que ele não precise ir embora para ter futuro. E o campo conectado leva crédito da AgeRio e tecnologia ao produtor rural. Sobre a maior riqueza mineral do estado, o Norte precisa de um Estado que transforme o óleo em cadeia produtiva e o royalty em investimento rastreável, e não em custeio que evapora. O Norte tem a riqueza. Falta fazê-la ficar e se espalhar.

NORDESTE FLUMINENSE

O Noroeste é o Rio que quase ninguém filma, e talvez o que mais precise do Estado. É a região mais pobre e mais esvaziada do estado, de população que envelhece e jovem que vai embora por falta de futuro no lugar onde nasceu.

Para o Noroeste Fluminense, este plano não oferece uma obra faraônica. Oferece presença. A Tropicultura de Precisão, com a UFRRJ de âncora, transforma a agricultura familiar e a pecuária da região com tecnologia, assistência e o crédito da AgeRio pelo campo conectado, para que a terra do Noroeste renda mais e segure o filho do produtor. A saúde descentralizada é aqui uma questão de sobrevivência: diagnóstico, oncologia e urgência regionalizada existem para que o morador do Noroeste não dependa de uma viagem de horas para cada exame, e o prontuário integrado garante que seu histórico ande junto com ele por qualquer unidade do estado. A educação técnica dá ao jovem do Noroeste uma razão para ficar, com ofício ligado ao campo e à agroindústria. A recuperação das rodovias que ligam a região ao resto do estado, porque o Noroeste padece também de isolamento logístico, entra na carteira de concessões e obras nos noventa e dois municípios do Rio em Todo Lugar. O Noroeste não pede holofote. Pede que o Estado exista onde ele mora.

SUL FLUMINENSE E COSTA VERDE

O Sul Fluminense é o Rio que ainda produz aço e o que ainda encanta o turista, e o plano trata as duas vocações como ativos a defender. Volta Redonda e o entorno carregam a memória e a base industrial do estado. É para lá que a reindustrialização, a desburocratização do Simplifica RJ e o crédito da AgeRio devem levar fôlego novo, com o Rio como centro logístico ligando a região à Dutra, à BR-101 e ao Porto de Itaguaí, um dos dois portos de calado profundo que fazem do estado um nó logístico nacional. Itaguaí, na fronteira da região metropolitana, é peça do Grande Anel Multimodal e da lógica portuária que o ArcoMM organiza. A Costa Verde (Angra dos Reis, Paraty e o litoral de mata e mar) é destino de turismo da década, e a mesma janela da Copa de 2027 e a segurança recuperada podem devolver a Costa Verde ao circuito internacional que sua paisagem merece e que o abandono afastou. O RJ Sustentável protege aqui o próprio produto que a região vende: mais de mil quilômetros de costa fluminense, a Mata Atlântica que desce a serra até o mar, os ativos ambientais que viram carbono certificável e turismo de natureza. A educação técnica dá ao jovem do Sul o ofício ligado à indústria e ao turismo, e a saúde descentralizada aproxima o atendimento de quem hoje depende da capital. A segurança organiza o Sul como organiza o resto do estado: sem cercar as rotas do crime que cruzam a Dutra e o litoral, nem a indústria de Volta Redonda investe nem o turista de Paraty volta. O Sul Fluminense tem aço e tem mar, as duas vocações que fizeram o Rio grande. O plano existe para que ambas voltem a render.

BAIXADAS LITORÂNEAS E REGIÃO DOS LAGOS

A Região dos Lagos é o Rio do sol, do sal e do turismo, e vive a tensão entre a riqueza que o litoral atrai e o descuido que a ameaça. Cabo Frio, Búzios, Araruama, Saquarema e vizinhos recebem multidões na alta estação e convivem com saneamento insuficiente que polui a lagoa e a praia. Praia poluída é economia perdida: o turista não volta e o valor imobiliário despenca. Para as Baixadas Litorâneas, a universalização do saneamento sob o novo marco é a obra que protege o próprio ganha-pão da região, e a despoluição das lagoas e dos rios que desaguam no litoral é política de saúde e de economia ao mesmo tempo. O turismo da década encontra aqui um dos seus maiores palcos, e a Copa de 2027 e a segurança recuperada ajudam a firmar a Região dos Lagos como destino que atende o ano inteiro, não só no verão. A proximidade com o Norte petrolífero liga a região à economia do óleo e do gás, com a exigência de que o royalty vire investimento rastreável, e não custeio.

A mobilidade que conecta os Lagos ao restante do estado entra na recuperação viária e nas concessões. E a segurança, mais uma vez, é a base: destino de turismo não sobrevive à sensação de medo. As Baixadas Litorâneas têm o produto mais cobijado do estado: sol e mar. O plano existe para que o Estado cuide dele antes que se perca.

A PRIMEIRA ENTREGA VISÍVEL DE CADA REGIÃO

Um plano se prova pela primeira entrega que aparece, não pela última que se promete. Cada região do estado tem, no primeiro biênio, uma entrega-símbolo em andamento: algo que o morador pode ver, medir e cobrar, e que sinaliza que o programa apresentado saiu do papel e chegou ao chão. Não é a obra completa nem o problema resolvido. É o sinal crível de que o método está funcionando naquele endereço, dentro da cláusula de capacidade que rege todo o plano: o ritmo segue a capacidade de executar bem, não o calendário eleitoral. É por essas entregas que a régua pública vai nos medir, região por região, ano a ano.

REGIÃO	ENTREGA-SÍMBOLO EM ANDAMENTO NO PRIMEIRO BIÊNIO
Capital	Primeiro território retomado e guardado com base fixa e serviços legais chegando: regulação inteligente do SUS organizando a fila
Baixada Fluminense	Corredor Pavuna-Arco contratado e em obra, com a regularização fundiária da Área de Influência iniciada
Leste Metropolitano (São Conçalo, Niterói, Itaboraí)	Governança metropolitana do ArcoMM instalada e polo do gás de Itaboraí com plano de reindustrialização em curso
Região Serrana	Programa de resiliência climática com drenagem, contenção de encostas e alerta em execução nos pontos de risco
Norte Fluminense	Royalties com destino publicado e rastreável e diagnóstico/oncologia descentralizados chegando ao interior
Noroeste Fluminense	Tropicultura de Precisão em implantação com crédito da Agelrio, e saúde descentralizada instalada
Sul Fluminense e Costa Verde	Concessão viária ligando Indústria e Porto de Itaguaí modalada, e plano de turismo da década em marcha
Baixas Litorâneas e Região dos Lagos	Obra de universalização do saneamento sob o novo marco iniciada, protegendo lagoa e praia

O Rio não é um só. São muitas águas, e um só método. O plano só vale quando chega ao endereço de quem mora aqui.

COMO O GOVERNO VAI DECIDIR

o método de gestão que transforma o plano em decisão de todo dia

Um plano só vira realidade se houver um jeito de decidir que o sustente. A boa intenção morre na primeira reunião sem pauta, no primeiro indicador que ninguém olha, no primeiro programa sem dono. Por isso este governo não começa pela obra. Começa pelo método de decidir. A gestão é onde a maioria dos planos naufraga, e é por isso que a tratamos como a estrutura invisível que segura tudo o mais de pé. No centro fica a Sala de Situação do Governador. Toda semana, com hora marcada e pauta fixa, o governador senta diante dos indicadores do estado: letalidade, fila de saúde, execução orçamentária, andamento das obras, retomada de territórios, tudo exposto na parede como quem lê o painel de um voo. Não é metáfora vaga. São os mesmos dados do painel público, atualizados, com o responsável de cada eixo presente para explicar o que subiu, o que calu e por quê. O que não se mede não se governa, e o que se mede na frente de quem decide não se esconde. A Sala de Situação não é reunião de fotografia nem cerimônia de assinatura. É o rito operacional onde o número ruim aparece igual ao bom, onde o problema é diagnosticado com quem responde por ele olhando nos olhos do governador, e onde a decisão de corrigir se toma na hora, com prazo. Um governo que só descobre o próprio atraso pela imprensa é um governo cego. Este escolhe enxergar toda semana. Cada um dos oito eixos tem um responsável por mérito. Não é cargo de indicação política nem prêmio de campanha: é gestor escolhido pela competência de entregar, com meta pactuada, cobrado por ela na Sala de Situação. Quem responde pelo RJ Seguro responde pela letalidade e pelos territórios. Quem responde pelo RJ Saudável responde pela fila. Quem responde pelo RJ Honesto responde pela transparência do dinheiro. O eixo tem nome, e o nome tem sobrenome.

Mas o Rio não cabe em caixas separadas, e é aqui que quase toda gestão pública tropeça: o programa que serve a todos acaba entregue por ninguém. Por isso os programas transversais, os que atravessam vários eixos, como o ArcoMM, o Fundo do Cerco ou a Matriz de Metas e Ações, têm dono e têm clientes, com nomes definidos. O dono é quem responde, sozinho, pela entrega do programa e leva a cobrança na Sala de Situação. Os clientes são os eixos que dependem dele para cumprir suas próprias metas. O ArcoMM, por exemplo, serve à segurança, à mobilidade, à habitação e ao ambiente ao mesmo tempo, e sem um dono claro viraria terra de ninguém: reivindicado por todos nos discursos e abandonado por todos na execução. Quando dois clientes brigam pelo mesmo recurso escasso, existe um árbitro que não muda: empregos com segurança. Ganha a disputa o uso que mais entrega emprego com segurança, porque esse é o objetivo central que subordina todos os outros. A regra tira a decisão do terreno da política interna e a devolve ao terreno do resultado. Quando a meta atrasa (e alguma vai atrasar), existe um rito de correção público. O problema não se esconde: aparece no painel, é diagnosticado na Sala de Situação e recebe um plano de correção com prazo, também público. Governar bem não é nunca errar. É enxergar o erro cedo, dizer que errou e corrigir à vista de todos. Um governo que só mostra o que agrada não presta contas. Faz propaganda. O plano não se entrega sozinho, e boa parte dele passa pelos municípios. Por isso o governo firma um pacto com os municípios: o estado não trata prefeito como adversário nem como súdito, mas como sócio da entrega, com metas compartilhadas onde a competência é dividida, em saúde, educação, saneamento, licenciamento.

Rede única de saúde, balcão único de licenciamento, governança metropolitana: tudo isso só funciona com o município dentro, e o pacto é a forma de trazê-lo. Com a Assembleia Legislativa, a regra é o respeito institucional. Este é um plano com pauta legislativa declarada, e nenhuma lei do plano se aprova sem o Legislativo. O governo apresenta, dialoga e negocia. Não governa por cima do Parlamento nem espera dele um carimbo automático. Onde uma entrega depende de lei, isso está escrito, e a data que depende da Assembleia não é data que o governador promete sozinho.

E, para não perder o contato com quem vive o estado, existe o RJ Escuta: um canal permanente e estruturado de ouvidoria e participação, em que o cidadão reporta o que não funciona, sugere e cobra, e a resposta entra no ciclo de decisão. Governar de gabinete é governar cego. O RJ Escuta mantém os olhos abertos para o que o painel ainda não capturou.

Método não ganha maruchete, mas é ele que faz a promessa virar entrega. Governar é decidir todo dia, à vista de todos, com o número na parede.

OS PRIMEIROS CEM DIAS

o que se instala logo — porque o começo revela o governo inteiro

Os primeiros cem dias não entregam o estado pronto. Entregam a prova de que o governo é o que disse que seria. Nenhuma meta de oito anos se cumpre em cem dias, e prometer isso seria mentira. O que se faz nos cem dias é instalar as estruturas de onde tudo o mais vai partir: a fundação sobre a qual o mandato se ergue. É o momento de menor obra e maior sinal. Quem observa o começo já sabe para onde vai o resto.

SEGURANÇA

A segurança vem primeiro porque sem ela nada fica de pé. É a política de desenvolvimento mais barata que existe, e o primeiro sinal de que o Estado voltou. Nos cem dias, enviamos à Assembleia a Lei do Cerco, o marco legal que dá base ao programa Sai Fuzil, Entra Brasil, com as cinco frentes, os Cinturões de Soberania e o Fundo do Cerco, para que o enfrentamento seja lei de estado e não programa de governo que a próxima gestão apaga com uma canetada. Montamos a força-tarefa de inteligência patrimonial da Operação Asfixia, que começa imediatamente a mapear as empresas patrimoniais, as contas, as fachadas e os laranjas do crime, porque se ataca a empresa criminosa pelo faturamento, e o dinheiro não espera. Firmamos os convênios de fronteira com a União, a Polícia Federal e a Marinha para armar os anéis do Escudo Rio e do Escudo Guanabara, tratando a Baía de Guanabara como a avenida do crime que hoje é. E preparamos a operação do primeiro território a ser retomado e guardado, com o serviço legal (gás, internet, transporte, escola, saúde) contratado antes da entrada, porque a regra do plano é inflexível: não se retoma para abandonar de novo.

GESTÃO E INTEGRIDADE

Nos cem dias começa também o desenho da LEGE-RJ, a Lei Geral do Estado que reorganiza a máquina, a ser entregue em noventa dias. Nomeamos o comando por mérito nas secretarias e nas polícias, com a corregedoria autônoma instalada.

E colocamos no ar o Painel público de indicadores com as primeiras linhas de base, para que a régua exista desde o primeiro dia; não se pode cobrar entrega sem ponto de partida, e o ponto de partida entra no painel logo. A Controladoria-Geral Independente começa a ser estruturada.

ECONOMIA

Instalamos, dentro da Fazenda, o gabinete da Reforma Tributária, com uma missão única e clara: mapear, empresa por empresa e setor por setor, ganhadores e perdedores da transição, para que o Rio chegue preparado onde tantos estados vão chegar improvisando. Encomendamos a auditoria atuarial independente da previdência: o número real do déficit na mesa, sem maquiagem, porque o rombo que ninguém olha é o rombo que cresce. Iniciamos a revisão criteriosa do estoque de benefícios fiscais e de renúncias, um a um, mantendo o que gera emprego real e cortando o que virou privilégio de quem tem lobista. E modelamos os primeiros editais da carteira de concessões, começando pelos 700 km de rodovias, para que o investimento privado comece a ser destravado sem sair do caixa do estado. É o ano de provar a quem produz que a casa vai ser arrumada.

SOCIAL E TERRITÓRIO

Colocamos de pé a Matriz de Metas e Ações com as linhas de base de cada eixo, porque toda meta precisa de um ponto de partida medido. Contratamos e pomos em obra o Corredor Pavuna-Arco, a âncora da mobilidade metropolitana. Instalamos a governança metropolitana do ArcoMM (a Autoridade Metropolitana) e iniciamos a regulação inteligente do SUS e o plano das escolas de contraturno nos territórios retomados.

ARTICULAÇÃO

Firmamos o pacto federativo com a União para dividir o custo e a responsabilidade da segurança, com base na ADPF 635, que não é favor de governo e sim decisão do Supremo obrigando as três esferas. Ativamos a frente nacional de governadores contra o crime organizado, porque facção não respeita divisa de estado e o cerco só aperta se for coordenado entre vizinhos, com comando brasileiro. E montamos o comitê da Copa do Mundo Feminina de 2027, sediada no Rio, para que a janela do mundial vire legado planejado nas comunidades: obra permanente, não pressa improvisada de última hora. A articulação instalada nos cem dias é o que garante que as janelas de oportunidade não passem em branco.

Cem dias não entregam o Rio pronto. Entregam a prova de que este governo é o que disse que seria.

O QUE DEPENDE DE QUEM

a honestidade de dizer o que o governador controla — e o que não controla

Honestidade metodológica é marca deste plano, e ela aparece aqui com toda a força, porque este é o capítulo mais desconfortável para um candidato: o que reconhece os limites do próprio poder. Nem tudo o que o Rio precisa depende da caneta do governador, e fingir o contrário é o começo da fraude.

Uma parte depende da Assembleia Legislativa, que aprova as leis. Outra do Congresso e da União, que definem parâmetros nacionais e repasses. Outra do Judiciário, cujo tempo e cujas decisões o governo não controla. Outra ainda dos municípios, donos de competências próprias. Confundir esses planos, de propósito ou por descuido, é a raiz de quase toda promessa quebrada: o político que crava data para o que não controla está mentindo, ainda que sem querer, e o eleitor paga a conta da mentira. Por isso este plano separa, com clareza e por escrito, o que se entrega por cada via. E só coloca meta com data no que de fato está sob o comando direto do governo do estado.

INSTRUMENTO	O QUE SE ENTREGA POR ESSA VIA
Caneta do governador	Reorganização da máquina, comando por mérito, painel público, Sala de Situação, força-tarefa patrimonial, editais de concessão, gabinetes e auditorias, primeiro território retomado, Matriz de Metas e Ações – tudo com data
Assembleia Legislativa	Lei do Cerco, LEGE-RJ, lei da Controladoria Independente, marco de habitação e regularização, lei do painel, ajustes de previdência – o governo propõe e negocia; a data depende do Legislativo
Congresso e União	Constitucionalização da SUSP (PEC aprovada na Câmara e em exame no Senado), divisão de custo da segurança, fundos da Reforma Tributária, parâmetros federais de previdência, marco do saneamento – dependência declarada, sem data unilateral
Judiciário	Cumprimento da ADPF 635 e a partilha de recursos entre as três esferas, decisões sobre confisco e bloqueio de bens – o governo executa sua parte; o ritmo judicial não se promete
Municípios	Rede única de saúde, balcão único de licenciamento, governança metropolitana, saneamento e habitação – entrega pactuada, meta compartilhada onde a competência é dividida

Vale insistir num ponto que atravessa o plano inteiro: das cinco vias acima, meta com data só existe nas duas primeiras linhas, a caneta do governador e, com a ressalva da negociação, a Assembleia. Tudo o que depende do Congresso, do Judiciário ou da vontade dos municípios entra com a dependência escrita e sem prazo que o governador não possa cumprir sozinho. Isso não é fraqueza do plano. É o oposto. É o que separa o compromisso do embuste. Preferimos a crítica de sermos cautelosos à vergonha de sermos desmentidos.

PERGUNTAS DIRETAS, RESPOSTAS DIRETAS

as perguntas que um plano sério tem de responder antes que o eleitor as faça

Um plano que foge das perguntas difíceis não merece confiança. Estas são as dez perguntas que qualquer fluminense atento faria a este documento, e nós as fazemos por você: de frente, sem rodeio, com a mesma honestidade que exigimos do resto do plano.

A resposta curta a todas elas é a mesma. Cada compromisso tem preço, prazo, fonte e dono, e o que depende de terceiros está escrito. Mas cada pergunta merece a resposta longa, e é o que segue.

DE ONDE VEM O DINHEIRO PARA TUDO ISSO?

De quatro lugares. E é preciso ser exato sobre cada um, porque a diferença entre um plano sério e um panfleto está justamente aqui. O primeiro é o espaço fiscal aberto pela renegociação da dívida no Propag: a parcela mensal caiu de cerca de um bilhão e trezentos milhões para em torno de cento e dez milhões de reais, um oxigênio que sufocava o mês e agora pode respirar em investimento. Vale uma regra de ferro: recurso que entra de uma vez não paga despesa que se repete todo mês, sob pena de o problema voltar pior em quatro anos. O segundo é a realocação do que já existe. Cada real de royalty do petróleo com destino publicado e rastreável, vinculado a investimento e nunca a custeio; a revisão criteriosa, um a um, dos benefícios fiscais e renúncias que viraram privilégio de quem tem lobista; e o corte do desperdício que a vigilância do dinheiro, a Controladoria independente e a inteligência artificial passam a enxergar em cada contrato, além da previdência sob auditoria, que devolve ao orçamento o que a distorção drena. O terceiro é o investimento privado destravado, que não sai do caixa do estado: concessões e PPPs começando por 700 km de rodovias, o novo marco do saneamento que atrai capital para água e esgoto numa escala inédita, e o financiamento por camadas do ArcoMM, com bancos multilaterais, captura da valorização fundiária que a própria obra gera e orçamento por fases. E há a fonte que se autoalimenta na segurança: o Fundo do Cerco, caixa único abastecido pelo patrimônio confiscado do crime, que faz o próprio crime pagar pelo seu enfrentamento. Note o que não está nessa lista: imposto novo. O dinheiro vem de gastar melhor o que entra, de destravar o que é privado e de confiscar o que é do crime, nunca do bolso de quem já paga demais. Onde uma cifra fechada depende de estudo ou de projeto executivo, o estudo será publicado com o número no painel. Não há aqui cifra sem lastro, porque cifra sem lastro é a origem de toda promessa quebrada.

ISSO NÃO É PROMESSA DEMAIS?

Parece muito porque está tudo escrito de uma vez, num só documento. Mas a régua que rege cada linha é a contenção, não o exagero, e é fácil provar. Nenhuma entrega ignora a cláusula de capacidade: o ritmo segue a capacidade de executar bem, não o calendário eleitoral, porque obra apressada é obra malfeta e território retomado às pressas é território reconquistado pelo crime. Na segurança, a trava é explícita e deliberada. Nenhuma retomada nova começa enquanto a anterior não estiver de pé, com base fixa e serviços legais instalados. É por isso que a meta é vinte territórios retomados e guardados até 2030, e não o estado inteiro num passe de mágica que a próxima chuva desfaz. Cada eixo tem um primeiro ano modesto, de instalação de estruturas, e metas de médio prazo declaradas com honestidade: a letalidade cai de cerca de vinte e um para doze mortes por cem mil em oito anos, dois quadriênios, não em um discurso. E, decisivo, o plano separa o que o governador controla do que depende da Assembleia, do Congresso, do Judiciário e dos municípios: onde não controlamos, não prometemos data, e isso reduz drasticamente o número de promessas de calendário. O que parece "muito" é, na verdade, o oposto do vazio: é detalhe, é conta, é fonte, é responsável. Um plano com muitas linhas não é um plano com muitas promessas. É um plano que preferiu detalhar a esconder, expor-se à conferência a fugir dela. Preferimos a crítica de sermos ambiciosos à vergonha de sermos vagos.

POR QUE ACREDITAR, SE TANTOS GOVERNOS FALHARAM?

Porque este plano foi desenhado a partir dos erros dos que falharam, não à revelia deles. Governadores do Rio foram presos em sequência, a máquina pública foi capturada por interesse privado, contratos drenaram o orçamento. A descrença do fluminense não é cinismo. É aprendizado. A resposta certa a essa descrença não é pedir fé, porque fé já foi pedida e traída muitas vezes. É construir uma estrutura que dispense a fé e a substitua por prova verificável. A honestidade estatística (o número ruim aparece igual ao bom) é regra escrita, e não gentileza de ocasião: quem só mostra o que agrada faz propaganda, não gestão. A medição dos indicadores mais delicados, como a letalidade, é externa, feita por quem não responde ao governo, para que o resultado não seja o governo se avaliando no próprio espelho. O painel é público e aberto na internet, e a prestação de contas é semestral, exposta ano a ano, com o atraso registrado ao lado do acerto. E o enfrentamento ao crime vira Lei do Cerco, a transparência vira lei do painel, porque lei dura mais que mandato e a gestão seguinte não apaga o que está no código. Você não é convidado a confiar no homem que assina este plano. É convidado a cobrar o contrato que ele assinou. A diferença deste plano para os que falharam é simples e inteira: ele entrega a régua junto com a promessa e pede, por escrito, para ser medido por ela.

SEGURANÇA DURA NÃO VAI VIRAR ABUSO?

Segurança dura sem lei vira abuso. Segurança dura dentro da lei é o que devolve o estado ao cidadão que hoje vive sob o fuzil. É preciso ser claro sobre onde a dureza deste plano mira: no crime, não na favela. Quem vive nos territórios dominados é a primeira vítima do poder armado, e é para libertá-lo, não para puni-lo, que o Estado entra. O programa Sai Fuzil, Entra Brasil opera pela doutrina da força que evita o tiro, a superioridade de inteligência e de meios que rende o criminoso sem transformar a comunidade em campo de batalha. A retomada de território só se considera completa quando chegam a escola integral, a saúde, o título de propriedade, o primeiro emprego e os serviços legais de gás, internet e transporte, porque o objetivo declarado é substituir o poder armado pelo Estado, e não trocar um domínio armado por outro. Do lado da farda, o Escudo Azul recompõe salário de forma faseada, equipa, dá amparo à família e defesa jurídica ao policial. E, no mesmo movimento, a corregedoria autônoma, o comando por mérito e o cerco ao policial corrupto punem o abuso e o desvio, porque polícia forte e polícia vigiada são a mesma polícia. A própria meta central prova o ponto: reduzir a letalidade de cerca de vinte e um para doze mortes por cem mil habitantes, medida por instituição externa, é o oposto matemático do abuso. Significa menos gente morrendo, dos dois lados do gatilho. O que produz abuso é a polícia abandonada, mal paga e sem comando. O que o previne é a polícia amparada e cobrada. Uma polícia forte e vigiada não é ameaça ao cidadão de bem. É exatamente o que ele mais precisa e há décadas não tem.

E SE O GOVERNO FEDERAL FOR ADVERSÁRIO?

O plano foi construído desde a primeira linha para funcionar com qualquer governo em Brasília. É por isso que ele separa, com obsessão, o que depende da União do que não depende.

As entregas de caneta do governador acontecem independentemente de quem esteja no Planalto: reorganizar a máquina com a LEGE-RJ, comandar por mérito, abrir o painel público, montar a força-tarefa de inteligência patrimonial, modelar as concessões, retomar e guardar o primeiro território, instalar a governança do ArcoMM. Nenhuma delas depende de repasse nem de simpatia federal. Onde a parceria com a União existir, ela acelera o plano: a divisão do custo e da responsabilidade da segurança amparada pela ADPF 635, os fundos de transição e de desenvolvimento regional da Reforma Tributária, os convênios de fronteira com a Marinha e a Polícia Federal, o investimento do novo marco do saneamento. Onde não existir, o Rio faz a sua parte e cobra a parte que é da União à luz do dia, porque a ADPF 635 é decisão do Supremo Tribunal Federal, não favor de governo, e obriga as três esferas a agir e a partilhar recursos. Adversidade política em Brasília não é desculpa aceitável para não entregar o que é nosso. É, ao contrário, o motivo pelo qual blindamos o plano contra a dependência de qualquer governo federal. Essa blindagem foi feita de propósito, linha por linha, antes de a eleição sequer acontecer.

O QUE ACONTECE SE UMA META NÃO FOR CUMPRIDA?

Ela aparece. Essa é a resposta inteira, porque é o ponto do método. Quando uma meta atrasa, e alguma vai atrasar num plano com tantas, ela não some do painel nem ganha maquiagem estatística. Entra no rito de correção pública: é diagnosticada na Sala de Situação do Governador, onde o responsável por aquele eixo senta diante do indicador que não subiu; recebe um plano de correção com prazo, também público; e a prestação de contas semestral registra, lado a lado, o atraso e o que se fez a respeito dele. Nenhum indicador é apagado por ter dado errado. Governar bem não é nunca errar, porque isso é impossível e quem promete é que está mentindo. É enxergar o erro cedo, dizer em voz alta que errou e corrigir à vista de todos. O número ruim aparece igual ao bom porque quem só mostra o que agrada não presta contas, faz propaganda, e propaganda foi o que o Rio recebeu por décadas no lugar de gestão. A pergunta certa a fazer a qualquer governo não é se ele vai errar, porque vai. É se ele vai deixar você ver o erro enquanto ainda dá tempo de cobrar a correção. A resposta deste plano, escrita em lei e exposta no painel, é sim. Sempre.

POR QUE UM PLANO TÃO DETALHADO ANTES DA ELEIÇÃO?

Porque respeito ao eleitor é dizer o que se vai fazer antes de pedir o voto, e não depois de recebê-lo. O costume da política é o inverso: entrega-se ao eleitor uma carta de intenções vaga, feita de adjetivos e de fotos, e reserva-se o plano de verdade (aquele com número, prazo e contrato) para o gabinete, longe da cobrança e a salvo da conferência. Fazemos deliberadamente o contrário. Colocamos preço, prazo, fonte e dono na mesa antes da urna, para que o seu voto seja uma escolha informada e o mandato seja cobrável já no primeiro dia, com uma régua que você teve tempo de ler. Um plano detalhado é também uma trava contra o próprio governo: quem escreveu com todas as letras o que faria tem muito menos espaço para inventar outra coisa depois, e é bom que seja assim. E é uma prova de seriedade num estado exausto de promessa genérica, porque um documento com esta quantidade de contas, dependências declaradas e metas medíveis não se escreve se a conta não fechar.

Se não fechasse, teria sido mais fácil e mais seguro ficar no vago. Detalhar antes da eleição não traz voto fácil. É o custo, assumido de propósito, de querer ser levado a sério.

O QUE MUDA PARA O SERVIDOR PÚBLICO?

Muda, antes de tudo, que o servidor honesto e competente deixa de ser confundido com o privilégio que ele mesmo nunca desfrutou. Esse é o ponto que mais precisa ser dito, porque o servidor comum foi transformado, no imaginário público, em bode expiatório de distorções que beneficiam poucos no topo. A auditoria atuarial da previdência mira a distorção e o abuso, não o aposentado que contribuiu de boa-fé a vida inteira: o ajuste, onde for necessário e sempre com respeito a quem cumpriu sua parte, cai sobre o privilégio entrincheirado, não sobre a pensão de quem trabalhou. O comando por mérito abre caminho para quem entrega resultado, no lugar da indicação política que premia o apadrinhado sobre o competente. A reforma administrativa e a LEGE-RJ tiram o servidor da função de carimbo e de guichê e o devolvem ao trabalho que de fato importa. Na segurança, isso significa literalmente devolver o policial da mesa para a rua. A vigilância do dinheiro, com a Controladoria Independente e a inteligência artificial, protege o bom servidor em vez de ameaçá-lo, porque expõe quem desvia e, ao fazê-lo, limpa o nome de quem trabalha honestamente ao lado do desvio. Um estado bem gerido, com mérito reconhecido e integridade cobrada, é o melhor lugar do mundo para quem quer servir. É exatamente esse estado que queremos devolver a quem veste, todos os dias, a camisa do serviço público.

CADÊ OS VALORES EM REAIS DE CADA PROGRAMA?

Onde a campanha pode afirmar um valor com lastro, ele está no plano. Onde não pode, ela diz por que não pode e diz o prazo em que poderá, e isso é uma escolha deliberada de honestidade, não uma omissão conveniente. É preciso encarar de frente por que a cifra fechada de cada programa não está aqui: uma campanha não tem acesso ao caixa do estado, à execução real de cada rubrica, aos contratos vigentes nem aos custos de projeto executivo que só o governo já instalado consegue levantar. Inventar um número cravado seria fingir um conhecimento que não temos, e é precisamente essa mentira de aparência técnica que produz a promessa que depois se quebra e envergonha o eleitor que acreditou. Por isso cada compromisso deste plano traz o como se paga, a fonte real do recurso, e, onde o valor exato depende de estudo ou de projeto, a dependência vem declarada com prazo, em vez de um número falso. Nunca cifra sem lastro. Isso é regra, não preferência. O valor em reais de cada programa se firma no primeiro ano de governo, com os estudos e projetos publicados no painel, para que a conta seja conferível na hora em que passa a existir de verdade. Preferimos a crítica de sermos cautelosos à vergonha de sermos desmentidos.

E SE APARECER ALGO QUE O PLANO NÃO PREVIU?

Nenhum plano prevê tudo: uma crise sanitária, uma seca, uma crise econômica global, uma tragédia. O que separa o plano bom do plano frágil não é a pretensão de prever o imprevisível, e sim o que ele faz quando o imprevisto chega.

Este plano tem um método por baixo de cada linha, não apenas uma lista de entregas. O SiGA (Segurança, Investimentos, Gestão, Ambiente) é a bússola que decide qualquer coisa nova que apareça, por meio dos quatro testes que todo programa, previsto ou não, precisa passar. Deixa o Rio mais seguro? Viabiliza investimento e emprego? É gerido por meta e medível? Respeita o ambiente? O que passa nos quatro entra na Matriz e no painel. O que não passa não entra, mesmo que seja atraente e mesmo que ninguém o tivesse previsto. As estruturas de escuta e correção existem exatamente para o imprevisto: a Sala de Situação semanal capta o desvio cedo, o RJ Escuta traz do cidadão o que o painel ainda não viu, e o rito de correção público absorve o inesperado sem escondê-lo do estado. Um plano rígido demais quebra no primeiro susto, porque foi feito só de respostas prontas. Este foi feito para dobrar sem partir, porque foi feito de um jeito de decidir. Governar não é ter previsto tudo. É atravessar o imprevisto com a bússola na mão.

A PALAVRA E A PROVA

como este plano se deixa cobrar — a régua pública que separa promessa de propaganda

Toda campanha faz promessa. O que quase nenhuma faz é entregar, no mesmo gesto, a régua pela qual quer ser medida depois. É justamente essa régua que separa quem quer governar de quem só quer vencer a eleição. É isso que este capítulo faz. A palavra deste plano não pede para valer pela emoção do palanque nem pela confiança na biografia de quem a diz. Ela vale porque vem acompanhada da prova: um instrumento público, aberto e atualizado, que permite a qualquer cidadão, sem intermediário e sem pedir licença, conferir ano a ano se o que foi dito virou feito. A distinção é simples e é o coração de tudo. Sem a prova, a palavra é propaganda, e propaganda foi o que o Rio recebeu por décadas. Com a prova, a palavra vira contrato. E contrato se cobra. O instrumento tem nome: a Matriz de Metas e Ações, a MMA. Ela nasce nos primeiros cem dias com as linhas de base de cada eixo, o ponto de partida medido, porque não se cobra entrega sem saber de onde se partiu. Cada compromisso deste plano entra na Matriz com quatro colunas que não mudam: o que se entrega, quem responde, quando, e como se mede. É a espinha de gestão do governo e, ao mesmo tempo, o documento que expõe o governo à cobrança.

A Matriz não fica trancada num gabinete. Ela vira Painel público, aberto na internet, onde qualquer pessoa vê o indicador subir ou descer sem intermediário: letalidade, fila de saúde, execução orçamentária, territórios retomados, obras em andamento. O que se mede na frente de todos não se esconde. E o painel não maquia: a honestidade estatística é regra, e o número ruim aparece igual ao bom, porque quem só mostra o que agrada não presta contas, faz propaganda. Sobre o painel corre uma prestação de contas semestral. Duas vezes por ano, sem esperar a próxima eleição, o governo vem a público dizer o que entregou, o que atrasou e o que fez para corrigir o atraso, tudo dentro do rito de correção que é público por desenho, e não por acaso. E onde a medição pode ser suspeita de conveniência, como na letalidade, em que seria fácil o governo maquiar o próprio boletim, ela é externa: feita por instituição que não responde ao governo, para que o resultado não seja o governo se avaliando no próprio espelho. Essa é a diferença entre uma promessa que se autoproclama cumprida e um compromisso que se deixa julgar por terceiros. A palavra, a prova, o painel, a medição externa e a prestação semestral formam um sistema único, e ele existe por uma convicção: quem tem medo de ser medido não deveria pedir para governar.

OS COMPROMISSOS-SÍNTESE

Cada eixo deste plano tem dezenas de ações, programas e metas detalhadas, mas cada um se resume a um compromisso-síntese: a frase que condensa, sem fuga, o que pedimos para ser cobrados naquele eixo. Se o plano inteiro fosse reduzido a oito linhas, seriam estas. E por esses oito compromissos que o mandato inteiro pode ser julgado ao final, e cada um deles foi escrito para ser medível: não "melhorar a segurança", mas reduzir a letalidade de vinte e um para doze; não "cuidar da saúde", mas derrubar a fila ano a ano no painel. Eles estão todos na Matriz de Metas e Ações, todos expostos no painel público, todos com a dependência declarada onde ela existe. Nenhum é adjetivo. Todos são número com prazo ou entrega verificável.

EIXO	COMPROMISSO-SÍNTESE
RJ Seguro de Novo	Reduzir a letalidade de cerca de 21 para 12 mortes por 100 mil em 8 anos, com medição externa e painel desde o 1º ano; 20 territórios retomados e guardados até 2030
RJ Rico de Novo	Crescer acima da média nacional no quadriênio, desemprego em queda ano a ano e cada royalty com destino publicado e rastreável
RJ Saudável de Novo	Painel público de tempo de espera desde o 1º ano, com redução anual da fila, sobre rede única de estado e municípios
RJ com Futuro de Novo	Rede técnica e cívico-militar com profissão nas regiões vulneráveis e contraturno em 100% dos territórios retomados
RJ em Movimento de Novo	Corredor Pavuna-Arco contratado e em obra, concessões lançadas e projeto executivo do Monotrilho concluído
RJ Honesto de Novo	LEGE-RJ em 90 dias, painel de indicadores no 1º ano e contratos publicados em tempo real, sob Controladoria independente
RJ Sustentável de Novo	Metas anuais de esgoto tratado, cobertura verde e pontos de risco eliminados, com prevenção tratada como obra
RJ com Orgulho de Novo	Legado da Copa de 2027 instalado nas comunidades, habitação com escritura sob painel e proteção à mulher em todas as regiões

A palavra sem prova é propaganda. A prova deste plano é o painel: a mesma régua para o número bom e para o ruim, ano a ano, à vista de todos.

DEZ FRASES, DEZ COMPROMISSOS

dez frases que resumem o plano inteiro — cada uma é um compromisso

Se você guardar só dez frases deste plano, guarde estas. Cada uma é a síntese de um compromisso, e juntas dizem o Rio que queremos devolver a você.

- O Rio não é pobre. O Rio foi empobrecido. E o que decisões fizeram, decisões vão desfazer
- Antes do tiro vem o abandono. Onde o Estado não chega, alguém chega no lugar dele. Desta vez, quem chega é o Brasil.
- O Rio não pede esmola. O Rio quer de volta o direito de produzir, empregar e crescer.
- Fila não é fatalidade. Fila é gestão ruim com hora marcada.
- O crime oferece ao menino um fuzil e um futuro de três anos. Nós vamos oferecer um ofício e uma vida inteira.
- Devolver três horas por dia a quem trabalha é a diferença entre ver ou não ver o filho acordado.
- Dinheiro público não some por acaso.
- Não há como separar o Rio que salva sua floresta do Rio que salva suas vidas.
- O Rio que o mundo admira precisa voltar a ser o Rio em que o fluminense se reconhece.
- O Rio tem jeito. Chegou a hora. SICA comigo.

O CONVITE

a quem este plano estende a mão — porque nenhum governo reconstrói um estado sozinho

Um plano não reconstrói um estado. Gente reconstrói. Um documento pode organizar a decisão, apontar o caminho e prender o governo à régua, mas quem levanta o Rio de novo são os fluminenses que vão trabalhar, empreender, ensinar, cuidar e cobrar. Por isso este plano termina não com mais uma promessa do candidato, mas com um convite a quem vai fazê-lo acontecer junto. O Rio Forte de Novo não é obra de um governador. É pacto de um estado inteiro com ele mesmo, uma decisão coletiva de recusar o abandono como destino. E o pacto não se faz no atacado, com o povo tratado como massa. Faz-se nome a nome, gente a gente, a cada um segundo o que ele traz.

Ao servidor honesto, que há anos carrega o serviço público nas costas e ainda é confundido com o privilégio que nunca desfrutou: este plano é a sua reabilitação. O comando por mérito abre a porta que a indicação política fechava. A vigilância do dinheiro limpa o seu nome ao expor quem desvia. E a máquina reorganizada tira você da função de carimbo, devolve você ao trabalho que importa. Você não é o problema do estado. É parte da solução que o estado desperdiçou. Venha ser cobrado por entregar, e reconhecido por isso. Ao empresário, do dono da padaria da esquina ao industrial de Itaguaí, que aprendeu a esperar do Estado só o atraso, o guichê e o pedágio: este plano pede que você produza, e promete, em troca, parar de atrapalhar. Menos burocracia, com o Simplifica RJ, o licenciamento por risco e o prazo tácito que vale como lei: passou o prazo sem resposta do Estado, está aprovado. Mais crédito de verdade, com a AgeRio reestruturada levando capital de giro e microcrédito ao pequeno e ao médio, que hoje morrem por falta de aval. Regra estável, carga leve, contas do estado em ordem e segurança que finalmente espanta o pedágio do crime da sua porta e das suas cargas. O Estado não vai gerar riqueza no seu lugar, nem quer. Vai criar a condição para que você a gere, e depois sair da frente. O emprego com segurança que é o objetivo central deste governo nasce da sua coragem de investir num Rio que voltou a ser confiável. Invista. Desta vez, o Estado joga a seu favor, e o prova no primeiro ano.

Ao prefeito, de qualquer partido e de qualquer canto do estado, do maior município ao menor do Noroeste: este plano não trata você como adversário a derrotar nem como súdito a mandar, mas como sócio da entrega. Rede única de saúde, balcão único de licenciamento, governança metropolitana do ArcóMM, saneamento sob o novo marco, habitação com escritura: nada disso funciona sem o município dentro, porque a competência é dividida por desenho da Constituição. O pacto que oferecemos tem meta compartilhada, recurso pactuado e respeito integral pela sua autonomia. Não há aqui estado que humilha prefeitura nem prefeitura que sabota estado. O cidadão que espera na fila ou no ponto de ônibus não distingue de quem é a competência, e não deveria mesmo distinguir. Ele só quer o serviço funcionando. Vamos entregá-lo juntos, e dividir o crédito, honestamente, com quem ajudou a fazer.

Ao jovem, que o crime disputa todos os dias com um fuzil na mão e a promessa de um futuro que dura três anos: este plano existe para te oferecer o outro caminho, um ofício e uma vida inteira. Escola técnica e digital que forma com profissão, escola civico-militar com disciplina e ofício, contraturno que ocupa o tempo que o crime cobiça, primeiro emprego, e um ecossistema de inovação em games, semicondutores e tecnologia feito para você ficar no Rio, e não para exportar o seu talento a São Paulo ou ao exterior. Um em cada seis fluminenses tem entre quinze e vinte e nove anos: você não é um problema de segurança a ser contido, é a maior razão de otimismo deste plano e a matéria-prima da reconstrução do estado. O crime te oferece três anos e um fim. Nós te oferecemos uma vida inteira e um começo. Escolha a vida, e ajude a construí-la, porque o Rio que vem depois é o seu.

À mãe, que escolhe a rua pelo horário, reza baixinho quando o filho demora e carrega o medo como quem carrega sacola: este plano existe para tirar esse peso do seu ombro. Segurança que devolve a rua, saúde que encurta a fila, transporte que devolve as horas que você perde longe de casa, proteção à mulher em todas as regiões, a casa com escritura no seu nome. O Rio te fez forte à força. Não deveria ter sido preciso. Este plano é para que a próxima geração de mães do Rio não precise ser forte assim. Só feliz.

O Rio tem jeito. Agora vai. — O RIO FORTE DE NOVO · SIGA

ANEXO I — ÍNDICE DE PROGRAMAS

o plano inteiro numa página — cada programa, seu eixo e sua função

Este anexo é o mapa completo do plano numa página. Ao longo dos oito eixos, cada programa foi apresentado com diagnóstico, o que fazemos, como se paga, prazo e meta. Aqui eles aparecem reunidos e reduzidos ao osso, cada um com o eixo a que pertence e a função que cumpre no conjunto, para que o leitor veja de uma só vez a arquitetura inteira. O índice serve a dois leitores, como todo o plano: ao cidadão que quer localizar rápido o programa que muda a vida dele (a fila do hospital, a escola do filho, a rua que o crime tomou) e ao técnico que quer conferir se o plano cobre o que um estado precisa cobrir, sem buraco e sem duplicidade. Vale a regra que rege tudo: nenhum programa entrou sem passar pelos quatro testes do SIGA, e todos, sem exceção, entram na Matriz de Metas e Ações e no painel público, com responsável e forma de medição. O que segue é o esqueleto do Rio Forte de Novo: a lista completa daquilo por que pedimos para ser cobrados.

PROGRAMA	EIXO E FUNÇÃO
Sai Fuzil, Entra Brasil	RJ Seguro — programa-mãe da segurança: cerco de cinco frentes simultâneas ao poder armado territorial
Escudo Rio / Escudo Guanabara	RJ Seguro — frente Fronteira: anéis marítimo, terrestre e aéreo com leitura de placas e célula naval
Cinturões de Soberania	RJ Seguro — frente Território: retomada, estabilização e consolidação de 20 territórios até 2030
Operação Asfixia	RJ Seguro — frente Dinheiro: inteligência patrimonial que mapeia, bloqueia e confisca bens do crime
Pedágio do Crime	RJ Seguro — devolução dos mercados de gás, internet e transporte ao preço legal nos territórios
CECONT	RJ Seguro — frente Cárcere: contenção máxima que tira o comando de dentro da cela e dobra a capacidade qualificada
Escudo Azul / Policial de Ferro	RJ Seguro — frente Polícia: recomposição, amparo e equipamento da farda com corregedoria autônoma
Fundo do Cerco	RJ Seguro — caixa única de segurança, abastecido pelo patrimônio confiscado do crime
Agência da Vítima	RJ Seguro — atendimento e reparação a quem sofre a violência
Programa Fusão 50	RJ Seguro — reparação territorial às regiões mais penalizadas por meio século de abandono
Adaptação à Reforma Tributária	RJ Rico — gabinete que mapeia ganhos e perdas da transição, empresa por empresa

PROGRAMA	EIXO E FUNÇÃO
Equilíbrio fiscal (Propag)	RJ Rico – cumprimento das contrapartidas e uso do fôlego da dívida em investimento, não custeio
Previdência sob auditoria	RJ Rico – auditoria atuarial independente e correção da distorção, não do aposentado de boa-fé
Simplifica RJ	RJ Rico – licenciamento por risco, balcão único digital e prazo tácito com valor de lei
Crédito e AgeRio	RJ Rico – agência de fomento reestruturada com capital de giro e microcrédito produtivo
Concessões e PPP	RJ Rico / RJ em Movimento – carteira começando por 700 km de rodovias
Áreas Econômicas e Cidades Vocacionadas	RJ Rico / ArcoMM – 27 áreas e 8 cidades com vocação, incentivo e legislação simplificada
Petróleo, gás e reindustrialização	RJ Rico – gás do pré-sal virando indústria com royalty rastreável
Rio como centro logístico	RJ Rico – portos do Rio e Itaguaí e malha do Grande Anel como nó nacional
Turismo da década	RJ Rico – vocação turística puxada pela Copa de 2027
Campo conectado	RJ Rico – crédito e tecnologia ao produtor rural, com a Tropicultura de Precisão
Regulação inteligente do SUS	RJ Saudável – fila organizada por inteligência artificial em rede única
Prontuário integrado	RJ Saudável – histórico do paciente disponível em qualquer unidade do estado
Atenção primária resolutiva	RJ Saudável – porta de entrada que resolve e desafoga a emergência
Oncologia e diagnóstico no interior	RJ Saudável – descentralização do câncer e do exame para fora da capital
Mãe Fluminense	RJ Saudável – saúde da mulher e da primeira infância
Educação técnica e digital (RJ Digital)	RJ com Futuro – formação com profissão em escala
Escolas cívico-militares com formação técnica	RJ com Futuro – disciplina e ofício nas regiões vulneráveis
Contraturno e primeiro emprego	RJ com Futuro – ocupar o tempo que o crime disputa, em 100% dos territórios retomados
Ciência, tecnologia e inovação (5G)	RJ com Futuro – ecossistema de games, semicondutores e conectividade
Quem ensina o futuro	RJ com Futuro – valorização e formação do professor

PROGRAMA	EIXO E FUNÇÃO
Corredor Pavuna-Arco	RJ em Movimento / ArcoMM – âncora da mobilidade: primeira fase do Monotrilho Suspenso
Grande Anel e Monotrilho Suspenso	RJ em Movimento / ArcoMM – eixo distribuidor de infraestrutura e patrulhamento
Rio em Todo Lugar	RJ em Movimento – recuperação do Arco e obras nos 92 municípios
Governança metropolitana	RJ em Movimento / ArcoMM – Autoridade Metropolitana que integra os municípios
LEGE-RJ	RJ Honesto – Lei Geral do Estado que reorganiza a máquina em 90 dias
Estado digital e Plataforma de dados	RJ Honesto – gestão barata por inteligência artificial e vigilância do dinheiro
Controladoria-Geral Independente	RJ Honesto – vigilância autônoma do gasto público
RJ Escuta	RJ Honesto – canal permanente de ouvidoria e participação
Rio Verde	RJ Sustentável – restauração florestal e 2,5 milhões de árvores em 20 unidades de conservação
Despoluição da Baía de Guanabara	RJ Sustentável – recuperação da baía e dos rios
Universalizar o saneamento	RJ Sustentável – esgoto tratado sob o novo marco do saneamento
Resiliência climática	RJ Sustentável – drenagem, contenção de encostas e alerta nos pontos de risco
Economia verde e ativos ambientais	RJ Sustentável – carbono certificável e turismo da natureza
Esporte e legado da Copa 2027	RJ com Orgulho – Arenas Fluminenses nas comunidades
Cultura como economia	RJ com Orgulho – Rio Cultura Viva e Carnaval o Ano Inteiro
Morada Fluminense	RJ com Orgulho – habitação com escritura e regularização fundiária em massa
A mulher em primeiro lugar	RJ com Orgulho – rede de proteção e autonomia em todas as regiões
Igualdade, inclusão e primeira infância	RJ com Orgulho – igualdade racial concreta e cuidado com o começo da vida

ANEXO II — MÉTODO E FONTES

como este plano foi construído — e em que ele se apoia

Um plano se julga também pelo modo como foi feito. Este não nasceu de um punhado de ideias soltas jogadas no papel na véspera da eleição. Nasceu de um processo com camadas, pensado para que cada afirmação tivesse lastro e cada compromisso pudesse ser cobrado. Explicar esse método é parte da honestidade que o plano promete: quem mostra como chegou às conclusões dá ao leitor o direito de discordar com base, e não no escuro.

A primeira camada é técnica. Cada eixo partiu de um diagnóstico com número e fonte declarada, e não de impressão ou de anedota. Cada programa foi então submetido aos quatro testes do SIGA: deixa o Rio mais seguro, viabiliza investimento e emprego, é gerido por meta, respeita o ambiente. O que não passava nos quatro não entrava, por melhor que soasse no palanque, e mais de uma ideia atraente ficou de fora por reprovar num dos testes. Sobre os programas de segurança e de economia, apoiámo-nos em estudo econômico específico, conduzido para este plano, que estimou o efeito de reduzir a letalidade sobre o produto e o emprego do estado. A ordem de grandeza de cento e cinquenta e seis bilhões de reais agregados ao PIB e de setecentos mil empregos, calculados por uma elasticidade de emprego declarada, vem dele, e a metodologia fica disponível para exame de quem quiser contestá-la. Esse número não é aposta: o próprio retrospecto das últimas três décadas mostra que o Rio ganhou bilhões nos períodos em que os homicídios recuaram. Onde a conta exata de um programa dependia de projeto executivo ou de dado que só o governo já instalado levanta, dissemos com todas as letras que dependia e demos o prazo em que o número existiria, em vez de inventar uma cifra de aparência precisa para impressionar o leitor.

A segunda camada é de auditoria. O plano foi lido de novo à procura do próprio erro: número que não fechava, promessa que ultrapassava a caneta do governador, data colocada sobre o que depende de terceiros, cifra sem lastro. Essa revisão pente-fino é a razão de o documento repetir, sem cansar, o que depende da Assembleia, do Congresso, do Judiciário e dos municípios. Não é excesso de cautela. É a recusa deliberada de prometer o que não se controla. Preferimos a crítica de sermos cautelosos à vergonha de sermos desmentidos.

A terceira camada é de coerência. Seis regras atravessam o plano inteiro e foram usadas como filtro final, aplicadas a cada afirmação: todo compromisso tem preço, prazo, fonte e dono; meta com data só sobre o que o governador controla; dinheiro que entra de uma vez não paga despesa que se repete todo mês; o ritmo segue a capacidade de executar bem, não o calendário eleitoral; tudo se mede em régua pública; e o número ruim aparece igual ao bom. Essas seis regras não são enfeite retórico. São o crivo que dá unidade ao documento e o que impede que um eixo prometa o que outro desmente. Onde uma frase do plano contrariava uma delas, foi a frase que se reescreveu, nunca a regra, porque a regra é o que sustenta a credibilidade do todo. É essa disciplina, repetida capítulo após capítulo, que explica por que o plano insiste tanto em dizer de que depende cada coisa; não por excesso de cautela, mas por respeito ao leitor que vai cobrá-lo.

As fontes públicas que sustentam o diagnóstico são de acesso aberto e podem ser conferidas por qualquer leitor, e essa possibilidade de conferência é parte do compromisso, não um detalhe.

O mapeamento do território sob controle armado e da população afetada (os quatro milhões de fluminenses sob controle ou influência, os três milhões e quatrocentos mil sob controle efetivo, a expansão de mais de cento e trinta por cento da área dominada entre 2007 e 2024) vem de estudo acadêmico externo, produzido por núcleos de pesquisa de universidade em parceria com organização de monitoramento da violência. O custo do crime à economia formal, superior a vinte e um bilhões de reais por ano, vem do cálculo da federação das indústrias do estado. Os dados do sistema prisional (cerca de quarenta e sete mil presos para menos de trinta mil vagas, e o comando que sai de dentro da cela) partem da própria administração penitenciária e da inteligência estadual, o que os torna ainda mais graves, porque é o próprio Estado que os documenta. Os números da dívida superior a duzentos bilhões e da sua renegociação vêm do acordo firmado no âmbito do Propag, em 2026. A estimativa de efeito econômico da redução da violência vem do estudo econômico encomendado para este plano. As tragédias serranas de 2011 e 2022, com mais de mil e cem mortos somados, a cobertura de saneamento abaixo de sessenta por cento e os dados de mobilidade da Baixada partem de registros oficiais e de estudos setoriais públicos. E as janelas de oportunidade (as designações internacionais contra facções, a ADPF 635 do Supremo, o novo marco do saneamento, a Copa do Mundo Feminina de 2027 e o gás do pré-sal) são fatos públicos, documentados e verificáveis por qualquer um. Nada neste plano é afirmado sem que a origem esteja dita. Essa é a regra que separa um plano de governo de um panfleto de campanha.

ANEXO III – GLOSSÁRIO DO PLANO

as palavras próprias deste plano, ditas de forma simples

Todo plano cria um vocabulário, e este não é exceção. Mas jargão que exclui o leitor é o oposto do que queremos. Um plano escrito para o cidadão e para o técnico ao mesmo tempo não pode esconder o sentido das próprias palavras atrás de um dicionário fechado. Por isso reunimos aqui os termos próprios do Rio Forte de Novo, explicados no sentido exato em que o plano os usa, sem tecnicismo e sem retórica. Onde uma palavra aparece com inicial maiúscula ao longo do documento, não é ênfase de estilo. É porque ela tem, aqui, um significado preciso e verificável, e é este. Guarde este glossário ao lado do plano. Com ele, nenhuma linha do documento fica fora do seu alcance.

TERMO	O QUE SIGNIFICA NESTE PLANO
O Rio Forte de Novo	O nome e a tese do plano: um estado que já foi forte, foi empobrecido por decisões e volta a ser forte por decisões
SIGA	O método de governo – Segurança, Investimentos, Cestão, Ambiente –, quatro testes que todo programa precisa passar
Três R's	Reset, Ruptura e Renovação – arrumar a casa, enfrentar o que trava, construir o que vem depois: rodam juntos, não em fases
Eixos	As oito grandes áreas do plano, cada uma um "R2 ____ de Novo", que formam o corpo governado pelo método SIGA

TERMO	O QUE SIGNIFICA NESTE PLANO
ArcoMM	A plataforma territorial do plano sobre os 145 km do Arco Metropolitano, tratando mar, planície, baía e montanha como um só sistema
Cidades Vocacionadas	As 8 cidades do ArcoMM com vocação econômica definida, legislação simplificada e incentivos para atrair um setor
Grande Anel Multimodal	A malha que liga o Arco às principais rodovias, aeroportos e portos, integrando o transporte metropolitano
Monotrilho Suspenso	A peça central do Grande Anel: transporte elevado que é também eixo distribuidor de infraestrutura e patrulhamento
Área de Influência Imediata	A faixa de 2 km de cada lado do corredor, onde chegam habitação, saneamento, segurança e regularização fundiária
Sai Fuzil, Entra Brasil	O programa-mãe da segurança: substituir o poder armado pelo Estado por meio de um cerco de cinco frentes
As cinco frentes	As frentes simultâneas do cerco ao crime – Fronteira, Território, Dinheiro, Cárce e Polícia; frente isolada o crime contorna
Cinturões de Soberania	A doutrina de retomada de território em três tempos – retomada, estabilização e consolidação – até a soberania do Estado
Regra das 72 horas	O compromisso de instalar base fixa e presença permanente do Estado em até 72 horas após retomar um território
Cláusula de capacidade	A trava que faz o ritmo seguir a capacidade de executar bem, não o calendário – nenhuma retomada nova antes de a anterior estar de pé
Fundo do Cerco	O caixa único da segurança, abastecido pelo patrimônio confiscado do crime, para que o crime pague pelo próprio enfrentamento
CECONT	O centro de contenção máxima que tira o comando das facções de dentro da cela e impede que a cadeia seja sede do crime
Pedágio do Crime	A devolução, a preço legal, dos mercados de gás, internet e transporte que o crime explorava nos territórios
LEGE-RJ	A Lei Geral do Estado que reorganiza a máquina pública, a ser entregue nos primeiros 90 dias de governo

TERMO	O QUE SIGNIFICA NESTE PLANO
MMA	A Matriz de Metas e Ações – o documento que reúne cada compromisso com o que se entrega, quem responde, quando e como se mede
Ólnei	O quadro público na Internet onde os indicadores do estado aparecem em tempo real, com o número ruim exposto igual ao bom

ANEXO IV – A PAUTA LEGISLATIVA DO PRIMEIRO ANO

as leis que o plano precisa aprovar – e o que cada uma institui

Boa parte do que este plano promete não se faz por decreto que a caneta seguinte revoga. Faz-se por lei, aprovada pela Assembleia Legislativa. Isso é uma virtude do plano, não um obstáculo a lamentar: lei dura mais que mandato, e o que vira lei a próxima gestão não apaga com uma canetada de gabinete. Transformar o enfrentamento ao crime, a reorganização da máquina e a transparência em legislação é o que garante que a reconstrução do Rio sobreviva à alternância de poder: que ela seja política de Estado, e não capricho de um governo. Por isso o governo entra com uma pauta legislativa declarada logo no primeiro ano, e a apresenta aqui, à vista de todos, antes mesmo da eleição, para que o eleitor saiba exatamente o que será proposto em seu nome e a Assembleia seja tratada como parceira desde o primeiro dia, e não como obstáculo a contornar. Repetimos a regra que vale para tudo: o governo propõe, dialoga e negocia; a data de aprovação depende do Legislativo; e por isso não a prometemos sozinhos. O que prometemos, e isso está sob a nossa caneta, é enviar cada um destes projetos no primeiro ano de governo.

PROJETO DE LEI	O QUE INSTITUI
Lei do Cerco	A base legal do programa Sai Fuzil, Entra Brasil – as cinco frentes, os Cinturões de Soberania, o Fundo do Cerco e a medição externa – transformando o enfrentamento ao crime em lei de estado, não programa de governo
LEGE-RJ	A Lei Geral do Estado que reorganiza a máquina pública, elimina sobreposição, profissionaliza o comando por mérito e devolve o servidor à função que importa
Lei da Controladoria Independente	A criação da Controladoria-Geral Independente, com autonomia para vigiar o dinheiro público sem responder a quem gasta
Lei da Autoridade Metropolitana do ArcoMM	A instituição da Autoridade Metropolitana que integra os municípios do Arco, coordena o Grande Anel e substitui a competição por sistema

PROJETO DE LEI	O QUE INSTITUI
Pacote de segurança complementar	O conjunto de leis que dá sustentação às frentes do cerco – barreira societária na Junta contra fachadas, regras de bloqueio patrimonial, classificação prisional por risco e amparo à polícia
Marco estadual de habitação e regularização	A base legal do Morada Fluminense – regularização fundiária em massa, licenciamento expresso e habitação com escritura, sobretudo na Área de Influência do ArcoMM
Lei do painel e da prestação de contas	A obrigação legal do Painei público, da Matriz de Metas e Ações, da medição externa e da prestação de contas semestral, para que a transparência sobreviva a qualquer governo